

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015.

São Luís/MA
2016

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015.

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e da orientação do órgão de controle interno contida no Memorando CCI nº 035/2015.

Diretoria-Geral

São Luís/MA
2016

SUMÁRIO

SEÇÃO 2 - APRESENTAÇÃO	07
SEÇÃO 3 – VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	08
3.1 Finalidade e competências	08
3.2 Organograma Funcional	09
3.3 Macroprocessos Finalísticos	18
SEÇÃO 4 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	24
4.1 Planejamento organizacional	24
4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	26
4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	27
4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	29
4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	31
4.3 Desempenho orçamentário	34
4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	34
4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	34
4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	45
4.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	45
4.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores	53
4.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos	54
4.3.7 Informações sobre a execução das despesas	55
4.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	57
4.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	59
SEÇÃO 5 – GOVERNANÇA	90
5.1 Descrição das estruturas de governança	90
5.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	91
5.3 Gestão de riscos e controles internos	92
SEÇÃO 6 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	94
6.1 Canais de acesso do cidadão	94
6.2 Carta de Serviços ao Cidadão	95
6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	95
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	96
6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	96
SEÇÃO 7 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	98
7.1 Desempenho financeiro do exercício	98
7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	98
7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	100
7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	104

SEÇÃO 8 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	109
8.1 Gestão de pessoas	109
8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	110
8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	112
8.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal	113
8.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	114
8.1.5 Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	117
8.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura	118
8.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada	118
8.2.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União	119
8.2.3 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	120
8.2.4 Informações sobre os imóveis locados de terceiros	124
8.3 Gestão da tecnologia da informação	125
8.3.1 Principais sistemas de informações	125
8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI	126
8.4 Gestão ambiental e sustentabilidade	132
8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	132

SEÇÃO 9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	133
9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	135
9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	139
9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	139
9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	139
9.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	141

LISTAS DE ABREVIACOES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão

IN – Instruo Normativa

DN – Decisão Normativa

UJ – Unidade Jurisdicionada

RA – Resoluo Administrativa

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

RAE – Reuniões de Análise da Estratégia

PE – Planejamento Estratégico

TI – Tecnologia da Informao

SIAFI – Sistema Integrado de Administrao Financeira do Governo Federal

PLS – Plano de Logística Sustentável

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, referente ao exercício de 2015, foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e da orientação do órgão de controle interno contida no Memorando CCI nº 035/2015.

O Relatório de Gestão está estruturado da seguinte forma:

1. ELEMENTOS PRE-TEXTUAIS.
2. APRESENTAÇÃO.
3. VISÃO GERAL DA UNIDADE.
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.
5. GOVERNANÇA.
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.
8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.

3 – VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1 – FINALIDADE E COMPETÊNCIA.

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região foi criado pela Lei 7.671, de 21 de setembro de 1988. Estabeleceu o artigo 6º: “O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região terá a mesma competência atribuída aos Tribunais Regionais do Trabalho pela legislação em vigor”. Com sede na cidade de São Luís e jurisdição em todo Estado do Maranhão, compõe-se no 1º Grau por 23 (vinte e três) Varas do Trabalho e no 2º Grau por 08 Gabinetes de Desembargadores e o Tribunal Pleno.

A competência do TRT da 16ª Região, como órgão integrante da Justiça do Trabalho, está esculpida no art. 114 da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004:

- As ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- As ações que envolvam exercício do direito de greve;
- As ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores;
- Os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
- Os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;
- As ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;
- As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- A execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;
- Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

A competência institucional estabelecida por legislação infraconstitucional repousa, primordialmente, na Consolidação das Leis do Trabalho:

“Art. 643 - Os dissídios, oriundos das relações entre empregados e empregadores bem como de trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviços, em atividades reguladas na legislação social, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente Título e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho.”

O Tribunal rege-se, internamente, pelas normas, aprovadas pelo Tribunal Pleno, constantes do Regimento Interno que disciplinam a ordem dos processos judiciais no cumprimento da competência constitucional.

3.2 - ORGANOGRAMA.

A instituição é representada pelo seguinte organograma:

ORGANOGRAMA TRT 16ª REGIÃO	GABINETES	GABINETES DE DESEMBARGADORES			
	VICE PRES.	SECRETARIA DA CORREGEDORIA			
		ASSESSORIA JURÍDICA			
		ASSESSORIA ADMINISTRATIVA			
	PRESIDÊNCIA	VARAS DO TRABALHO			
		COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO			
		DIRETORIAS DE FORO			
		ESCOLA JUDICIAL			
		SEÇÃO DE OUVIDORIA			
		COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS			
		COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, ESTATÍSTICA E PESQUISA			
		SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO			
		ASSESSORIA JURÍDICA			
		ASSESSORIA ADMINISTRATIVA			
		SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA	CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA		
			SEÇÃO DE CERIMONIAL		
		SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA		SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		DIRETORIA GERAL	NÚCLEO DE FOLHA DE PAGAMENTO		
			SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS		
			NÚCLEO DE ACESSORAMENTO JURÍDICO		
			SEÇÃO DE ENGENHARIA		
			SEÇÃO DE LICITAÇÕES		
			SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA	COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO E CADASTRAMENTO PROCESSUAL	
				COORDENADORIA DE RECURSOS, JURISPRUDÊNCIA E ACÓRDÃOS	
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		SEÇÃO DE SAÚDE		
			SEÇÃO DE BIBLIOTECA E GESTÃO DOCUMENTAL		
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES					
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA					
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS					
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS			

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

DESCRIÇÃO

Áreas/ Subunidades	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação	
SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA	Compete dirigir, coordenar e orientar os trabalhos do Gabinete da Presidência, junto aos setores subordinados, assessorando o Presidente na organização e cumprimento da agenda oficial; Apoiar o Presidente na organização e cumprimento da agenda oficial; Coordenar a editoração da Revista do Tribunal, em parceria com o Serviço de Informação e Documentação; Apoiar a Secretária da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho na coordenação das atividades relativas à entrega destas comendas, bem como coordenar as atividades relativas à entrega da Medalha do Mérito do Servidor do Judiciário Trabalhista da Décima Sexta Região; Elaborar, anualmente, relatório das atividades do Tribunal.	Antonio Manoel Costa Silva	Secretária Geral da Presidência	07/01/2014 a 23/12/2015	
ASSESSORIA DA VICE-PRESIDÊNCIA	Compete assistir ao Vice-Presidente no estudo e na preparação dos assuntos sujeitos a despachos e julgamento, realizar pesquisa doutrinária e jurisprudencial, registrar e controlar a movimentação dos processos submetidos a despachos e julgamento, elaborar relatório anual de atividades.	Heitor Heluy Filho	Assessor da vice-presidência	07/01/2014 a 23/12/2015	
GABINETES DE DESEMBARGADORES	Compete receber os processos encaminhados ao Desembargador e cuidar de sua tramitação e controlar e movimentar os processos e documentos recebidos; organizar o arquivo de documentos do gabinete, cópias de acórdãos e despachos exarados pelo Desembargador; manter atualizados os votos e entendimentos adotados pelos Desembargadores nas matérias julgadas.	Gabinete Desembargador Américo Bedê Freire	Carlos César Pinto Reis	Assessor de Desembargador	Desde 04/04/2006
		Gabinete Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho	Adriana Silva Sarney Costa	Assessora de Desembargador	01/07/2010
		Gabinete Desembargador José Evandro de Souza	Antonio Carlos Lages Monte Junior	Assessora de Desembargador	06/10/2014
		Gabinete Desembargador Luiz Cosmo	Luiz Alberto Queiroz Lima	Assessor de Desembargador	07/01/2014 a 31/12/2015
		Gabinete Desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo	José Valdionor Costa dos Santos	Assessor de Desembargador	Desde 01/03/2014
		Gabinete Desembargadora Márcia Andréa Farias da Silva	Elizabeth do Carmo Salgado Leite Menezes	Assessora de Desembargador	01/01/2012
SECRETARIA DA CORREGEDORIA	Compete movimentar e arquivar os processos de Reclamação Correicional, Pedido de Providência e Representação, promovendo a publicação dos atos e	Marcos Pires Costa	Secretário da Corregedoria	07/01/2014	

	despachos Corregedor Regional, assessorar o Vice-Presidente e Corregedor Regional, nas correições permanentes, ordinárias, parciais e extraordinárias, bem como, na solução de assuntos sujeitos ao seu despacho e deliberação.				
VARAS DO TRABALHO	Compete conhecer originariamente os conflitos decorrentes de relação de trabalho e emprego e demais competências conferidas na Constituição Federal art. 114 e incisos.	1ª Vara do Trabalho de São Luís	José Barros de Oliveira Júnior	Diretor de Secretaria	Desde 20/07/2012
		2ª Vara do Trabalho de São Luís	Ubiratan do Pindaré Almeida Sousa	Diretor de Secretaria	Desde 10/01/2007
		3ª Vara do Trabalho de São Luís	Carlos Simeão Silva Santos	Diretor de Secretaria	Desde 31/03/2014
		4ª Vara do Trabalho de São Luís	Samuel Costa de Brito	Diretor de Secretaria	Desde 09/05/2014
		5ª Vara do Trabalho de São Luís	Marcondes Abreu Silva	Diretor de Secretaria	Desde 02/03/2011
		6ª Vara do Trabalho de São Luís	Tereza Cristina Barbosa Ribeiro Vale	Diretora de Secretaria	Desde 19/05/2014
		7ª Vara do Trabalho de São Luís	Roberto Vieira Linhares	Diretor de Secretaria	Desde 31/03/2014
		Vara do Trabalho de Açailândia	Luiza Helena Braga Soares	Diretora de Secretaria	Desde 05/08/2013
		Vara do Trabalho de Bacabal	José Gilvan Mendes da Silva	Diretor de Secretaria	Desde 02/05/2012
		Vara do Trabalho de Balsas	Ildo Viana Cabral	Diretor de Secretaria	Desde 21/10/2014
		Vara do Trabalho de Barra do Corda	Stefânia Amorim Silveira	Diretora de Secretaria	Desde 01/09/2011
		Vara do Trabalho de Barreirinhas	Maria do Socorro Pinho Coimbra	Diretora de Secretaria	Desde 31/03/2014
		Vara do Trabalho de Caxias	José Valdecio Ferraz Junior	Diretor de Secretaria	Desde 31/03/2014
		Vara do Trabalho de Chapadinha	Esmar Taqueti Machado Filho	Diretor de Secretaria	Desde 26/05/2014
		Vara do Trabalho de Estreito	Kerson Silva Castro	Diretor de Secretaria	Desde 21/10/2014
Vara do Trabalho de Pedreiras	Luiz Pereira Sales	Diretor de Secretaria	Desde 15/05/214		
Vara do Trabalho de Pinheiro	Gilberto Palácio de Andrade	Diretor de Secretaria	Desde 01/09/2009		
Vara do Trabalho de Presidente Dutra	Noredim Oliveira Reuter Ribeiro Neto	Diretor de Secretaria	21/06/2012 a 31/12/2015		

		Vara do Trabalho de Santa Inês	Efren Leite Da Cruz Segundo	Diretor de Secretaria	Desde 30/11/2012
		Vara do Trabalho de São João dos Patos	Rosiel Barbosa e Silva	Diretor de Secretaria	Desde 21/03/2006
		Vara do Trabalho de Timon	Mauro Heider Silva Ferreira	Diretor de Secretaria	Desde 06/12/2005
		1ª Vara do Trabalho de Imperatriz	Sílvia Rosana Costa Ferreira	Diretora de Secretaria	Desde 26/05/2014
		2ª Vara do Trabalho de Imperatriz	Glenny Clay Santos Batalha	Diretor de Secretaria	Desde 17/12/2012
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	Compete acompanhar a gestão, a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal e a execução dos programas de trabalho a cargo do Tribunal, bem como verificar a utilização regular e racional dos recursos e bens públicos e avaliar os resultados alcançados pelos administradores.		Celson de Jesus Moreira Costa	Coordenador	01/01/2014 a 31/12/2015
DIRETORIAS DE FORO	Compete cumprir as atribuições que forem designadas pelo Diretor do Fórum	Diretoria do Fórum Astolfo Serra	Antonio de Pádua Muniz Correa	Juiz Diretor	Desde 12/05/2014
		Diretoria do Fórum Manuel Alfredo Martins e Rocha	Nelson Robson Costa de Souza	Diretor de Foro	Desde 25/08/2014
ESCOLA JUDICIAL	Compete planejar, elaborar e executar cursos regulares visando à formação, o treinamento, o aperfeiçoamento, o desenvolvimento e a capacitação de magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.		Sílvia Maria Pontes de Castro	Secretária Executiva	Desde 25/07/2014
SEÇÃO DE OUVIDORIA	competes receber consultas, diligenciar e prestar esclarecimentos a todo cidadão, por escrito, pela Internet, pessoalmente ou via telefônica, sobre qualquer ato praticado ou de responsabilidade de órgão integrante do Tribunal, excepcionados os casos em que a lei, expressamente, assegurar o dever de sigilo; receber reclamações, denúncias, críticas, elogios e sugestões dirigidas à atuação dos mais diversos órgãos integrantes do Tribunal, encaminhando-os aos setores competentes, propondo soluções, devendo as unidades responder à Ouvidoria de modo a manter o interessado sempre informado sobre as providências efetivamente adotadas.		Vanessa Santana Araújo Meira de Almada Lima	Chefe de seção	Desde 01/05/2013
COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	Assessorar o Presidente nos despachos de admissibilidade dos recursos de revista e nas informações solicitadas em mandados de segurança, bem como nos expedientes em matéria de indagação jurídica, realizar pesquisa doutrinária e jurisprudencial, registrar e controlar a		Suzana Regina Pontes de Castro Moreira	Coordenadora	Desde 24/12/2013

	movimentação dos processos submetidos a despachos de recursos e incidentes processuais, elaborar o relatório anual de atividades, executar outros encargos determinados pelo Presidente.			
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, ESTATÍSTICA E PESQUISA	Compete assessorar na elaboração e atualização periódica do planejamento estratégico; implantar e realizar a gestão do planejamento estratégico do Tribunal e acompanhar e avaliar o cumprimento das metas estratégicas da Instituição e do Poder Judiciário, informando o grau de cumprimento ao Conselho Nacional de Justiça ou outro órgão superior.	Ciro Ibiapina Cardoso	Coordenador	01/01/2014 a 31/12/2015
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO	Compete orientar, coordenar e supervisionar as tarefas relacionadas com o preparo, realização, registro e divulgação das Sessões do Tribunal Pleno.	Élen dos Reis Araújo Barros de Brito	Secretária do Pleno	Desde 27/01/2004
ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	Compete assessorar a Presidência nos despachos de admissibilidade dos recursos de revista e nas informações solicitadas em mandados de segurança, bem como nos expedientes em matéria de indagação jurídica.	Luiz Alberto Queiroz Lima	Assessor Jurídico da Presidência	07/01/2014 a 31/12/2015
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DA PRESIDÊNCIA	Compete assistir ao Presidente na solução de processos e documentos sujeitos ao seu despacho ou deliberação, em matéria de natureza jurídica/administrativa.	Patrícia Vasconcelos de Almeida	Assessor administrativo da presidência	07/01/2014 a 31/12/2015
CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA	Compete realizar a coleta, tratamento, organização, classificação, guarda, conservação e preservação do acervo documental independente do suporte, compreendendo processos, periódicos, fotos, quadros, móveis e equipamentos antigos, indumentárias, efígies, brasões, medalhas, vídeos, destacando o seu papel social no cenário maranhense, facilitar a disseminação dos documentos e objetos definidos como de guarda permanente, assim como outros registros de reconhecido valor histórico, probatório e informativo nos termos das Resoluções Administrativas nºs 002/2005 e 003/2005, criar um espaço multicultural objetivando a promoção de exposições permanentes e temporárias (artes plásticas, esculturas, multimídia), lançamento de livros, palestras, mostras itinerantes, visitas guiadas dentre outros eventos, promover intercâmbio com instituições de caráter técnico-científico para atendimento a pesquisadores, estudantes e ao público em geral, implementar o Programa Permanente de História Oral, registrando a memória das experiências vividas por magistrados, servidores, membros do Ministério Público, advogados, partes litigantes e juízes classistas.	Edvânia Kátia Sousa Silva	Chefe de setor	Desde 22/11/2013
SEÇÃO DE	Organizar, coordenar e acompanhar a	Sílvia Adriana	Chefe de seção	Desde

CERIMONIAL	realização de eventos planejados pela Secretaria Geral da Presidência ou por outra área interessada, coordenar solenidades ou promoções sociais de interesse do Tribunal, manter atualizadas no site do Tribunal, as informações institucionais relativas ao histórico, composição endereços e outras, cadastrar, mantendo atualizada, listagem de autoridades e instituições públicas e privadas, cuidar da expedição de correspondências oficiais, internas e externas, relativas aos eventos realizados no Tribunal ou com a participação deste, coordenar a recepção das autoridades quando em visita oficial, assistindo aos visitantes e os dirigentes do Tribunal, providenciar as reservas de passagem aéreas e terrestres e hospedagem para magistrados e servidores, quando em viagem a serviço.	Lima Serra Pereira		01/01/2012
SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	Compete planejar, coordenar, dirigir e controlar a política de comunicação social interna e externa do Tribunal, abrangendo, integralmente, as áreas de imprensa e publicidade, elaborar e distribuir publicações editadas pelo Serviço destinado a divulgar assuntos institucionais do Tribunal, manter o cidadão informado sobre os meios que asseguram seu acesso à instituição, manter arquivo das matérias jornalísticas selecionadas e materiais audiovisuais sobre o Tribunal, produzir o informativo TRT on line, planejar e organizar, em parceria com setores do Tribunal, campanhas educativas e institucionais voltadas para o público interno e externo, divulgando esses eventos, coordenar todas as ações relativas à TV Justiça e à Rádio Justiça.	Rosemary Rocha Araújo	Chefe de seção	Desde 07/01/2014
DIRETORIA GERAL	compete planejar, dirigir, coordenar e supervisionar todas as atividades da administração do Tribunal, dentro das linhas básicas de desenvolvimento e operação traçadas pelo Presidente; cumprir delegação de competência; participar da elaboração da proposta orçamentária. Coordenando as seguintes unidades: Assessoria da Diretoria Geral, Secretaria de Coordenação Judiciária, Secretaria de Administração, Secretaria de Orçamento e Finanças, Serviço de Assessoramento Jurídico, Coordenadoria de Folha de Pagamento, Serviço de Licitações e Serviço de Engenharia.	Julio César Guimarães	Diretor-Geral	22/06/2009 a 31/12/2015
NÚCLEO DE FOLHA DE PAGAMENTO	Compete coordenar, orientar e controlar atividades relativas à elaboração da folha de pagamento de magistrados e servidores, ativos, inativos e	Pedro Eduardo Pinho Coimbra	Chefe do núcleo	09/12/2013

	pensionistas do TRT 16ª Região, expedindo os demonstrativos mensais de pagamento.			
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	À secretaria de Orçamento e Finanças compete coordenar, orientar, controlar e supervisionar as atividades de execução de atos concernentes à administração financeira e orçamentária, bem como as atividades de contabilidade analítica e elaborar o relatório anual de atividades.	Flávia Regina Rego Cordeiro	Secretária	Desde 13/11/2012
NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO	Dar assistência jurídico-administrativa à administração, articular-se com o Serviço de Controle Interno do Tribunal no desempenho de suas atribuições, manter, sob sua guarda, cópias de escrituras de imóveis e seus respectivos registros, contratos, cauções, termos aditivos, convênios, acordos e ajustes firmados com o Tribunal, executar os demais atos e atribuições que lhe forem determinados pelo Diretor Geral, em razão das peculiaridades da função, elaborar o relatório anual de atividades.	Lídia Maria Souza de Lima	Chefe do núcleo	01/11/2012 a 31/12/2015
SEÇÃO DE ENGENHARIA	Compete Proceder a estudos visando melhor utilização dos espaços físicos nos imóveis destinados ao uso deste Regional, dar pareceres técnicos e orientar quanto ao planejamento e execução de obras, serviços e contratações, projetar, fiscalizar e orientar a execução de obras e serviços relativos a este Regional, atestando fatura de obras e serviços executados, receber, provisoriamente, as obras realizadas por este Regional, dando imediatamente conhecimento a autoridade superior.	Manoel Ricardo Beckman de Jesus	Chefe de seção	Desde 31/12/2012
SEÇÃO DE LICITAÇÕES	Compete Providenciar, junto ao Setor competente, a publicação, na imprensa oficial e/ou local, conforme o caso, dos extratos de contrato, convênios, editais, despachos de inexigibilidade de licitação, avisos de licitação e pregões, realizar consultas sobre fornecedores, bem como proceder ao cadastramento junto ao SICAFI, utilizar o SIDEC para a divulgação, no site do Comprasnet, dos avisos de licitação, bem como providenciar a publicação na imprensa oficial, elaborar editais de licitação, conforme as normas vigentes, solicitar a audiência dos setores competentes, quando necessário, para parecer técnico nos processos licitatórios e assistir às sessões, responder às impugnações ao edital, providenciar correspondências a empresas e órgãos, elaborar o relatório anual de atividades, praticar os demais atos correlatos com suas atribuições.	Raimundo Nonato Monteiro Filho	Chefe de seção	Desde 11/03/2005
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA	Compete planejar, coordenar e orientar as atividades relativas às Diretoria de Cadastramento Processual; Recursos e Jurisprudência e Distribuição e	José Maria Lusquinhos dos Santos	Secretário	01/09/2010 a 31/12/2015

	Acórdãos, bem como outras atividades afins que lhes forem determinadas pelo Diretor Geral, certificar e informar nos autos, sobre qualquer documento ou recurso interposto, encaminhando-os à autoridade competente, expedir certidões, encaminhar processos e documentos aos órgãos competentes, providenciar a cobrança das custas processuais em processos de competência originária transitados em julgado, quando no acórdão ou no despacho houver condenação, analisar os processos oriundos das diversas Varas do Trabalho de São Luis, transitados em julgado, submetendo-os ao Serviço de Cálculos e Liquidação Judicial ou remetendo à origem, conforme o caso, retornar os autos de Agravo Regimental à autuação originária, após o trânsito em julgado, providenciando sua baixa nos registros, encaminhando ao relator ou ao setor competente, bem como providenciar a cobrança de custas processuais, conforme o caso, elaborar o relatório anual das atividades da Secretaria e demais setores subordinados, encaminhando-os, em conjunto, à Secretaria Geral da Presidência.			
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO E CADASTRAMENTO PROCESSUAL	Compete coordenar e orientar os serviços de protocolo, classificação e autuação dos documentos e processos judiciais e administrativos, bem com a distribuição de processos, expedir certidões, no âmbito de sua competência, com o visto do Diretor de Secretaria Judiciária, encaminhar à Coordenadoria de Recursos Jurisprudência e Apoio ao PJe, elaborar o relatório anual de atividades.	Leila Santos Sousa	Coordenadora	07/01/2014 a 31/12/2015
COORDENADORIA DE RECURSOS, JURISPRUDÊNCIA E ACÓRDÃOS	Compete coordenar e dirigir as atividades desenvolvidas pelos setores que o integram, coleccionar a jurisprudência do Tribunal e de outros Tribunais, em matéria trabalhista, elaborar o relatório anual de atividades.	Giani Maria Costa de Souza	Coordenador	29/05/1989 a 31/12/2015
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Compete planejar, coordenar e orientar as atividades e procedimentos relativos à administração de Pessoal; Serviços Gerais, Material e Patrimônio, Informática, Informação e Documentação e Saúde.	Raimundo da Conceição Costa Lindoso	Secretário	06/02/2014 a 31/12/2015
SEÇÃO DE SAÚDE	Compete a prestação de assistência médica, odontológica e assistência social aos magistrados, servidores e seus dependentes legais, bem como elaborar o relatório anual de atividades.	Rafaela David Brito Pinho	Chefe de seção	Desde 03/10/2012
SEÇÃO DE BIBLIOTECA E GESTÃO DOCUMENTAL	Implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito deste Regional, garantindo a recuperação da informação, o acesso ao	Raimunda Nonata Araújo Teixeira	Chefe de seção	Desde 11/12/2014

	documento e a preservação de sua memória.			
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES	Compete dirigir, coordenar, avaliar e supervisionar as atividades relativas ao processamento eletrônico de dados, desenvolvimento e manutenção de sistemas, suporte a hardware e software e atendimento a usuários, elaborando planejamento estratégico dos serviços relativos à tecnologia da informação e elaborar o relatório anual de atividades.	Rômulo José Maia Moura	Coordenador	Desde 07/01/2014
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA	A execução das tarefas pertinentes ao recebimento, aceitação, guarda, distribuição, conservação, registro e controle dos bens patrimoniais do Tribunal, além de gerenciar os trabalhos desenvolvidos pelo Setor Gráfico.	Wagner Campos Santos	Coordenador	07/01/2014 a 31/12/2015
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades concernentes ao controle da documentação de pessoal e demais ações pertinentes, elaborar o relatório anual de atividades, executar outros encargos determinados pela Secretaria de Coordenação Administrativa.	José de Ribamar de Sousa Chagas Junior	Coordenador	09/12/2013 a 31/12/2015
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS	Coordenar, orientar e controlar a execução das atividades relativas à segurança e vigilância, transporte, copa, telefonia, mecanografia, marcenaria, conservação e manutenção dos bens móveis, fiscalizando, ainda, a execução dos contratos de prestação de serviços sob sua responsabilidade. Elaborar o relatório anual de atividades.	Manuel Alfredo Martins e Rocha Filho	Coordenador	29/05/1989 a 31/12/2015

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

3.3 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.

Os Macroprocessos Finalísticos estão diretamente relacionados com a Prestação Jurisdicional, competência constitucional atribuída aos Tribunais Regionais do Trabalho, visando à solução de litígios e pacificação de conflitos decorrentes das relações de trabalho, e são representados pela estrutura dos serviços realizados no 1º e 2º graus de jurisdição para apreciação e julgamento das ações trabalhistas submetidos à apreciação jurisdicional.

Os macroprocessos permitem uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno da organização, explicitam como a instituição opera para cumprir com sua missão institucional.

Ressalte-se que o Tribunal elaborou, por meio da Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa, os Manuais de Procedimentos do 1º e do 2º Grau de Jurisdição, que se encontram disponíveis no site deste tribunal.

Ao longo do ano de 2015, o TRT-MA executou sua atividade finalística orientado pelas Metas Nacionais propostas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Macroprocessos finalísticos	Macroprocesso 1 - Processo Judicial trabalhista de 1º Grau
	Macroprocesso 2 - Processo Judicial trabalhista de 2º Grau

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

a) Descrição Processos:

Processo	Finalidade
Autuação	Promover a autuação, classificação, distribuição e notificação das partes do processo judicial.
Audiência de Instrução	Colher depoimentos, oitiva de testemunhas, juntada de contestações, apreciação de diligências e tentativa de conciliação, depoimentos.
Julgamento	Ato do juiz pelo qual se julga a causa em seu mérito de forma parcial ou plena, rejeitando ou provendo seus pedidos (em sua totalidade ou não) ou, ainda, quando for o caso, é o ato do juiz pelo qual o mesmo extingue o processo, sem julgar-lhe a causa, por uma das causas do art. 267 do CPC.
Recursos	Conhecer dos pedidos de reexame das decisões judiciais para, no mesmo processo, reformar, invalidar, esclarecer ou integrar uma decisão judicial pelo próprio magistrado que as proferiu ou por Órgão colegiado.
Execução	Promover a citação do réu, para que cumpra a obrigação ou, se não cumprir, promover a execução forçada ou conciliar, para garantir a efetividade do processo.
Baixa	Encaminhar o processo ao juízo competente ou retorná-lo à origem, arquivar definitivamente o processo.

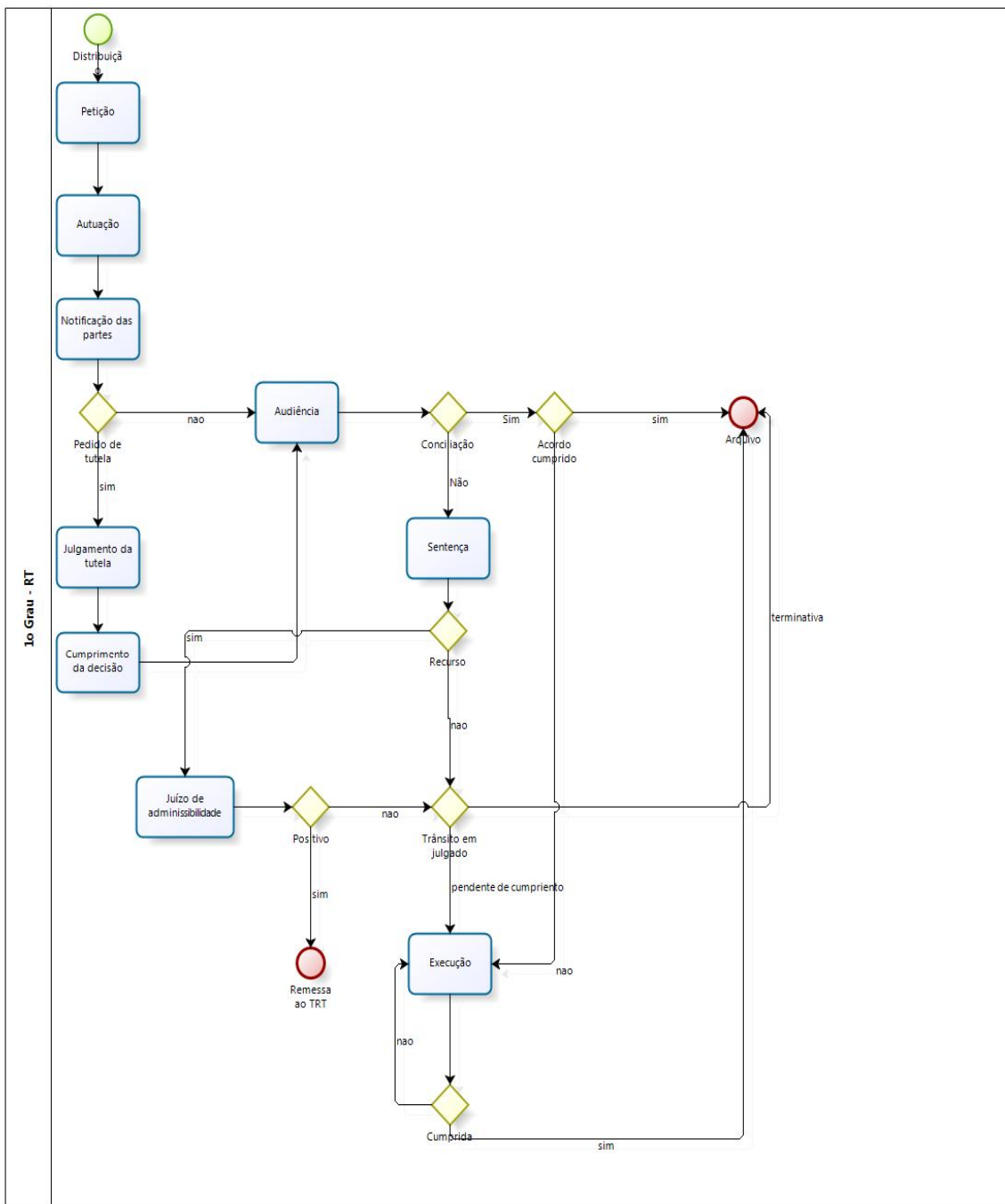
Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

b) Principais processos e produtos relacionados:

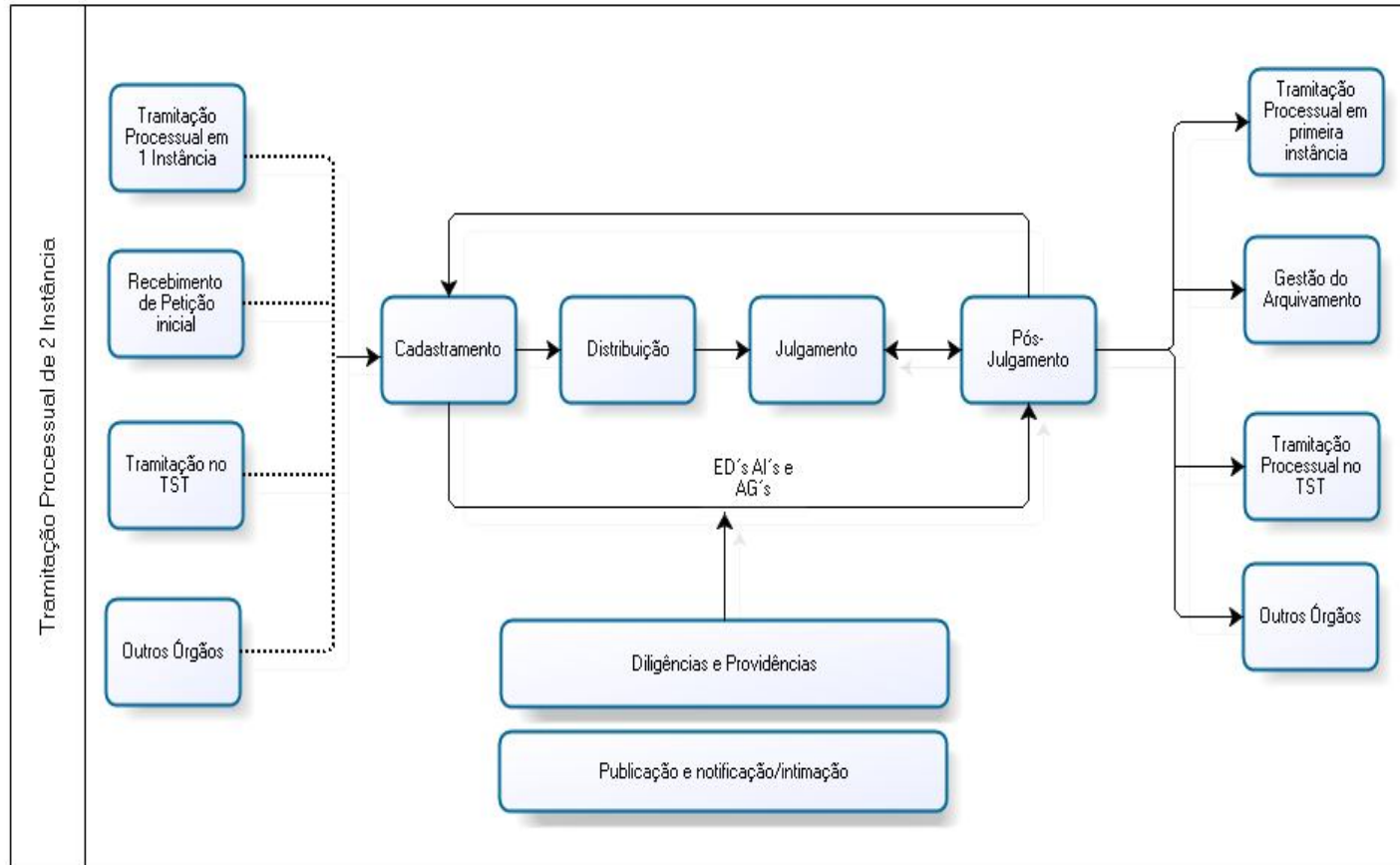
Macroprocessos	Processos	Atividades	Unidades Responsáveis
Processo Judicial trabalhista 1º grau	Autuação	Distribuir ação Designar audiência Notificar partes e advogado	Varas do Trabalho: Juizes e Servidores
	Instrução	Realizar audiência Certificar prazo	Juizes (órgãos julgadores de 1º grau)
	Defesa	Elaborar despacho Cumprir diligência	
	Julgamento	Publicar atos processuais	Setor de Apoio ao PJe/JT
	Execução	Proferir sentença Liquidar sentença	
	Recurso	Conhecer dos Recursos interpostos	Diretorias de Foro
	Pagamento	Indicar Perito Judicial Expedir Ofício Precatório	
Processo Judicial trabalhista 2ª Grau	Baixa	Expedir Carta precatória Realizar Praça Realizar Leilão Expedir alvarás	
	Autuar	Remessa ao MPT	
	Distribuir	Remessa AGU	
	Sessão de	Remessa PFN	
	Julgamento	Relatar recursos e ações originárias	Gabinetes de Desembargadores
	Publicação	Revisar processos	Tribunal Pleno
	Baixa	Elaborar Pauta Elaborar votos Minutar acórdãos Elaborar decisão monocrática Elaborar despachos	Turmas

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

c) Macroprocesso de 1ª instância:



d) Macroprocesso de 2ª instância:



e) Principais insumos e fornecedores para cada macroprocesso:

- 1 – PJE/JT (Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho);
- 2 - AUD (sistema de sala de audiência);
- 3 – E-DOC (petição eletrônica processos físicos);
- 4 – BacenJud (Parceria com Banco Central do Brasil para consulta e bloqueios de valores em instituições bancárias);
- 5 – INFOJUD (informações de bens em declaração de imposto de renda com autorização judicial);
- 6 – RENAJUD (Parceria com o DENATRAN restrição em veículos “online”);
- 7 – Imprensa Oficial - DOU/DEJT (publicações dos atos processuais);
- 8 – Empresa de Telecomunicações (suporte tecnológico de acesso à internet);
- 9 – Correios – Entrega de correspondências diversas.

f) Principais parceiros do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Os principais parceiros do Poder Judiciário que colaboram ou participam na consecução dos objetivos relacionados ao macroprocesso finalístico:

O Tribunal Superior do Trabalho é órgão de cúpula da Justiça do Trabalho sendo, portanto, cuja função precípua consiste em uniformizar a jurisprudência trabalhista brasileira, nos termos do artigo 111, inciso I, da Constituição Federal.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, exerce a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, bem como promove a integração e desenvolvimento dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Varas do Trabalho.

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ aperfeiçoa o trabalho do sistema judiciário brasileiro no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual.

g) Principais Parceiros externos

São os entes com potencial para influir na demanda, na prestação de serviço ou objetivos e metas, mesmo que dele não participem, mas que possam ser afetadas pelo resultado de sua execução ou conclusão (magistrado, servidor, comitê, comissão, unidade, jurisdicionado, fornecedor, organização ou instituição) que tenham interesse direto nos processos ou que sejam por ele impactados.

- Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
- Ministério Público do Trabalho- MPT
- Ministério Público Federal - MPF
- Ministério Público Estadual - MPE
- Defensoria Pública
- Secretaria de Estado Direitos Humanos, Assist Social e Cidadania

- SEDIHC

AMATRA16

- Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial - SEIR
- Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST
- Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SINE
- Associação dos Magistrados do Trabalho da 16ª Região -

ASCAMAR

- Secretaria da Receita Federal - SRF
 - Caixa Econômica Federal – CEF
 - Associação de Catadores de Lixo do Estado do Maranhão –
-
- Centrais Elétricas do Estado do Maranhão - CEMAR
 - Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA

4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.

4.1 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.

MAPA ESTRATÉGICO



IDENTIDADE INSTITUCIONAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

A Missão é o objetivo fundamental de uma organização e consiste na definição dos seus fins estratégicos gerais. A missão deve ser uma declaração que define a que a instituição se propõe. Consiste na razão de ser da instituição, aquilo que justifica sua existência. É uma ferramenta de comunicação, que esclarece para o público interno e para a sociedade o negócio da organização, o que ela faz.

NO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT-MA 2015-2020, A MISSÃO FOI ASSIM DEFINIDA:

Solucionar conflitos trabalhistas com celeridade e efetividade.

A Visão é o estado desejado ao término da vigência do Plano Estratégico. A visão de futuro determina o que a organização pretende ser. Trata-se do

que a organização almeja, o que ela deseja construir enquanto cumpre sua missão. A visão propicia o comprometimento dos colaboradores, ao expressar as ambições da instituição.

NO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT-MA 2015-2020, A VISÃO FOI ASSIM DEFINIDA:

Aperfeiçoar-se como instrumento efetivo de justiça, paz social e cidadania.

Os Valores são qualificações da conduta diária. Sinalizam o que se persegue em termos de padrão de comportamento de toda a equipe na busca da excelência. Constituem uma fonte de inspiração, por meio da qual a organização declara que atributos deseja preservar, adquirir ou incentivar.

NO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT-MA 2015-2020, OS VALORES FORAM ASSIM DEFINIDOS:

Acessibilidade
Comprometimento
Efetividade
Ética
Gestão participativa
Humanização
Probidade
Responsabilidade socioambiental
Urbanidade
Valorização das pessoas

4.1.1 – DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
PROMOVER A CIDADANIA E A INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE	Relaciona-se com a concretização dos direitos constitucionais, através de ações de responsabilidade socioambiental, que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos e deveres do cidadão.
BUSCAR A EFETIVIDADE DOS ATOS JUDICIAIS	Trata-se do resultado pretendido com a prestação jurisdicional: que todos os atos judiciais sejam efetivos, tendentes à finalização dos processos e à satisfação dos direitos.
ASSEGURAR PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	Tem por finalidade apresentar respostas à crescente demanda judicial e envolve a análise da execução das atividades, com vistas ao melhor desempenho da organização.
ESTIMULAR A CONCILIAÇÃO	Visa propagar o sentimento conciliatório como mecanismo de resolução dos processos e contraponto à cultura da litigância.
GERENCIAR DEMANDAS REPETITIVAS	Refere-se ao monitoramento dos grandes litigantes e das demandas repetitivas, com o objetivo de reduzir o acúmulo de processos relativos à litigância serial.
IMPULSIONAR OS PROCESSOS DE EXECUÇÃO	Busca reconhecer a execução como fase crítica do processo e que deve ser priorizada, por meio de ações que otimizem os processos de trabalho e permitam a solução definitiva das demandas.
IMPLANTAR SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO	Trata-se de melhorar o controle e a fiscalização dos atos administrativos por meio da implantação de normas e procedimentos.
ESTIMULAR A INTEGRAÇÃO ENTRE AS UNIDADES DO TRT	Tem por finalidade gerar sentimento de coesão e proximidade entre as unidades judiciais e administrativas, divulgando boas práticas e alinhando procedimentos.
APRIMORAR A QUALIDADE DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	Relaciona-se com a eficiência operacional, com a transparência institucional e com a adoção de práticas consolidadas de gestão, envolvendo estratégia, comunicação, processos de trabalho e projetos.
REDUZIR CUSTOS DE FUNCIONAMENTO	Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para as necessidades essenciais e as prioritárias.
DESENVOLVER AÇÕES VOLTADAS À PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA	Objetiva potencializar o capital humano, por meio da valorização dos colaboradores, avaliação e desenvolvimento de competências, do incentivo à prevenção em saúde e da humanização nas relações de trabalho.
CRIAR PROGRAMAS CONTINUADOS DE FORMAÇÃO	Busca a elaboração de programas estruturados de desenvolvimento pessoal e profissional de forma continuada e com o objetivo de estabelecer itinerários formativos para cada categoria funcional.
APERFEIÇOAR A INFRAESTRUTURA E A GOVERNANÇA DE TIC	Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos.
PROMOVER A MANUTENÇÃO PERIÓDICA DA ESTRUTURA FÍSICA E DE EQUIPAMENTOS	Refere-se à preservação do patrimônio material, com o intuito de prolongar a vida útil de equipamentos e conservar a estrutura física, assegurando um ambiente de trabalho saudável.

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

4.1.2 – ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.

O TRT da 16ª Região procedeu à revisão de seu plano estratégico, tendo em vista o término de vigência do plano anterior e impulsionado pelas Resoluções nº 198/2014 do CNJ e 145/2014 do CSJT.

O processo de revisão do plano estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região foi conduzido considerando o alinhamento institucional com as instâncias superiores e o desenvolvimento de noções particulares ao órgão.

No cenário nacional, o Conselho Nacional de Justiça constituiu uma Rede de Governança Colaborativa, que permitiu a contribuição de todos os tribunais brasileiros na construção da estratégia nacional.

Em novembro de 2013, no VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Belém/PA, foram aprovados os macrodesafios do Poder Judiciário para o horizonte de tempo 2015-2020, que compõem a “Estratégia Judiciário 2020”, convalidada pela Resolução nº 198/2014 do CNJ, de 01 de julho de 2014.

A definição das Metas Nacionais para o ano de 2015 ocorreu por meio de Reunião Preparatória (em 26 e 27 de março de 2014), que culminou com a votação no VIII Encontro Nacional, em novembro de 2014, em Florianópolis/SC.

Em paralelo, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho coordenava a atuação dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, reunidos por meio da Rede de Governança Colaborativa. Em 26 e 27 de agosto de 2014, ocorreu a Reunião Nacional da Estratégia da Justiça do Trabalho – REUNE-JT, na qual os tribunais apresentaram suas sugestões de metas para o próximo horizonte estratégico.

Em 28 de novembro de 2014, a Resolução nº 145/2014 do CSJT, aprovou o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, contendo as Metas Nacionais do CNJ e as propostas para este ramo de Justiça.

As atividades do TRT 16ª Região iniciaram em 07 de abril de 2014, com a elaboração do projeto de revisão.

Para definir as diretrizes do processo, foi instituída a Comissão de Revisão do Planejamento Estratégico, por meio da Portaria GP nº 420/2014.

Servidores da Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa do TRT da 16ª Região visitaram, nos dias 14 e 15 de abril de 2014, o TRT da 8ª Região, que já finalizava seu processo de revisão. A metodologia aplicada por aquele Regional influenciou o desenvolvimento dos trabalhos no TRT do Maranhão.

Entre os meses de maio e julho de 2014, a equipe da Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa promoveu oficinas de planejamento estratégico nas dezesseis Varas do Trabalho localizadas no interior do estado do Maranhão.

A iniciativa evitou convocar apenas representantes das unidades. O deslocamento de dois servidores da CGEEP para as cidades que contam com a presença do TRT 16ª promoveram um envolvimento de maior quantidade de servidores, muitos dos quais não possuíam contato com os conceitos usualmente abordados na área de planejamento.

Visando aproximar o Plano Estratégico em construção da realidade vivenciada pelas diversas Varas do interior, a CGEEP funcionou como elo entre as unidades, compilando os resultados colhidos.

Durante as oficinas, foram esclarecidos os conceitos relacionados ao planejamento estratégico e apresentados os macrodesafios do Poder Judiciário para os anos de 2015-2020. Além disso, como forma de estimular as discussões e a construção de matriz SWOT, que identifica forças, fraquezas, oportunidades e ameaças em cada unidade, foram aplicados questionários baseados em pesquisa de clima organizacional.

As unidades debateram acerca da identidade institucional (missão, visão e valores), bem como sobre perspectivas, temas e objetivos estratégicos, fundamentais para a compreensão da metodologia Balanced Scorecard (BSC), utilizado para a elaboração do Mapa Estratégico.

Ao todo, foram 15 oficinas, que contaram com a participação de 100 pessoas.

Na capital do estado, as atividades incluíram oficina junto às unidades de primeiro grau (10 de junho de 2014), duas reuniões de análise da estratégia (19 e 21 de agosto de 2014), com as áreas administrativa e judicial do segundo grau de jurisdição, bem como participação na 2ª Semana de Formação de Magistrados, promovida pela Escola Judicial em outubro de 2014, oportunidade na qual foram validadas as informações colhidas perante as unidades. Essas ações envolveram 35 servidores e 39 magistrados.

Visando ampliar o caráter participativo do processo de revisão, durante o período de 28 de abril a 31 de julho de 2014, foi disponibilizado um canal de relacionamento, permitindo que os interessados (público interno e externo) apresentassem sugestões que contribuíssem para a melhoria da prestação jurisdicional, incluindo a infraestrutura física e/ou organizacional, aperfeiçoamento das rotinas de trabalho ou qualquer outra área de atuação da Justiça Trabalhista no estado do Maranhão.

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região laborou de forma a conciliar as diretrizes nacionais com as demandas locais. A reunião da Comissão de revisão do Plano Estratégico, ocorrida no dia 14 de novembro de 2014, foi a última etapa antes da aprovação do Plano Estratégico para o sexênio 2015-2020, conforme Portaria GP nº 1254/2014, de 26 de dezembro de 2014 e referendada pela Resolução Administrativa Nº 187/2015. O lançamento do Plano Estratégico Institucional ocorreu no dia 06 de março de 2015.

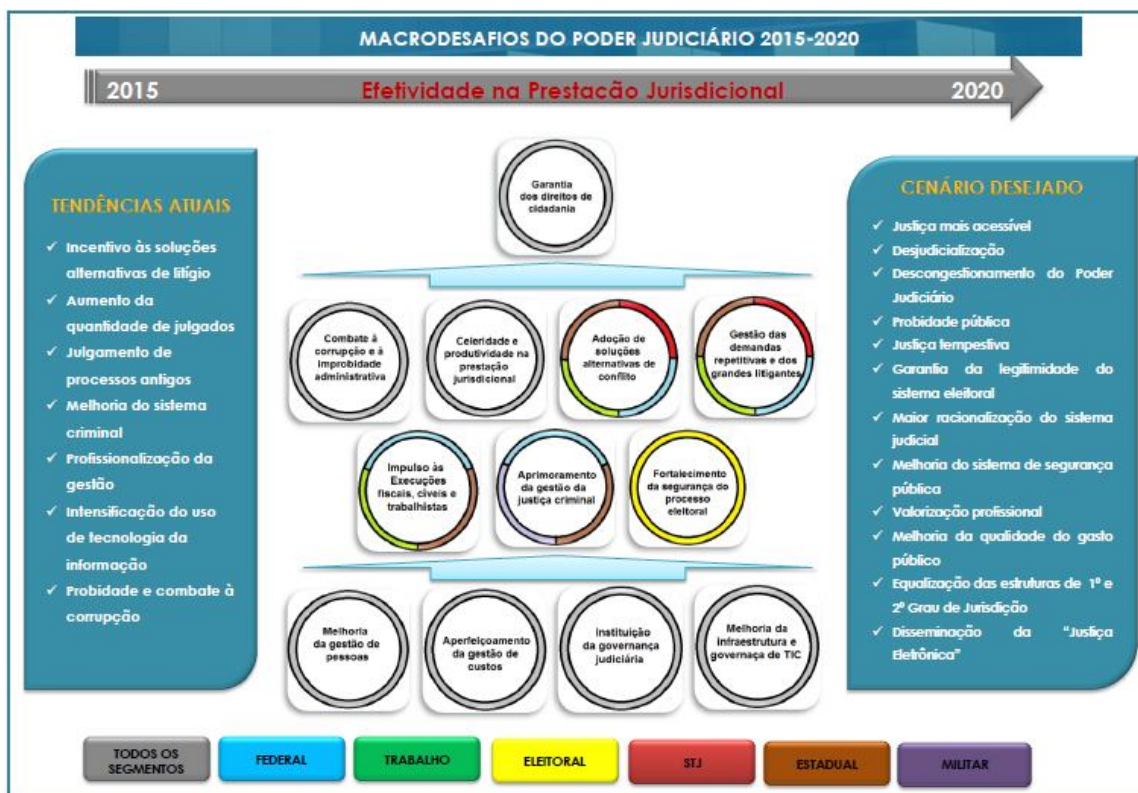
4.1.3 – VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS.

O Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, aprovado pela Resolução Administrativa nº 235/2009, conduziu as atividades judiciais e administrativas durante o quinquênio 2010-2014. Consistiu na primeira experiência do Tribunal com a gestão estratégica e serviu para alçar o nosso Regional ao patamar que se encontra hoje, no alto de seus 25 anos.

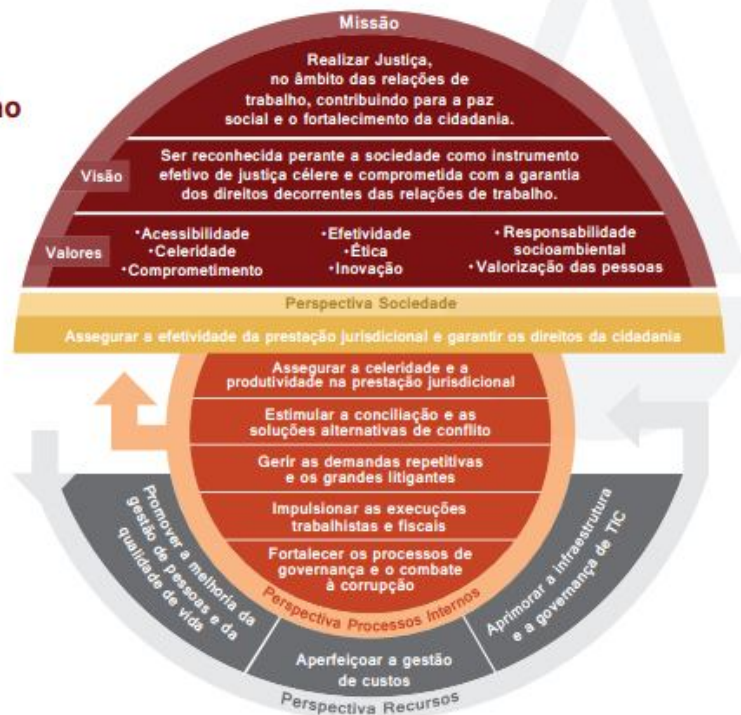
No ano de 2014, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 198, que instituiu a “Estratégia Judiciário 2020”, consolidando os macrodesafios do Poder Judiciário, aprovados um ano antes, durante o VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Belém-PA.

Orientado por essas diretrizes, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho aprovou a Resolução nº 145/2014, com o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, elaborado com a colaboração dos 24 Tribunais Regionais.

Estavam, pois, lançadas as bases para a revisão do Plano Estratégico do TRT 16ª. O horizonte estratégico seria, agora, de seis anos, de 2015 a 2020. O alinhamento entre as instituições se daria pelo conteúdo temático dos macrodesafios.



Mapa Estratégico da Justiça do Trabalho



MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO E METAS RELACIONADAS

MACRODESAFIO	METAS RELACIONADAS
1. Efetividade na prestação jurisdicional	META 20 – TRT (IPP) META 19 – TRT (APP)
2. Garantia dos direitos de cidadania	META 13 – CSJT (IAM) META 22 – TRT (ISI) META 21 – TRT (IPCIS)
3. Combate à corrupção e à improbidade administrativa	META 17 – TRT (SCI)
4. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	META 1 – CNJ/ META 6 – CSJT (IPJ) META 2 – CNJ/ META 7 – CSJT (IPA) META 4 – CSJT (TMDP2) META 5 – CSJT (TMDP1c) META 8 – TRT (PJ1) META 9 – TRT (PJ2) META 10 – TRT (CongC)
5. Adoção de soluções alternativas de conflito	META 9 – CSJT (ICONc) META 11 – TRT (AHE)
6. Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	META 6 – CNJ/ META 8 – CSJT (IJAC) META 7 – CNJ/

	META 10 – CSJT (ICP) META 12 – TRT (IARR)
7. Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas	META 5 – CNJ/ META 11 – CSJT (IE) META 13 – TRT (CongE)
8. Melhoria da gestão de pessoas	META 1 – CSJT (iGovPessoas) META 1 – TRT (ISCO) META 2 – TRT (NAS) META 3 – TRT (NMSA) META 4 – TRT (ICap) META 5 – TRT (ICapS)
9. Aperfeiçoamento da gestão de custos	META 2 – CSJT (IEOD) META 18 – TRT (IRC)
10. Instituição da governança judiciária	META 12 – CSJT (iGov) META 7 – TRT (TCDE) META 14 – TRT (IGP) META 15 – TRT (NAI) META 16 – TRT (BPG)
11. Melhoria da infraestrutura e governança de TIC	META 3 – CSJT (iGovTI) META 6 – TRT (ISTIC)

4.2 – FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS.

Para o monitoramento da execução e dos resultados do Plano Estratégico o TRT-MA utiliza o Sistema de Gestão da Estratégica – SIGEST. Através dele são acompanhados os resultados dos objetivos, indicadores e metas, além dos projetos. A seguir, apresentamos alguns exemplos:

The screenshot displays the SIGEST 6.08.17 web application interface. The main content area is titled "Mapa - Mapa Estratégico TRT 16º Região 2015 - 2020". It features several strategic pillars:

- PERSPECTIVA RECURSOS (Green):**
 - GESTÃO DE PESSOAS:**
 - Desenvolver ações voltadas à promoção da qualidade de vida.
 - Promover a formação continuada do quadro funcional.
 - INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA:**
 - Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC.
 - Garantir a infraestrutura apropriada às atividades do TRT.
- PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS (Blue):**
 - PROCESSO JUDICIAL:**
 - Asegurar produtividade na prestação jurisdicional.
 - Estimular a conciliação.
 - Gerenciar demandas repetitivas.
 - Impulsionar os processos de execução.
 - GOVERNANÇA JUDICIÁRIA:**
 - Ampliar o modelo de gestão participativa.
 - Aprimorar a qualidade da gestão administrativa.
 - Asegurar mecanismos de controle para a administração.
 - Aperfeiçoar a gestão de custos.
- VISÃO (Yellow):** Aperfeiçoar-se como instrumento efetivo de justiça, paz social e cidadania.
- VALORES (Yellow):**
 - Acessibilidade
 - Comprometimento
 - Efetividade
 - Ética
 - Gestão participativa
 - Humanização
 - Probidade
 - Responsabilidade socioambiental
 - Urbanidade
 - Valorização das pessoas
- MISSÃO (Yellow):** Solucionar conflitos trabalhistas com celeridade e efetividade.
- PERSPECTIVA SOCIEDADE (Red):**
 - CIDADANIA E EFETIVIDADE:**
 - Promover a cidadania e a integração com a sociedade.
 - Buscar a efetividade na prestação jurisdicional.

The interface also includes a search bar, navigation icons, and a footer with the text "Mostrar todos os downloads...".

SIGEST 6.08.17 Pesquisar - 2015+ ajuda sair

Projetos

Filtro

Área: TRT 16ª Região (MA) Incluir áreas subordinadas

Descrição: Responsável:

Origem: Tipo:

Farol: Prioridade:

Cód. importação: Status:

Inserção de dados:

Prazo do projeto - Início: a Prazo do projeto - Término: a

Prazo das ações - Início: a Prazo das ações - Término: a

Tema estratégico: Todos Patrocinador:

Descrição	Responsável	Patrocinador	Área	Desempenho	Cronograma	Cód. importação	Prazo das ações Início	Prazo das ações Término	Anexos Tipo	Status	Prioridade	Realizado das ações Início	Realizado das ações Término
Lançamento do Plano Estratégico do TRT 16ª Região para o período de 2015 a 2020.	Ciro Ibiapina Cardoso	Luit Cosmo da Silva Junior	TRT-16-SECOES-Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística			TRT-16-PROJ-01	08/01/2015	13/03/2015	Projeto operacional	Concluído	3	08/01/2015	13/03/2015

Desempenho: ● Meta alcançada ● Atenção ● Meta não alcançada ● Analisar meta subdimensionada ● Valor desatualizado

Situação das ações: ● Concluída ● Dentro do prazo ● Atraso de até 5 dias ● Atraso maior que 5 dias ● Cancelada ○ Não iniciada

SIGEST 6.08.17 Pesquisar - 2015+ ajuda sair

Atualização de valores

Item: Promover a formação continuada do quadro funcional Melhor ↑

Período	Previsto	Farol	Realizado	Desempenho	Tendência	Valores estimados	Anexos	Previsto	Farol	Acumulado Realizado	Desempenho	Valores estimados	Memória de cálculo
Janerio	100,00	●	332,56	332,6%	↔			100,00	●	332,56	332,6%		
Fevereiro	100,00	●	136,70	136,7%	↔			100,00	●	296,79	296,8%		
Março	100,00	●	13,67	13,7%	↘			100,00	●	285,80	285,8%		
Abril	100,00	●	254,27	254,3%	↗			100,00	●	365,42	365,4%		
Mai	100,00							100,00					
Junho	100,00							100,00					
Julho	100,00							100,00					
Agosto	100,00							100,00					
Setembro	100,00							100,00					
Outubro	100,00							100,00					
Novembro	100,00							100,00					
Dezembro	100,00							100,00					

● r >= 90% ● 60% <= r < 90% ● r < 60%

FÓRMULA DO VALOR REALIZADO
 (<TRT16-IND-04 Índice de Capacitação (TRT-16-ESCUJ-EScola Judicial)> + <TRT16-IND-05 Índice de Capacitação em Sistemas Tecnológicos (TRT-16-ESCUJ-EScola Judicial)>)/2

FÓRMULA DO VALOR REALIZADO ACUMULADO
 (Valor realizado acumulado[<TRT16-IND-04 Índice de Capacitação (TRT-16-ESCUJ-EScola Judicial)>] + Valor realizado acumulado[<TRT16-IND-05 Índice de Capacitação em Sistemas Tecnológicos (TRT-16-ESCUJ-EScola Judicial)>])/2

INFORMAÇÕES MAGI...xls | INFORMAÇÕES MAGI...xls | Mostrar todos os downloads...

SIGEST 6.08.17 Pesquisar 2015+ ajuda sair

Objetivos estratégicos/Indicadores/Parâmetros

Filtro

Área: JT_TRT16 Incluir áreas subordinadas

Descrição:

Melhor: Todos

Tipo: Indicador

Classe/origem:

Farol acum.:

Status:

Perspectiva: Todas

Responsável:

Periodicidade: Todas

Cód. importação:

Inserção de dados:

Tema estratégico:

Descrição	Unid. de medida	Responsável	Área	Perspectiva	Periodicidade	Melhor	Farol	Farol acum.	Cód. importação	Tipo	Status	Tema estratégico
TRT16 - M10 (TT) - ICP - Índice de Concentração de Processos das Maiores Litigantes	Percentual	Carlos Gustavo Brito Castro	Metas do Plano Estratégico da JT	Processos Internos	Mensal	↑	●	JT.TRT16.ICP		Indicador Ativo		
TRT16 - M11 (JT) - IE - Índice de Execução	Percentual	Carlos Gustavo Brito Castro	Metas do Plano Estratégico da JT	Processos Internos	Mensal	↑	●	JT.TRT16.IE		Indicador Ativo		
TRT16 - M13 (JT) - IAM - Índice de Alcance das Metas	Unidade	Carlos Gustavo Brito Castro	Metas do Plano Estratégico da JT	Sociedade	Mensal	↑	●	JT.TRT16.IAM		Indicador Ativo		
TRT16 - M2 (JT) - IEOD - Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado	Percentual executado	Carlos Gustavo Brito Castro	Metas do Plano Estratégico da JT	Recursos	Mensal	↑	●	JT.TRT16.IEOD		Indicador Ativo		
TRT16 - M4 (JT) - TMDP2 - Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância	Dias	Carlos Gustavo Brito Castro	Metas do Plano Estratégico da JT	Processos Internos	Mensal	↓	●	JT.TRT16.TMDP2		Indicador Ativo		
TRT16 - M5 (JT) - TMDP1c - Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância - Fase de Conhecimento	Dias	Carlos Gustavo Brito Castro	Metas do Plano Estratégico da JT	Processos Internos	Mensal	↓	●	JT.TRT16.TMDP1c		Indicador Ativo		
TRT16 - M6 (JT) - IPJ - Índice de Processos Julgados	Percentual	Carlos Gustavo Brito Castro	Metas do Plano Estratégico da JT	Processos Internos	Mensal	↑	●	JT.TRT16.IPJ		Indicador Ativo		
TRT16 - M7 (JT) - IPA - Índice de Processos Antigos	Percentual	Carlos Gustavo Brito Castro	Metas do Plano Estratégico da JT	Processos Internos	Mensal	↑	●	JT.TRT16.IPA		Indicador Ativo		
TRT16 - M8 (JT) - IACJ - Índice de Ações Coletivas Julgadas - 1º grau	Percentual	Carlos Gustavo Brito Castro	Metas do Plano Estratégico da JT	Processos Internos	Mensal	↑	●	JT.TRT16.IACJ		Indicador Ativo		
TRT16 - M8 (JT) - IACJ - Índice de Ações Coletivas Julgadas - 2º grau	Percentual	Carlos Gustavo Brito Castro	Metas do Plano Estratégico da JT	Processos Internos	Mensal	↑	●	JT.TRT16.2GRAU.IACJ		Indicador Ativo		
TRT16 - M9 (JT) - ICONC - Índice de Conciliação - Fase de Conhecimento	Percentual	Carlos Gustavo Brito Castro	Metas do Plano Estratégico da JT	Processos Internos	Mensal	↑	●	JT.TRT16.ICONC		Indicador Ativo		

● Meta alcançada
 ● Atenção
 ● Meta não alcançada
 ● Analisar meta subdimensionada
 ● Valor desatualizado

4.3 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.

4.3.1 – OBJETIVOS ESTABELECIDOS NO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.

Não existem objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

4.3.2 – EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.

Identificação da Ação						
Código	136H					Tipo: Projeto
Título	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Bacabal - MA					
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.350.352,00	1.350.352,00	581.061,28	-	-	-	581.061,28
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Edifício Construído		% de Execução Física	51,0	0,0	0,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.249.778,00	1.003.474,63	-	Edifício Construído	% de Execução Física	49,0	

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Identificação da Ação						
Código	14RA					Tipo: Projeto
Título	Construção de Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pinheiro - MA					
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – Maranhão					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000,00	1.000.000,00	812.873,10	-	-	-	812.873,10
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		

		Prevista	Reprogramada	Realizada	
Edifício Construído	% de execução física	50,0	0,0	0,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
909.556,00	223.645,83	-	Edifício Construído	% de execução física	53,0

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Identificação da Ação						
Código	14R8		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Imperatriz - MA					
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.300.000,00	90.142,00	28.701,63	28.396,38	28.396,38	-	305,25
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Edifício Construído		% de execução física		34,0	0,0	0,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5.000,00	5.000,00	-	Edifício Construído	% de execução física	0,0	

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Identificação da Ação							
Código	00M1		Tipo: Operação Especial				
Descrição	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571	Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0021-Maranhão	29.832,00	72.207,00	32.405,90	32.405,90	32.405,90	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	

		medida		(*)		
0021-Maranhão						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0021-Maranhão						

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Identificação da Ação							
Código	0181			Tipo: Operação Especial			
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código: 0571		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0021-Maranhão	14.403.000,00	16.749.145,00	16.746.951,83	16.739.511,31	16.739.511,31	-	7.440,52
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0021-Maranhão	462.215,42	6.678,81	455.536,61				

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Identificação da Ação							
Código	09HB			Tipo: Operação Especial			
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código: 0571		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do	
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Localizador						exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
021-Maranhão	19.500.000,00	21.260.297,00	20.559.080,82	20.559.080,82	20.559.080,82	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas				
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0021-Maranhão	311.595,68	5.819,56	298.958,82				

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Identificação da Ação							
Código	20TP			Tipo: Atividade			
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571	Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0021-Maranhão	101.575.823,00	116.868.494,00	116.868.494,00	116.724.104,50	116.724.104,50	-	144.389,50
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0021-Maranhão							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas				
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0021-Maranhão	6.501.431,12	38.965,05	6.450.765,34				

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Identificação da Ação			
Código	2004		Tipo: Atividade
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes		
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista	Código: 0571	Tipo: Gestão e Manutenção

Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0021-Maranhão	3.908.700,00	4.272.930,00	4.272.930,00	4.272.930,00	4.272.930,00	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0021-Maranhão							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0021-Maranhão	4.397,82	4.397,82					

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Identificação da Ação							
Código	2010			Tipo: Atividade			
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código: 0571	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0021-Maranhão	997.920,00	1.010.875,00	1.007.939,92	1.007.939,92	1.007.939,92	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0021-Maranhão							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0021-Maranhão	-	-	-				

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Identificação da Ação							
Código	2011			Tipo: Atividade			
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571	Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0021-Maranhão	1.200,00	1.200,00	1.100,34	1.100,34	1.100,34		
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0021-Maranhão							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0021-Maranhão							

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Identificação da Ação							
Código	2012			Tipo: Atividade			
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571	Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0021-Maranhão	5.520.000,00	6.120.451,00	6.105.295,09	6.105.295,09	6.105.295,09	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0021-Maranhão							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

	janeiro				medida	
0021-Maranhão	315.228,98	315.228,98	-			

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Identificação da Ação							
Código	2549			Tipo: Atividade			
Descrição	Comunicação e Divulgação Institucional						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código: 0571	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0021-Maranhão	300.000,00	210.000,00	119.462,20	93.225,74	93.225,74	-	26.236,46
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0021-Maranhão	Matéria Veiculada			Unidade	850,0	0,0	651,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0021-Maranhão	43.766,00	12.285,00	30.000,00	Matéria Veiculada	unidade	10,0	

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Identificação da Ação							
Código	4224			Tipo: Atividade			
Descrição	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código: 0571	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0021-Maranhão	550.000,00	550.000,00	262.795,77	205.475,68	205.475,68	-	57.320,09
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada

0021-Maranhão	Pessoa Assistida		unidade	500,0	0,0	176,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0021-Maranhão				Pessoa Assistida	unidade	0,0

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Identificação da Ação							
Código	4256			Tipo: Atividade			
Descrição	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código: 0571	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0021-Maranhão	18.299.214,00	23.073.649,00	22.511.033,85	20.143.898,84	20.037.048,87	106.849,97	2.367.135,01
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0021-Maranhão	Processo Julgado			unidade	51.000,0	0,0	51.579,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0021-Maranhão	2.203.201,77	2.024.168,43	154.645,96	Processo Julgado	unidade	1,0	

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Identificação da Ação					
Código	14R9		Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barra do Corda - MA				
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
209.167,88	201.713,90	7.453,98	Edifício Construído	% execução física	

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Conforme o Manual Técnico do Orçamento 2015 (MTO 2015), editado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ação é uma “Operação da qual resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de Ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílio, contribuições, entre outros e os financiamentos”.

Ainda, segundo o MTO 2015, as Ações subdividem-se em Atividade, Projeto e Operação Especial. Projeto caracteriza-se pelo envolvimento de um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo, enquanto a Atividade é um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação do Governo. Por outro lado, Operações Especiais são despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Dessa forma, considerando as subdivisões da Ação, tem-se a seguinte configuração no âmbito desta UPC:

PROJETOS :

136H – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Bacabal – MA.

A dotação orçamentária inicial na LOA 2015 foi de R\$ 1.350.352,00 (um milhão trezentos e cinquenta mil e trezentos e cinquenta e dois reais), porém, diante dos contingenciamentos ocorridos durante o exercício, só foi possível a execução de R\$ 581.061,28 do orçamento.

Isso porque foi executado R\$ 246.159,15 para complementar o valor empenhado de 2014 (R\$ 1.249.778,00) para garantir o valor contratado na licitação de R\$ 1.495.937,15.

Além disso, o contrato sofreu um aditivo dentro do percentual previsto em Lei e foram emitidos mais 02 empenhos no total de R\$ 334.902,13.

A meta física prevista foi de 51% (cinquenta e um por cento) do edifício construído, tendo sido satisfatório o resultado alcançado, atingindo 49% (quarenta e nove por cento) da construção.

14RA – Construção de Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pinheiro – MA.

Para essa ação, a dotação orçamentária inicial na LOA 2015 foi de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), porém, em função dos contingenciamentos ocorridos durante o exercício, só foi possível a execução de R\$ 812.873,10 do orçamento. O valor de R\$ 481.439,87 foi para complementar o valor empenhado de 2014 (R\$ 909.556,00) para garantir o valor contratado na licitação de R\$ 1.390.995,87.

Além disso, o valor executado de R\$ 331.433,23 foi para garantir o 1º aditivo do contrato dentro do percentual previsto em Lei.

A meta física prevista foi de 50% (cinquenta por cento) do edifício construído, a qual foi superada pelo resultado alcançado, que chegou a 53% (cinquenta e três por cento).

14R8 – Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Imperatriz – MA.

Para esse projeto, a dotação orçamentária inicial na LOA 2015 foi de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), a qual sofreu uma redução durante o exercício de R\$ 2.209.858,00 (dois milhões duzentos e nove mil e oitocentos e cinquenta e oito reais), o que resultou numa dotação final de R\$ 90.142,00 (noventa mil e cento e quarenta e dois reais). Dessa dotação final, foi executado o valor de R\$ 28.701,63 (vinte e oito mil setecentos e um reais e sessenta e três centavos) em razão dos contingenciamentos ocorridos durante o exercício.

A meta física prevista foi de 34% (trinta e quatro por cento) do edifício construído, porém, não houve execução física da obra durante o exercício.

ATIVIDADES:

As Ações de Atividade “20TP”, “2004”, “2010”, “2011” e “2012” constituem-se em despesas relativas à força de trabalho do Órgão, sendo a primeira relativa à remuneração, e as demais, a um conjunto de benefícios pagos a servidores e magistrados, independentes da discricionariedade do ordenador de despesa; portanto, de caráter obrigatório.

20TP – Pessoal Ativo.

Foi executada no percentual de 100% (cem por cento) da dotação final disponibilizada, de R\$ 116.868.494,00 (cento e dezesseis milhões oitocentos e sessenta e oito mil e quatrocentos e noventa e quatro reais), sendo necessária, inclusive, uma suplementação no montante de R\$ 15.292.671,00 (quinze milhões duzentos e noventa e dois mil e seiscentos e setenta e um reais), para fazer face às despesas de pessoal do Tribunal.

2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados Militares e seus Dependentes.

A dotação inicial para o ano de 2015 foi de R\$ 3.908.700,00 (três milhões novecentos e oito mil e setecentos reais), a qual sofreu um acréscimo de R\$ 364.230,00 (trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos e trinta reais), cujo montante foi integralmente executada.

2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares.

A dotação inicial autorizada foi de R\$ 997.920,00 (novecentos e noventa e sete mil e novecentos e vinte reais), acrescida de uma suplementação de R\$ 12.955,00 (doze mil novecentos e cinquenta e cinco reais), sendo executado o montante de R\$ 1.007.939,92 (um milhão sete mil e novecentos e trinta e nove reais e noventa e dois centavos).

2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.

Foi aprovada uma dotação orçamentária de R\$ 1.200,00 (um mil de duzentos reais), da qual foi executada a quantia de R\$ 1.100,34 (um mil e cem reais e trinta e quatro centavos).

2012 - Auxílio-Alimentação.

Foi consignada uma dotação final no montante de R\$ 6.120.451,00 (seis milhões cento e vinte mil quatrocentos e cinquenta e um reais), cuja execução atingiu 99,75% desse valor.

2549 – Comunicação e Divulgação Institucional.

Para essa ação, a dotação inicial foi de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a qual sofreu uma redução de R\$ 90.0000,00 (noventa mil reais). Dos R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) de crédito disponível, só foi possível a execução de R\$ 119.462,20 (cento e dezenove mil quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte centavos).

4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.

A dotação orçamentária total autorizada no exercício de 2015 foi de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), tendo sido executado o montante de R\$ 262.795,77.

A meta física prevista para a ação foi de 500 pessoas assistidas, sendo executadas apenas 176 pessoas. Explica-se o resultado aquém do esperado em razão da estimativa de beneficiários ter sido superestimada pelas Varas Trabalhistas, além da carência de servidores nas Varas de Trabalho o que dificulta o andamento de tais requisições, diminuindo a quantidade de processos que chegam neste Tribunal para pagamento, colaborando com a baixa meta física de realização desta ação.

4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

Foi disponibilizado inicialmente o montante de R\$ 18.299.214,00 (dezoito milhões duzentos e noventa e nove mil e duzentos e quatorze reais), sendo acrescido o valor R\$ 4.774.435,00 (quatro milhões setecentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e trinta e cinco reais) a título de crédito suplementar, o que resultou uma dotação final de R\$ 23.073.649,00. Desse total, foi executada a quantia de R\$ 22.511.033,85, em razão de contingenciamentos ocorridos durante o exercício.

OPERACÃO ESPECIAIS:

0181– Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

0M1– Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade.

A Ações “0181” e “09HB” tiveram percentuais de execução financeira de 99,99% e 96,70%, respectivamente. Já a ação “00M1” teve um percentual de execução financeira de 44,48%. Quanto às duas primeiras, mostrou-se satisfatório os resultados alcançados. Com relação à última, entende-se ser razoável o valor executado, em virtude da natureza da ação.

4.3.3 – FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.

Em termos relevantes, citam-se como obstáculo ao regular desempenho orçamentário os diversos contingenciamentos de despesas ocorridos durante o exercício, além da demora no recebimento das suplementações via créditos adicionais, as quais só são liberadas bem próximo do encerramento do exercício financeiro, o que dificulta a execução em sua totalidade.

4.3.4 – OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM RESPECTIVO CRÉDITO AUTORIZADO NO ORÇAMENTO.

Quadro A 4.3.4.1-Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
211110400		OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR			
Linha Detalhe					
UG	Credor(CPF)	Saldo final em 31/12/14	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/15
080018	00056464304	289.424,52	-	(289.424,52)	-
080018	00059498315	315.494,59	-	(315.494,59)	-
080018	00060135387	324.774,97	-	(324.774,97)	-
080018	00140287353	153.909,14	13.037,81	69.751,20	210.622,53
080018	00140686304	149.928,59	9.348,31	66.677,80	207.258,08
080018	00154059315	248.607,02	-	(248.607,02)	-
080018	00188786368	315.936,81	-	(315.936,81)	-
080018	00276386345	-	-	280,45	280,45
080018	00308501349	286.327,65	-	(286.327,65)	-
080018	00309540372	78.340,43	7.440,52	35.591,18	106.491,09
080018	00347420346	-	-	1.525,92	1.525,92
080018	00393457508	-	-	154,85	154,85
080018	00467243115	243.734,10	-	(243.734,10)	-
080018	00467448353	252.037,07	-	(252.037,07)	-
080018	00485527391	152.876,03	13.144,87	69.368,89	209.100,05

080018	00539336300	-	-	207,42	207,42
080018	00665125305	-	-	227,88	227,88
080018	00741849461	-	-	1.055,12	1.055,12
080018	00754773353	81.686,88	-	(81.686,88)	-
080018	00882810359	252.037,07	-	(252.037,07)	-
080018	00889717320	252.037,07	-	(252.037,07)	-
080018	01088696368	269.181,51	-	(269.181,51)	-
080018	01112261397	-	-	762,96	762,96
080018	01126385204	109.143,94	10.693,07	50.057,80	148.508,67
080018	01153113430	-	-	327,21	327,21
080018	01199515337	-	-	762,96	762,96
080018	01228550352	84.489,77	-	(84.489,77)	-
080018	01238752349	131.746,71	-	(131.746,71)	-
080018	01328679314	-	-	762,96	762,96
080018	01499857543	-	-	762,96	762,96
080018	01960504215	177.128,21	-	78.006,69	255.134,90
080018	02499380497	288.996,64	-	(288.996,64)	-
080018	02746689391	315.936,81	-	(315.936,81)	-
080018	02946296458	-	-	381,48	381,48
080018	03343685291	-	-	762,96	762,96
080018	04058593768	162.751,34	13.574,23	64.480,73	213.657,84
080018	04395638368	162.413,51	-	(162.413,51)	-
080018	04611632334	153.505,73	10.662,18	68.715,21	211.558,76
080018	04660979482	-	-	762,96	762,96
080018	05009944391	314.169,26	-	(314.169,26)	-
080018	05460140382	163.824,41	10.880,25	73.072,72	226.016,88
080018	05514380378	7.588,50	-	(7.588,50)	-
080018	05671260647	-	-	381,48	381,48
080018	05717974663	-	-	762,96	762,96
080018	05885426368	96.099,68	10.276,03	43.449,65	129.273,30
080018	05999448387	99.082,58	-	(99.082,58)	-
080018	06055877368	156.238,68	-	68.808,86	225.047,54
080018	06082661320	155.322,39	13.177,78	70.403,17	212.547,78
080018	06274277315	-	-	213,26	213,26
080018	06432460450	-	-	762,96	762,96
080018	06737498353	131.360,26	-	(131.360,26)	-
080018	07484135372	198.265,13	-	(198.265,13)	-
080018	07656602372	132.263,27	-	(132.263,27)	-
080018	08086435334	153.246,99	-	(153.246,99)	-
080018	08769004811	494.110,97	-	(494.110,97)	-
080018	08876223304	40.496,72	-	16.998,10	57.494,82
080018	08888426353	124.203,49	-	(124.203,49)	-
080018	08923477320	194.776,09	-	(194.776,09)	-
080018	09041150110	161.742,15	13.330,91	73.157,51	221.568,75
080018	09505458304	-	-	321,37	321,37
080018	09758844172	75.718,90	-	32.940,26	108.659,16
080018	10086846353	139.579,37	-	(139.579,37)	-
080018	10943609372	311.902,50	-	(311.902,50)	-
080018	11041943334	137.365,34	-	(137.365,34)	-
080018	11080485368	-	-	318,45	318,45
080018	11272465349	156.509,52	10.223,78	69.782,56	216.068,30
080018	11720972168	514.047,59	-	(514.047,59)	-

080018	12247570410	158.239,49	-	65.153,57	223.393,06
080018	12487694300	144.047,59	-	(144.047,59)	-
080018	12568074353	104.944,83	-	(104.944,83)	-
080018	12877794334	370.299,15	-	(370.299,15)	-
080018	12942880325	386.946,37	-	(386.946,37)	-
080018	12971260330	125.734,94	-	(125.734,94)	-
080018	13549480334	-	1.733,93	28.379,20	26.645,27
080018	13775561315	-	-	1.144,44	1.144,44
080018	14093901368	-	6.935,72	113.516,77	106.581,05
080018	14195623391	60.890,95	-	28.694,23	89.585,18
080018	1433695320	-	1.223,96	10.900,20	9.676,24
080018	14701669334	182.975,61	-	(182.975,61)	-
080018	14783770387	94.899,55	-	(93.755,11)	1.144,44
080018	14850214304	54.124,88	-	(54.124,88)	-
080018	14988330397	122.155,07	-	(122.155,07)	-
080018	15901955315	242.304,71	-	(242.304,71)	-
080018	16530560378	56.972,65	-	(56.712,62)	260,03
080018	16660358234	136.529,42	-	(136.529,42)	-
080018	17566738372	580.402,28	-	(580.402,28)	-
080018	17571359368	-	-	381,48	381,48
080018	17734010334	-	-	1.144,44	1.144,44
080018	17871271334	-	-	762,96	762,96
080018	17949548304	-	-	274,63	274,63
080018	17970342353	79.228,37	-	(72.266,35)	6.962,02
080018	18396607320	126.098,64	-	(125.815,25)	283,39
080018	18454526234	-	5.924,12	52.758,74	46.834,62
080018	18609473287	204.651,27	-	(204.651,27)	-
080018	18664059268	50.721,81	-	(50.721,81)	-
080018	19430701304	146.971,12	-	64.727,02	211.698,14
080018	19625960368	184.244,28	-	(184.244,28)	-
080018	19698178368	158.505,24	-	(158.505,24)	-
080018	19701420306	60.046,21	-	(60.046,21)	-
080018	19801564334	-	-	204,51	204,51
080018	20473745372	149.885,91	-	67.669,19	217.555,10
080018	20488653304	151.783,00	-	67.060,89	218.843,89
080018	20745419372	128.571,27	-	55.007,81	183.579,08
080018	20884966372	159.911,75	1.733,93	85.420,27	243.598,09
080018	21383871353	135.006,72	-	(135.006,72)	-
080018	21530297320	-	-	762,96	762,96
080018	21612862349	221.900,55	-	(221.900,55)	-
080018	21660905320	368.594,97	-	(368.594,97)	-
080018	21738947300	257.642,59	-	(257.642,59)	-
080018	21739609549	241,55	-	125,04	366,59
080018	21766487653	160.214,27	10.684,91	71.509,69	221.039,05
080018	21816450359	98.976,03	-	(98.976,03)	-
080018	22009531353	148.357,19	-	(148.357,19)	-
080018	22377263100	218.346,13	-	(218.346,13)	-
080018	22456538315	241.856,64	-	(241.856,64)	-
080018	22456856368	122.360,77	-	(122.270,20)	90,57
080018	22461353387	468.391,66	-	(468.391,66)	-
080018	22596836300	157.493,97	-	(157.493,97)	-
080018	22682732372	146.850,32	-	64.690,73	211.541,05

080018	22687033391	66.942,34	-	33.916,62	100.858,96
080018	22690859300	-	-	2.607,33	2.607,33
080018	22904085300	245.396,22	-	(245.346,56)	49,66
080018	23470070334	-	1.733,93	28.379,20	26.645,27
080018	23516038268	328.632,46	-	(327.869,50)	762,96
080018	23578645320	100.679,52	-	45.322,29	146.001,81
080018	23792698315	-	-	762,96	762,96
080018	23819057315	156.986,39	-	(156.986,39)	-
080018	23891530382	119.952,15	-	(119.952,15)	-
080018	23946725368	60.194,38	-	(60.194,38)	-
080018	24084654353	89.795,94	-	(89.795,94)	-
080018	24225355349	83.088,17	-	(83.088,17)	-
080018	24271187372	250.345,32	-	(250.345,32)	-
080018	24772224300	54.051,19	-	(54.051,19)	-
080018	24772224300	94.795,89	2.666,27	122.275,02	214.404,64
080018	25021664387	-	-	265,86	265,86
080018	25042343334	279.518,92	-	(279.518,92)	-
080018	25049836387	235.305,34	-	(235.305,34)	-
080018	25050958334	249.493,45	-	(249.493,45)	-
080018	25066820310	337.684,01	4.471,52	(297.861,96)	35.350,53
080018	25121014368	125.769,51	-	(125.769,51)	-
080018	25156870325	159.275,30	-	(159.275,30)	-
080018	25169939353	61.823,08	-	(61.823,08)	-
080018	25174193372	132.810,75	-	(132.810,75)	-
080018	25179250382	235.826,62	-	(235.826,62)	-
080018	25210190382	186.652,00	-	(186.652,00)	-
080018	25218255300	138.976,34	-	(138.976,34)	-
080018	25422383320	147.364,11	-	(147.364,11)	-
080018	25447920353	-	-	350,58	350,58
080018	25489348372	340.255,50	-	(340.255,50)	-
080018	25559397334	-	-	335,98	335,98
080018	25786911349	59.198,01	-	(59.198,01)	-
080018	25818104320	100.873,56	-	(100.873,56)	-
080018	26660172300	-	1.733,93	28.379,20	26.645,27
080018	26913399391	-	-	1.144,44	1.144,44
080018	26927314334	145.958,57	-	64.173,44	210.132,01
080018	26958139372	295.683,91	-	(295.683,91)	-
080018	26969874320	282.530,93	-	(282.530,93)	-
080018	27018504368	81.521,25	-	(81.521,25)	-
080018	27100359368	521.908,60	-	(521.908,60)	-
080018	27128768300	147.333,35	-	(147.333,35)	-
080018	27190170359	364.609,62	-	(364.609,62)	-
080018	27247309334	118.515,18	-	(118.515,18)	-
080018	27470717315	109.805,49	-	50.708,15	160.513,64
080018	27874133315	279.765,68	-	(279.765,68)	-
080018	27901572272	352.529,80	-	(352.529,80)	-
080018	27903001353	286.156,04	-	(285.393,08)	762,96
080018	27951499315	-	-	762,96	762,96
080018	27953912368	38.325,79	-	(38.325,79)	-
080018	28056078304	238.076,56	-	(238.076,56)	-
080018	28107241304	410.273,80	-	(410.273,80)	-
080018	28182928320	-	-	381,48	381,48

080018	28208455334	292.541,08	-	(292.541,08)	-
080018	28222512315	-	-	239,58	239,58
080018	28291468320	288.822,08	-	(288.822,08)	-
080018	28431880325	698,31	-	292,56	990,87
080018	28622600378	350.485,81	-	(350.485,81)	-
080018	28742974372	282.333,74	-	(282.333,74)	-
080018	28772032391	15.113,67	-	(14.350,71)	762,96
080018	28823710391	616.362,98	-	(616.362,98)	-
080018	28884574315	445.022,39	-	(445.022,39)	-
080018	28884728304	60.852,08	-	(60.852,08)	-
080018	28894286304	383.120,43	-	(383.120,43)	-
080018	28936647334	340.020,90	-	(340.020,90)	-
080018	29127297349	302.148,95	-	(301.004,51)	1.144,44
080018	29215528334	159.993,78	-	(159.993,78)	-
080018	29267994115	243.183,07	-	(243.183,07)	-
080018	29630240106	83.342,82	-	(83.342,82)	-
080018	29734088300	154.274,84	-	(154.274,84)	-
080018	30258761822	-	-	207,43	207,43
080018	30329345320	98.423,37	-	(98.423,37)	-
080018	30383498368	-	-	762,96	762,96
080018	30447623320	247.800,36	-	(247.800,36)	-
080018	30517230100	149.428,90	-	(149.428,90)	-
080018	30635500353	135.656,27	-	(135.656,27)	-
080018	32100108387	409.101,63	-	(407.575,71)	1.525,92
080018	32269986334	47.030,03	-	(47.030,03)	-
080018	32750625300	138.746,16	-	61.190,00	199.936,16
080018	32753616353	-	-	207.334,42	207.334,42
080018	32753616353	143.944,96	-	(143.944,96)	-
080018	33095787804	118.807,93	-	(118.807,93)	-
080018	33466807387	111.863,39	-	(111.863,39)	-
080018	33615209320	13.362,63	-	(13.362,63)	-
080018	33746834368	67.279,57	-	32.668,79	99.948,36
080018	34119426300	12.703,02	-	(12.703,02)	-
080018	34515720600	371.109,36	-	(371.109,36)	-
080018	35128720349	-	-	762,96	762,96
080018	35129638387	-	-	762,96	762,96
080018	35193646387	171.048,77	-	(171.048,77)	-
080018	35213418368	145.182,51	-	63.914,43	209.096,94
080018	35214414315	51.324,29	-	(51.324,29)	-
080018	36494089453	6.199,45	-	2.598,53	8.797,98
080018	37037706353	294.367,77	-	(294.367,77)	-
080018	37232770391	-	-	381,48	381,48
080018	37338374104	102.892,14	-	(102.892,14)	-
080018	37552090391	187.796,87	-	(187.796,87)	-
080018	37574868387	107.398,44	1.346,51	(106.051,93)	-
080018	37661973391	499.706,31	-	(499.706,31)	-
080018	37663992334	190.551,10	-	(190.551,10)	-
080018	37673386372	385.253,63	-	(368.687,14)	16.566,49
080018	37673394391	334.478,29	-	(334.478,29)	-
080018	37711172320	187.774,73	-	(187.774,73)	-
080018	37712187304	328.564,96	-	(328.564,96)	-
080018	38388359304	84.156,05	-	(84.156,05)	-

080018	39568237372	-	-	224,96	224,96
080018	40453758304	10.426,33	-	(10.426,33)	-
080018	40493024387	-	-	3.051,84	3.051,84
080018	40647366304	107.957,09	-	(107.957,09)	-
080018	40669653349	132.459,68	-	(132.459,68)	-
080018	40693937300	666.684,52	-	(665.921,56)	762,96
080018	40721108334	197.370,22	-	(197.370,22)	-
080018	40727602349	148.489,02	-	(148.489,02)	-
080018	40738507334	408.077,90	-	(408.077,90)	-
080018	40786323353	83.807,70	-	(83.044,74)	762,96
080018	40788628372	305.063,07	-	(304.300,11)	762,96
080018	40797805320	140.267,90	-	(140.267,90)	-
080018	40812529391	-	-	762,96	762,96
080018	40922197334	146.228,54	-	67.437,05	213.665,59
080018	40925692387	370.030,10	-	(370.030,10)	-
080018	40931790344	114.843,46	5.946,02	(108.134,48)	762,96
080018	41821068300	136.227,52	-	(136.227,52)	-
080018	41841816353	344.947,90	-	(344.184,94)	762,96
080018	42495156053	-	-	381,48	381,48
080018	42796628353	553.873,47	-	(553.110,51)	762,96
080018	42800064315	371.020,51	-	(371.020,51)	-
080018	42803276372	71.564,72	-	(71.564,72)	-
080018	42822297304	98.189,93	-	(97.045,49)	1.144,44
080018	43249167304	131.412,88	-	(131.412,88)	-
080018	43530141372	-	-	381,48	381,48
080018	43809014320	-	-	198,66	198,66
080018	44474431391	139.635,25	-	(139.635,25)	-
080018	44496125315	-	-	762,96	762,96
080018	44802170378	-	-	3.051,84	3.051,84
080018	45199906372	-	-	762,96	762,96
080018	45297568315	273.773,00	-	(273.773,00)	-
080018	45610320372	119.262,04	-	51.006,28	170.268,32
080018	45975779391	298.658,48	-	(298.658,48)	-
080018	45978352372	12.453,96	-	(12.087,37)	366,59
080018	45981426349	227.468,00	-	(226.705,04)	762,96
080018	46061770391	371.815,76	-	(370.671,32)	1.144,44
080018	46292101304	560.774,98	-	(560.774,98)	-
080018	46667040353	310.210,83	-	(310.210,83)	-
080018	46685995300	-	-	1.525,92	1.525,92
080018	46742298391	377.857,06	-	(377.857,06)	-
080018	47041382320	365.023,68	-	(365.023,68)	-
080018	47061138300	-	-	1.525,92	1.525,92
080018	47123125304	358.669,56	-	(358.669,56)	-
080018	47124989353	-	-	762,96	762,96
080018	47435739391	-	-	762,96	762,96
080018	47499249387	108.421,56	-	(108.421,56)	-
080018	47516240320	-	-	762,96	762,96
080018	47535784372	-	-	306,77	306,77
080018	47603453372	84.489,77	-	(84.489,77)	-
080018	47946822120	-	-	381,48	381,48
080018	48153699334	639,34	-	(639,34)	-
080018	48275379334	-	-	762,96	762,96

080018	48352071300	200.064,26	-	(199.301,30)	762,96
080018	48362662387	342.742,77	-	(341.216,85)	1.525,92
080018	48798878387	-	-	762,96	762,96
080018	48879576372	-	-	762,96	762,96
080018	48999555372	-	-	762,96	762,96
080018	50867822368	357.704,58	-	(357.704,58)	-
080018	50906607353	-	-	335,97	335,97
080018	51673282172	186.347,04	-	(186.347,04)	-
080018	52266699334	80.800,25	-	(80.800,25)	-
080018	53226933353	-	-	762,96	762,96
080018	55000371372	-	-	381,48	381,48
080018	55073956320	-	-	762,96	762,96
080018	55101321320	-	-	381,48	381,48
080018	55760082434	247.321,72	-	(247.321,72)	-
080018	57038880349	-	-	11.165,28	11.165,28
080018	58697470234	-	-	762,96	762,96
080018	61421413353	381.434,65	-	(381.434,65)	-
080018	61565644620	-	-	381,48	381,48
080018	61707414300	309.679,91	-	(308.153,99)	1.525,92
080018	61712531387	-	-	1.525,92	1.525,92
080018	61718246315	-	-	762,96	762,96
080018	61955817049	-	1.751,54	16.361,64	14.610,10
080018	61971243353	-	-	1.525,92	1.525,92
080018	61988316391	-	-	3.051,84	3.051,84
080018	62135686387	-	-	762,96	762,96
080018	62439677353	26.232,39	4.892,72	83.295,52	104.635,19
080018	62800825391	-	-	3.051,84	3.051,84
080018	62872834320	-	1.333,07	11.872,00	10.538,93
080018	63915723304	-	2.270,18	3.033,14	762,96
080018	64195627320	-	2.626,35	23.389,49	20.763,14
080018	64255867372	-	-	1.107,70	1.107,70
080018	64473376168	-	-	964,54	964,54
080018	65341406320	-	-	1.525,92	1.525,92
080018	65708482320	4.647,91	884,51	6.021,79	9.785,19
080018	66609089353	-	-	762,96	762,96
080018	66660980300	-	-	1.525,92	1.525,92
080018	67188753334	-	-	762,96	762,96
080018	67644104372	232.594,44	-	(232.594,44)	-
080018	68548877391	264.787,66	-	(264.787,66)	-
080018	68794789304	-	-	1.861,88	1.861,88
080018	70090068300	-	-	381,48	381,48
080018	70934517568	-	-	381,48	381,48
080018	71492690449	-	-	381,48	381,48
080018	71528750306	-	-	762,96	762,96
080018	71767738315	-	-	762,96	762,96
080018	72259043453	218.032,73	-	(218.032,73)	-
080018	72320095349	26.232,39	4.892,72	83.295,52	104.635,19
080018	72578424349	-	-	277,54	277,54
080018	72792817372	-	-	762,96	762,96
080018	72852666391	-	-	762,96	762,96
080018	73895628387	-	-	762,96	762,96
080018	74175319204	-	-	306,76	306,76

080018	74510681372	-	-	1.525,92	1.525,92
080018	74661477391	-	-	1.525,92	1.525,92
080018	74682040391	-	-	762,96	762,96
080018	74941445368	-	-	1.389,85	1.389,85
080018	75748568349	-	-	1.525,92	1.525,92
080018	75973499391	-	-	762,96	762,96
080018	76310167391	-	-	381,48	381,48
080018	76630170300	-	-	381,48	381,48
080018	77057481349	-	-	1.144,44	1.144,44
080018	77163036353	-	-	1.110,62	1.110,62
080018	77221737304	4.647,91	884,51	6.021,79	9.785,19
080018	77244451334	-	-	381,48	381,48
080018	77500288387	-	-	762,96	762,96
080018	79166865387	-	-	762,96	762,96
080018	79231667300	-	-	762,96	762,96
080018	79463991700	168.090,14	-	(168.090,14)	-
080018	80391656368	-	-	762,96	762,96
080018	80740979353	-	-	381,48	381,48
080018	80754279391	-	-	762,96	762,96
080018	80886302315	-	-	8,76	8,76
080018	81268645320	-	-	262,94	262,94
080018	82114285391	-	-	1.525,92	1.525,92
080018	82314560310	-	-	762,96	762,96
080018	82451133368	-	-	762,96	762,96
080018	82872309349	-	-	198,67	198,67
080018	83593276372	4.647,91	884,51	6.021,79	9.785,19
080018	84126108300	-	-	128,55	128,55
080018	85015636334	-	-	882,74	882,74
080018	86772864387	-	-	1.525,92	1.525,92
080018	87054590368	-	-	762,96	762,96
080018	89031954349	-	-	762,96	762,96
080018	89553292704	-	-	230,80	230,80
080018	91296188353	-	-	381,48	381,48
080018	91916488315	-	-	762,96	762,96
080018	91923204300	-	-	762,96	762,96
080018	91947766872	89.879,28	-	(89.879,28)	-
080018	92974716849	1.173,08	1.173,08	-	-
080018	95011528391	-	-	312,60	312,60
080018	95811524315	-	-	762,96	762,96
080018	96696613315	-	-	762,96	762,96
080018	96819707304	-	-	762,96	762,96
080018	97228087372	623,93	623,93	-	-
080018	98543792304	-	-	1.022,98	1.022,98
080018	99555417415	-	-	381,48	381,48
080018	99969904353	26.595,08	4.961,97	83.409,24	105.042,35
080018	99970015320	26.595,08	4.961,97	83.409,24	105.042,35
Razões e Justificativas: Informamos, que este Regional suspendeu o pagamento do crédito do passivo de QUINTOS dos servidores, devido a matéria estar sendo discutida no STF, assim, esta obrigação anteriormente reconhecida foi estornada e colocada os valores negativos no movimento credor. Informamos, ainda, que deixamos de lançar o passivo de repasse aos órgão cedentes por falta de informações dos valore devidos.					

Fonte: Núcleo Folha de Pagamento

"Registra os valores das obrigações devidamente reconhecidas, de pessoal a pagar não contempladas pela execução orçamentária em virtude da limitação da programação financeiro ou insuficiência de créditos, ou ainda em fase de identificação do crédito orçamentário, conforme disposto na Nota Técnica 2309/2007/GENOC/CCONT – STN de 28/12/2007.

Conforme orientações da CCONT/STN, através da nota supra mencionada, as obrigações deverão ser reconhecidas no momento do fato gerador, mesmo quando estiver pendente a autorização legislativa, observando-se o regime de competência da despesa. Assim, para atender o Princípio da Competência constante na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750/93, bem como na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Lei Complementar nº 101/2000 no inciso II, do art. 50 e outros atos normativos que dispõem sobre a contabilidade geral e pública, ocorrendo o fato gerador de uma despesa, mesmo não havendo dotação no orçamento, a contabilidade deverá registrá-la."

4.3.5 – RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	8.348.949,03	7.071.872,69	136.085,88	1.140.990,46
2013	7.434.849,25	172.646,10	7.262.203,15	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	348,90	294,50	54,40	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Observa-se que do saldo de R\$ 15.783.798,28 (quinze milhões setecentos e oitenta e três mil setecentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos) referente a Restos a Pagar não Processados em janeiro de 2015, restou apenas R\$ 1.140.990,46 em dezembro de 2015, ou seja, houve redução de 92,77% do saldo de Restos a Pagar não Processados.

Importante ressaltar que, conforme o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 3º Quadrimestre de 2015, os valores inscritos em Restos a Pagar estão devidamente lastreado por disponibilidade financeira.

Quanto aos Restos a Pagar Processados, do montante de R\$ 348,90 e R\$ 294,50 decorrem de devoluções a maior realizadas por servidores na condição de agentes supridos, e o importe de R\$ 54,40 foi de compra realizada por agente suprido e não faturada pela Administradora do Cartão. Tais valores foram devidamente devolvidos aos agentes supridos e recolhidos ao Tesouro Nacional, conforme verifica-se nos Protocolos 5447/2014 e 5317/2014 e 2343/2015.

4.3.6 – EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS.

O Tribunal Regional do Trabalho da 16 Região não realiza a descentralização de recursos para outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, para a execução de ações ou atividades de sua responsabilidade.

4.3.7 – INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS.

Quadro A 4.3.7.1 - Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária:		Código UO:		UGO: 080018	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	12.048.467,35	11.902.344,46	11.773.852,38	11.902.344,46	
a) Convite					
b) Tomada de Preços	29.036,96	258.016,40	29.036,96	258.016,40	
c) Concorrência	-		-		
d) Pregão	12.019.430,39	11.631.828,06	11.744.815,42	11.631.828,06	
e) Concurso	-	12.500,00	-	12.500,00	
f) Consulta	-		-		
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-		-		
2. Contratações Diretas (h+i)	2.811.670,88	2.490.861,82	2.810.530,88	2.490.861,82	
h) Dispensa	104.162,62	1.258.560,66	103.022,62	1.258.560,66	
i) Inexigibilidade	2.707.508,26	1.232.301,16	2.707.508,26	1.232.301,16	
3. Regime de Execução Especial	76.486,51	69.597,03	76.486,51	69.248,13	
j) Suprimento de Fundos	76.486,51	69.597,03	76.486,51	69.248,13	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	185.803.848,22	144.481.102,37	185.803.848,22	144.481.102,37	
k) Pagamento em Folha	183.469.285,04	143.228.030,55	183.469.285,04	143.228.030,55	
l) Diárias	2.334.563,18	1.253.071,82	2.334.563,18	1.253.071,82	
5. Outros	15.538.026,39	15.023.529,40	15.538.026,39	15.023.529,40	
6. Total (1+2+3+4+5)	216.278.499,35	173.967.435,08	216.002.744,38	173.967.086,18	

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Quadro A 4.3.7.2 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária:					Código UO:		UGO: 080018	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	114.675.040,66	99.896.888,46	114.650.439,74	99.878.627,97	24.600,92	18.260,49	114.650.439,74	99.878.627,97
SENTENCAS JUDICIAIS	29.446.588,41	12.379.661,77	29.446.588,41	12.379.661,77	-	-	29.446.588,41	12.379.661,77
OBRIGACOES PATRONAIS	20.829.638,76	18.266.046,90	20.829.638,76	18.259.229,60	-	6.817,30	20.829.638,76	18.259.229,60
Demais elementos do grupo	18.669.847,23	14.830.900,73	18.542.618,13	14.785.997,07	127.229,10	44.903,66	18.542.618,13	14.785.997,07
3. Outras Despesas Correntes								
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	7.778.081,47	6.932.574,01	6.804.231,27	6.718.373,37	973.850,20	214.200,64	6.804.231,27	6.718.373,37
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.113.177,31	5.680.845,42	6.011.689,92	4.845.787,84	1.101.487,39	835.057,58	6.011.689,92	4.845.787,84
AUXILIO-ALIMENTACAO	6.086.174,24	5.369.912,64	6.086.174,24	5.369.912,64	-	-	6.086.174,24	5.369.912,64
INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.009.432,47	4.456.387,00	5.009.371,35	4.451.989,18	61,12	4.397,82	5.009.371,35	4.451.989,18
SENTENCAS JUDICIAIS	2.832.829,08	835.270,92	2.832.829,08	835.270,92	-	-	2.832.829,08	835.270,92
Demais elementos do grupo	6.150.719,39	6.464.179,04	5.465.848,25	5.486.980,11	684.871,14	977.198,93	5.464.708,25	5.486.631,21
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
OBRAS E INSTALACOES	1.509.796,01	2.767.252,52	28.396,38	266.578,52	1.481.399,63	2.500.674,00	28.396,38	266.578,52
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.102.513,44	4.040.396,90	562.661,04	524.779,54	539.852,40	3.515.617,36	288.046,07	524.779,54
Demais elementos do grupo	9.216,11	396.067,80	8.012,78	164.246,55	1.203,33	231.821,25	8.012,78	164.246,55

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Análise Crítica da Realização da Despesa

O percentual de execução da dotação orçamentária no exercício equivale à aplicação de 98,65% do crédito disponível. No que se refere às modalidades de contratação, observou-se que, enquanto em 2014 o valor das Contratações Diretas se equilibrava entre Dispensa e Inexigibilidade, em 2015 houve um aumento significativo de Inexigibilidade, com correspondente baixa em Dispensa. Tal fato decorreu de mudança na interpretação do Setor Jurídico deste Tribunal quanto ao enquadramento legal da despesa de fornecimento de energia elétrica, sem implicar qualquer prejuízo para a Administração Pública ou para os administrados.

Quanto ao total realizado por meio de Contratações Diretas, observou-se um aumento de 12,87% em relação ao exercício de 2014. No entanto, verifica-se que essa elevação foi ocasionada principalmente pelo difundido aumento da tarifa de fornecimento de energia elétrica.

4.3.8 – SUPRIMENTOS DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.

Quadro A 4.3.8.1 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	80018	TRT da 16ª Região			83	139.250,00	4.000,00
	80046	Escola Judicial do TRT da 16ª Região			-	-	-
2014	80018	TRT da 16ª Região			74	154.600,00	4.500,00
	80046	Escola Judicial do TRT da 16ª Região			-	-	-

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Quadro A 4.3.8.2 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total
	Código	Nome ou Sigla	Qtde	Valor Total	Qtde	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	(a+b)
2015	80018	TRT da 16ª Região			92	17.176,38	59.310,13	76.486,51
	80046	Escola Judicial do TRT da 16ª Região						
2014	80018	TRT da 16ª Região			85	17.060,03	52.242,50	69.302,53
	80046	Escola Judicial do TRT da 16ª Região						

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Quadro A 4.3.8.3 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
80018	Tribunal Regional da 16ª Região	30	01	528,00
			04	2.016,00
			07	18.443,89
			09	219,60
			11	43,60
			15	1.299,16
			16	758,15
			19	291,42
			21	264,41
			22	958,71
			24	10.047,38
			25	2.393,36
			26	14.827,09
			28	545,41
			30	60,00
			31	32,00
			42	295,53
			44	1.335,80
		59	630,00	
		33	01	6.835,00
		36	12	600,00
			18	290,00
			21	400,00
			22	6.140,00
			25	300,00
		39	35	1.400,00
			16	2.530,00
17	1.998,00			
46	804,00			
		63	200,00	

Fonte: SOF/SIAFI 2015

Em 2015, ocorreram 83 concessões de suprimento de fundos, totalizando R\$ 139.250,00. Desse valor concedido foi aplicado o montante de R\$ 76.486,51. Em relação ao total da despesa executada no exercício correspondeu a 0,0354%, o que demonstra o caráter excepcional desse tipo de gasto. Todas as concessões foram objeto de análise de prestação de contas, e devidamente aprovadas pelo ordenador de despesas. Nota-se que elas observaram o valor máximo estipulado para o Órgão. Importante ressaltar que todas as concessões foram para Cartão de Pagamentos do Governo Federal, o que garante maior controle e eleva a transparência dos gastos.

4.4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

4.4.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS

TEMA: GESTÃO DE PESSOAS

Objetivo estratégico 1:

Desenvolver ações voltadas à promoção da qualidade de vida

Descrição do objetivo:

Objetiva potencializar o capital humano, por meio da valorização dos colaboradores, avaliação e desenvolvimento de competências, do incentivo à prevenção em saúde e da humanização nas relações de trabalho.

META 1 – Elevar a satisfação com o clima organizacional para 80% até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
75,66% (2011)	76%	-	78%	-	80%	-
Indicador	Índice de Satisfação com o Clima Organizacional (ISCO)					
Descrição	Mede o grau de satisfação de magistrados e servidores com o ambiente e as condições de trabalho					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa					
Fórmula	Relação percentual entre as avaliações positivas e o total de avaliações da Pesquisa					
Periodicidade	A cada 2 anos, ao fim dos anos de 2015, 2017 e 2019					

META 2 – Realizar 9 ações de saúde no ano de 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
6	7	7	8	8	8	9
Indicador	Número de Ações de Saúde (NAS)					
Descrição	Mede o número de ações promovidas pelo TRT-16 objetivando tratar de assuntos relacionados com a saúde de magistrados e servidores					
Setor encarregado da medição	Seção de Saúde					
Fórmula	Quantitativo de ações concluídas no período					
Periodicidade	Mensal					

META 3 – Aumentar em 20% o número de magistrados e servidores atendidos anualmente pelas campanhas de saúde, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
426 (2014)	5%	8%	11%	14%	17%	20%
Indicador	Número de Magistrados e Servidores Atendidos (NMSA)					
Descrição	Mede o alcance das ações de saúde promovidas pelo TRT-16, em número de pessoas atendidas					
Setor encarregado da medição	Seção de Saúde					
Fórmula	Número de magistrados e servidores atendidos por, ao menos, uma das ações de saúde concluídas no período					
Periodicidade	Mensal					

Objetivo estratégico 2:

Promover formação continuada do quadro funcional

Descrição do objetivo:

Busca a elaboração de programas estruturados de desenvolvimento pessoal e profissional de forma continuada e com o objetivo de estabelecer itinerários formativos para cada categoria funcional.

META 4 - Capacitar, pelo menos, 50% do quadro de magistrados e servidores ao ano

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	≥ 50%	≥ 50%	≥ 50%	≥ 50%	≥ 50%	≥ 50%
Indicador	Índice de Capacitação (ICap)					
Descrição	Mede o alcance das ações de capacitação promovidas pelo TRT-16					
Setor encarregado da medição	Escola Judicial					
Fórmula	Percentual de magistrados e servidores capacitados em mais de 8h, no período					
Periodicidade	Mensal					

META 5 - Destinar, do total de capacitações anuais, pelo menos 10% para os sistemas tecnológicos

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	≥ 10%	≥ 10%	≥ 10%	≥ 10%	≥ 10%	≥ 10%
Indicador	Índice de Capacitação em Sistemas (ICapS)					
Descrição	Mede a proporção das ações de capacitação nos sistemas tecnológicos utilizados no TRT-16, em relação ao total das ações de capacitação					
Setor encarregado da medição	Escola Judicial					
Fórmula	Relação percentual entre as capacitações em sistemas e total de capacitações concluídas no período					
Periodicidade	Mensal					

TEMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA**Objetivo estratégico 3:**

Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC.

Descrição do objetivo:

Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos.

META 6 - Obter, pelo menos, 75% de satisfação com os serviços de TIC

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	75%	75%	75%	75%	75%	75%

Indicador	Índice de Satisfação com os serviços de TIC (ISTIC)
Descrição	Mede o grau de satisfação de magistrados e servidores com os serviços prestados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações
Fórmula	Relação percentual entre as avaliações positivas e o total de avaliações da pesquisa
Periodicidade	Anual

TEMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

Objetivo estratégico 4:

Garantir a infraestrutura apropriada às atividades do TRT.

Descrição do objetivo:

Refere-se à manutenção do patrimônio material, com o intuito de prolongar a vida útil de equipamentos e conservar a estrutura física, assegurando um ambiente de trabalho saudável.

META 7 - Manter a Taxa de Congestionamento das Demandas de Engenharia em patamar inferior a 30%

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	< 30%	< 30%	< 30%	< 30%	< 30%	< 30%
Indicador	Taxa de Congestionamento das Demandas de Engenharia (TCDE)					
Descrição	Mede a relação entre a quantidade de demandas solucionadas, as demandas novas e as pendentes quanto a serviços de engenharia					
Setor encarregado da medição	Seção de Engenharia					
Fórmula	[1 – Demandas solucionadas / (demandas novas + demandas pendentes)] na Seção de Engenharia					
Periodicidade	Semestral					

TEMA: PROCESSO JUDICIAL

Objetivo estratégico 5:

Assegurar produtividade na prestação jurisdicional.

Descrição do objetivo:

Tem por finalidade apresentar respostas à crescente demanda judicial e envolve a análise da execução das atividades, com vistas ao melhor desempenho da organização.

META 8 - Elevar a Performance Jurisdicional de 1º Grau em 1% ao ano, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	+1%	+1%	+1%	+1%	+1%	+1%
Indicador	Performance Jurisdicional – 1º Grau (PJ1)					
Descrição	Mede a relação entre a produtividade das unidades de primeiro grau e a força de trabalho disponível					
Setor encarregado da medição	Secretaria da Corregedoria Regional					
Fórmula	Processos baixados no período (em qualquer fase) /					

	Força de trabalho (magistrados e servidores na área judiciária)
Periodicidade	Mensal

META 9 - Elevar a Performance Jurisdicional de 2º Grau em 1% ao ano, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	+1%	+1%	+1%	+1%	+1%	+1%
Indicador	Performance Jurisdicional – 2º Grau (PJ2)					
Descrição	Mede a relação entre a produtividade das unidades de segundo grau e a força de trabalho disponível					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa					
Fórmula	Processos baixados no período (em qualquer fase) / Força de trabalho (magistrados e servidores na área judiciária)					
Periodicidade	Mensal					

META 10 - Reduzir a taxa de congestionamento na fase de conhecimento (1º e 2º Grau) para 40%, ou menos, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	≤ 50%	≤ 48%	≤ 46%	≤ 44%	≤ 42%	≤ 40%
Indicador	Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento (CongC)					
Descrição	Mede a relação entre a quantidade de processos baixados, casos novos e pendentes na fase de conhecimento					
Setor encarregado da medição	Secretaria da Corregedoria Regional					
Fórmula	[1 – Processos Baixados / (casos novos + casos pendentes)] na fase de conhecimento					
Periodicidade	Mensal					

TEMA: PROCESSO JUDICIAL

Objetivo estratégico 6:

Estimular a conciliação.

Descrição do objetivo:

Visa propagar o sentimento conciliatório como mecanismo de resolução dos processos e contraponto à cultura da litigância.

META 11 - Aumentar o número de acordos homologados na fase de execução em 6%, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	+1%	+1%	+1%	+1%	+1%	+1%
Indicador	Acordos Homologados em Execução (AHE)					
Descrição	Mede a quantidade de acordos homologados na fase de execução					
Setor encarregado da medição	Secretaria da Corregedoria Regional					
Fórmula	Quantitativo de acordos homologados no período					
Periodicidade	Mensal					

TEMA: PROCESSO JUDICIAL

Objetivo estratégico 7:

Gerenciar demandas repetitivas.

Descrição do objetivo:

Refere-se ao monitoramento dos grandes litigantes e das demandas repetitivas, com o objetivo de reduzir o acúmulo de processos relativos à litigância serial.

META 12 - Reduzir o Índice de Admissibilidade de Recursos de Revista em 10%, até 2017

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	2%	5%	10%	-	-	-
Indicador	Índice de Admissibilidade em Recurso de Revista (IARR)					
Descrição	Mede a proporção de recursos de revista admitidos, em relação ao total de recursos de revista analisados no período					
Setor encarregado da medição	Núcleo de Recurso de Revista					
Fórmula	Número de recursos de revista admitidos / Total de recursos de revista analisados					
Periodicidade	Mensal					

TEMA: PROCESSO JUDICIAL

Objetivo estratégico 8:

Impulsionar os processos de execução.

Descrição do objetivo:

Busca reconhecer a execução como fase crítica do processo e que deve ser priorizada, por meio de ações que otimizem os processos de trabalho e permitam a solução definitiva das demandas.

META 13 – Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 60% ou menos até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	≤ 70%	≤ 68%	≤ 66%	≤ 64%	≤ 62%	≤ 60%
Indicador	Taxa de Congestionamento na fase de execução (CongE)					
Descrição	Mede a relação entre a quantidade de processos baixados, casos novos e pendentes na fase de execução					
Setor encarregado da medição	Secretaria da Corregedoria Regional					
Fórmula	[1 – Processos Baixados / (casos novos + casos pendentes)] na fase de execução					
Periodicidade	Mensal					

TEMA: GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Objetivo estratégico 9:

Ampliar o modelo de gestão participativa.

Descrição do objetivo:

Tem por finalidade gerar sentimento de coesão e proximidade entre as unidades judiciais e administrativas, divulgando boas práticas e alinhando procedimentos.

META 14 - Obter índice de gestão participativa igual a 6, em 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	3	3,6	4,2	4,8	5,4	6
Indicador	Índice de Gestão Participativa (IGP)					
Descrição	Mede a quantidade de reuniões de comitês instituídos pelo TRT-16					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa					
Fórmula	Número de reuniões de comitês informadas no período / Total de comitês instituídos					
Periodicidade	Mensal					

META 15 - Realizar 2 ações de integração por ano, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	2	2	2	2	2	2
Indicador	Número de Ações Institucionais (NAI)					
Descrição	Mede a quantidade de ações institucionais voltadas à integração pessoal e administrativa de diferentes unidades, envolvendo boas práticas e alinhamento organizacional					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa					
Fórmula	Número de ações destinadas a promover a integração em serviços e a troca de experiências entre servidores e unidades					
Periodicidade	Semestral					

TEMA: GOVERNANCA JUDICIÁRIA**Objetivo estratégico 10:**

Aprimorar a qualidade da gestão administrativa.

Descrição do objetivo:

Relaciona-se com a eficiência operacional, com a transparência institucional e com a adoção de práticas consolidadas de gestão, envolvendo estratégia, comunicação, processos de trabalho e projetos.

META 16 - Adotar 2 boas práticas de gestão por ano, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	2	2	2	2	2	2
Indicador	Boas Práticas de Gestão (BPG)					
Descrição	Mede a quantidade de boas práticas de gestão adotadas pelo TRT16					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa					
Fórmula	Número de boas práticas descritas no respectivo questionário do TCU adotadas no período					
Periodicidade	Semestral					

TEMA: GOVERNANCA JUDICIÁRIA**Objetivo estratégico 11:**

Assegurar mecanismos de controle para a administração.

Descrição do objetivo:

Trata-se de melhorar o controle e a fiscalização dos atos administrativos por meio da implantação de normas e procedimentos.

META 17 - Implantar sistemas de controle interno em 100% das unidades do TRT até 2017

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	35%	70%	100%	-	-	-
Indicador	Sistemas de Controle Interno (SCI)					
Descrição	Mede a quantidade de unidades do TRT-16 que possuem sistema de controle interno, em relação ao total de unidades					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Controle Interno					
Fórmula	Número de unidades com sistema de controle interno implantado / Total de unidades administrativas do Tribunal					
Periodicidade	Mensal					

TEMA: GOVERNANCA JUDICIÁRIA**Objetivo estratégico 12:**

Aperfeiçoar a gestão de custos.

Descrição do objetivo:

Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para as necessidades essenciais e as prioritárias.

META 18 - Atingir, anualmente, 10 pontos no Índice de Redução de Consumo

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	10 Pontos	10 Pontos	10 Pontos	10 Pontos	10 Pontos	10 Pontos
Indicador	Índice de Redução de Consumo (IRC)					
Descrição	Mede a proporção de redução de consumo de água, energia elétrica e resmas de papel, em relação ao total de colaboradores e a área total do TRT-16					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Serviços Gerais					
Fórmula	As unidades de medida são: Água - m ³ ; Energia – kw/h; Papel – resmas; Área - m ² ; e Colaboradores – conforme Resolução nº 76 do Conselho Nacional de Justiça (magistrados, servidores, estagiários e terceirizados). Os índices de consumo serão calculados por colaborador x área, à exceção do papel, cujo consumo será por colaborador. Serão atribuídos pontos de acordo com o percentual de cumprimento (relativamente à redução de 1%) nos três componentes, conforme a seguir: será atribuído 01 ponto para o percentual de cumprimento menor que 60%; 02 pontos, de 60% até 90%; 03 pontos, de 90 até 100%; 04 pontos, de 100% até 110%; 05 pontos para percentual de cumprimento acima de 110%.					
Periodicidade	Mensal					

TEMA: CIDADANIA E EFETIVIDADE

Objetivo estratégico 13:

Promover a cidadania e a integração com a sociedade.

Descrição do objetivo:

Relaciona-se com a concretização dos direitos constitucionais, através de ações de responsabilidade socioambiental, que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos e deveres do cidadão.

META 19 - Aumentar, anualmente, o índice de promoção da cidadania e integração com a sociedade

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2015	-	> 2015	> 2016	> 2017	> 2018	> 2019
Indicador	Índice de Promoção da Cidadania e Integração com a Sociedade (IPCIS)					
Descrição	Mede a quantidade de iniciativas (ações de natureza não-judicial voltadas para o público externo) promovidas pelo TRT-16 com vistas à garantia dos direitos de cidadania e à integração com a sociedade					
Setor encarregado da medição	Seção de Comunicação Social					
Fórmula	Número de iniciativas institucionais realizadas no período					
Periodicidade	Mensal					

META 20 - Manter o Índice de Satisfação com a Instituição acima de 85%, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
91,55% (2012)	> 85%	-	> 85%	-	> 85%	-
Indicador	Índice de Satisfação com a Instituição (ISI)					
Descrição	Mede a satisfação do público externo com os serviços prestados pelo TRT-16, envolvendo aspectos como: infraestrutura, atendimento ao público, audiência, julgamento e comunicação					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa					
Fórmula	Relação percentual entre as avaliações positivas e o total de avaliações da pesquisa					
Periodicidade	A cada 2 anos, ao fim dos anos de 2015, 2017 e 2019					

META 21 - Aumentar a arrecadação por processo em 10%, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2015	-	2%	4%	6%	8%	10%
Indicador	Arrecadação por Processo (APP)					
Descrição	Mede a relação entre os valores arrecadados pelo TRT (em pagamentos e recolhimentos) e a quantidade de processos baixados no período					
Setor encarregado da medição	Secretaria da Corregedoria Regional					
Fórmula	Valores arrecadados pelo TRT (pagamentos e recolhimentos) / Quantidade de processos baixados em execução no período					
Periodicidade	Mensal					

META 22 - Manter o índice de pagamento de precatórios acima de 25%, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	> 25%	> 25%	> 25%	> 25%	> 25%	> 25%
Indicador	Índice de Pagamento de Precatórios (IPP)					
Descrição	Mede a proporção dos precatórios pagos, em relação ao total de precatórios existentes					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Precatórios					
Fórmula	Relação percentual entre os precatórios pagos e o total de precatórios existentes no período					
Periodicidade	Mensal					

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO E QUADRO DE METAS DO TRT 16**MACRODESAFIO 1:**

Efetividade na prestação jurisdicional.

META 22 – TRT (IPP)

Manter o índice de pagamento de precatórios acima de 25%, até 2020.

Unidade fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional.

META 21 – TRT (APP)

Aumentar a arrecadação por processo em 10%, até 2020.

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional.

MACRODESAFIO 2:

Garantia dos direitos de cidadania.

META 13 – CSJT (IAM)

Atingir e manter pontuação entre 58 e 72 até 2020.

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	≥ 58	≥ 58	≥ 58	≥ 58	≥ 58	≥ 58

Unidade Fiscalizadora: Secretaria Geral da Presidência.

META 20 – TRT (ISI)

Manter o Índice de Satisfação com a Instituição acima de 85%, até 2020.

Unidade Fiscalizadora: Secretaria Geral da Presidência.

META 19 – TRT (IPCIS)

Aumentar, anualmente, o Índice de Promoção da Cidadania e Integração com a Sociedade.

Unidade Fiscalizadora: Secretaria Geral da Presidência.

MACRODESAFIO 3:

Combate à corrupção e à improbidade administrativa.

META 17 – TRT (SCI)

Implantar sistemas de controle interno em 100% das unidades do TRT até 2017.
Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Controle Interno.

MACRODESAFIO 4:

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

META 1 – CNJ / META 6 – CSJT (IPJ)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2015	>100%	-	-	-	-	-

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional.

META 2 – CNJ / META 7 – CSJT (IPA)

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nos 1º e 2º graus.

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2013	≥90%	-	-	-	-	-

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional.

META 4 – CSJT (TMDP2)

Reduzir o tempo médio de duração do processo na segunda instância, em relação ao ano base 2014, em 10% até 2020.

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	1%	2%	4%	6%	8%	10%

Unidade Fiscalizadora: Secretaria Geral da Presidência.

META 5 – CSJT (TMDP1c)

Reduzir o tempo médio de duração do processo na primeira instância, em relação ao ano base 2014, em 5% até 2020.

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	0%	1%	2%	3%	4%	5%

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional.

META 8 – TRT (PJ1)

Elevar a Performance Jurisdicional de 1º Grau em 1% ao ano, até 2020.

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional.

META 9 – TRT (PJ2)

Elevar a Performance Jurisdicional de 2º Grau em 1% ao ano, até 2020.

Unidade Fiscalizadora: Secretaria Geral da Presidência.

META 10 – TRT (CongC)

Reduzir a taxa de congestionamento na fase de conhecimento (1º e 2º Grau) para 40%, ou menos, até 2020.

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional.

MACRODESAFIO 5:

Adoção de soluções alternativas de conflito.

META 9 – CSJT (ICONc)

Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 10%, até 2020.

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Média 2013/2014	1%	2%	4%	6%	8%	10%

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional.

META 11 – TRT (AHE)

Aumentar o número de acordos homologados na fase de execução em 6%, até 2020.

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional.

MACRODESAFIO 6:

Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.

META 6 – CNJ / META 8 – CSJT (IACJ)

Julgar todas as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	100%	-	-	-	-	-

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional.

META 7 – CNJ / META 10 – CSJT (ICP)

Reduzir o Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes em 10% até 2020.

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	1,5%	2%	4%	6%	8%	10%

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional.

META 12 – TRT (IARR)

Reduzir o Índice de Admissibilidade de Recursos de Revista em 10%, até 2017.

Unidade Fiscalizadora: Secretaria Geral da Presidência.

MACRODESAFIO 7:

Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas.

META 5 - CNJ / META 11 – CSJT (IE)

Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Linha de	2015	2016	2017	2018	2019	2020
----------	------	------	------	------	------	------

base e evolução						
-	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional.

META 13 – TRT (CongE)

Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 60% ou menos até 2020.

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional.

MACRODESAFIO 8:

Melhoria da gestão de pessoas.

META 1 – CSJT (iGovPessoas)

Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovPessoas.

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Inicial	Inicial	Inicial	Inicial	Intermediário	Intermediário	Aprimorado

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

META 1 – TRT (ISCO)

Elevar a satisfação com o clima organizacional para 80% até 2020.

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

META 2 – TRT (NAS)

Realizar 9 campanhas de saúde no ano de 2020.

Unidade Fiscalizadora: Seção de Saúde.

META 3 - TRT (NMSA)

Aumentar em 20% o número de magistrados e servidores atendidos anualmente pelas campanhas de saúde, até 2020.

Unidade Fiscalizadora: Seção de Saúde.

META 4 – TRT (ICap)

Capacitar, pelo menos, 50% do quadro de magistrados e servidores ao ano.

Unidade Fiscalizadora: Escola Judicial.

META 5 – TRT (ICapS)

Destinar, do total de capacitações anuais, pelo menos 10% para os sistemas tecnológicos.

Unidade Fiscalizadora: Escola Judicial.

MACRODESAFIO 9:

Aperfeiçoamento da gestão de custos.

META 2 – CSJT (IEOD)

Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em:

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
90,35%	0,5%	1%	2%	3%	4%	5%

Unidade Fiscalizadora: Secretaria de Orçamento e Finanças

META 18 – TRT (IRC)

Atingir, anualmente, 10 pontos no Índice de Redução de Consumo.

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Serviços Gerais.

MACRODESAFIO 10:

Instituição da governança judiciária.

META 12 – CSJT (IGov)

Aumentar, em relação à última apuração do IGov, a pontuação alcançada em 15 pontos percentuais, para aqueles TRTs que se enquadrarem na faixa “inicial”.

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Inicial	-	-	-	-	-	+ 15%

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa.

META 7 – TRT (TCDE)

Manter a Taxa de Congestionamento das Demandas de Engenharia em patamar inferior a 30%.

Unidade Fiscalizadora: Serviço de Engenharia.

META 14 – TRT (IGP)

Aumentar o Índice de Gestão Participativa, em relação ao ano anterior.

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa.

META 15 – TRT (NAI)

Realizar 2 ações de integração por ano, até 2020.

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa.

META 16 – TRT (BPG)

Adotar 2 boas práticas de gestão por ano, até 2020.

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa.

MACRODESAFIO 11:

Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.

META 3 – CSJT (iGovTI)

Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovTI.

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Inicial	Inicial	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Aprimorado

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

META 6 – TRT (ISTIC)

Obter, pelo menos, 75% de satisfação com os serviços de TIC.

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

RESUMO DAS METAS DO PODER JUDICIÁRIO 2015 TRT-MA

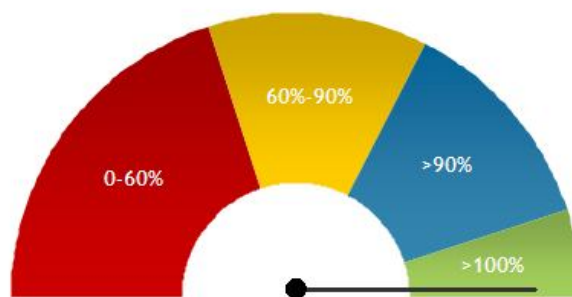
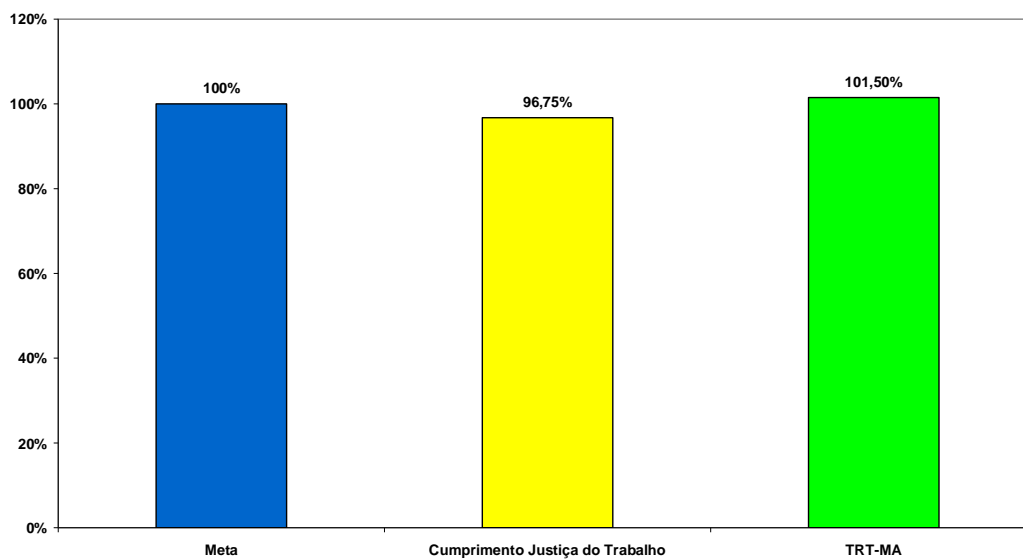
META 1

Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

2015			
	Distribuídos	Julgados	% de cumprimento
1º Grau	27966	28172	100,74%
2º Grau	6862	7179	104,62%
TRT-MA	34828	35351	101,50%

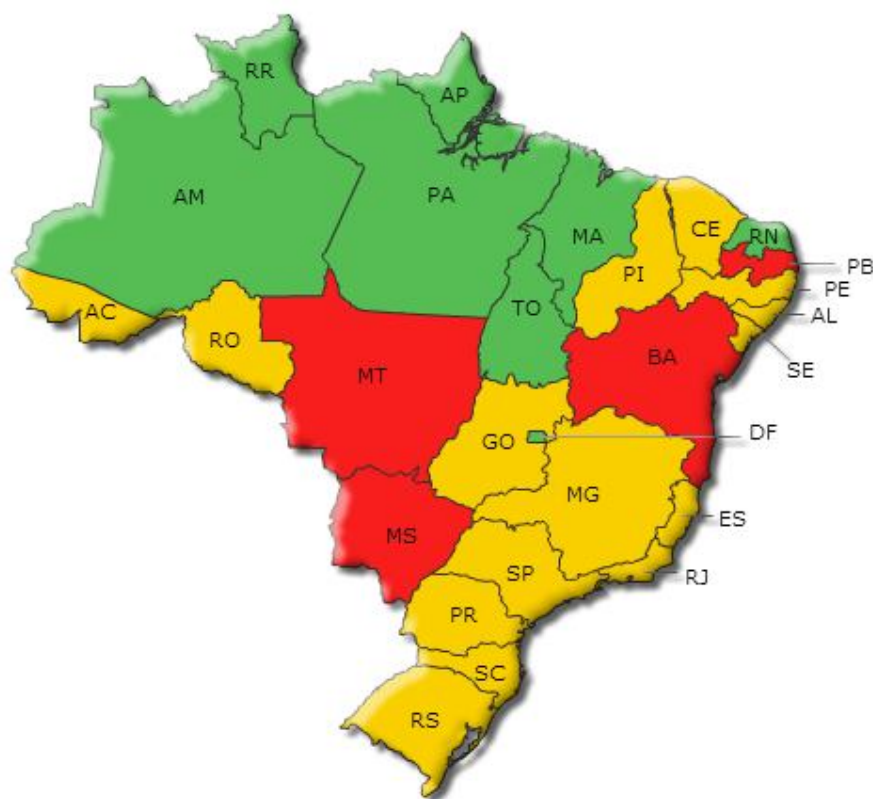
O TRT-MA está cumprindo a meta 1 na 1ª e 2 Instâncias.

Meta 1 - Justiça do Trabalho e TRT-MA



Meta 1: Cumprida: 101,50%

Cumprimento da Meta 1 por Estado



META 2

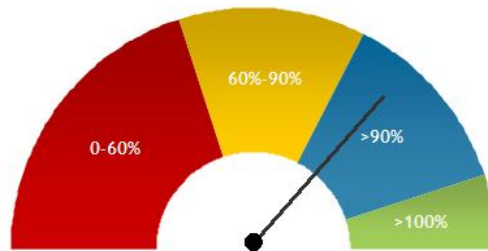
Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelos menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º e 2º Graus.

Perguntas	1º Grau	2º Grau	TRT-MA
2.1 Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância em 2013 e não julgados em 2013, excluídos os suspensos até 31/12/2014.	2184	4677	6861
2.4 Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância em 2013 e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	44	6	50
2.7 Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância em 2013 e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	431	7	438
2.10 Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância em 2013 e não julgados até 31/12/2013 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2014.	721	436	1157
2.13 Número total de processos informados em P2.1 (2013) que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014	0	4178	4178
Quanto falta para cumprir a meta	897	Cumprida	491
%Cumprimento	44,58%	109,64%	91,58%

Fonte: CGEEP/Corregedoria

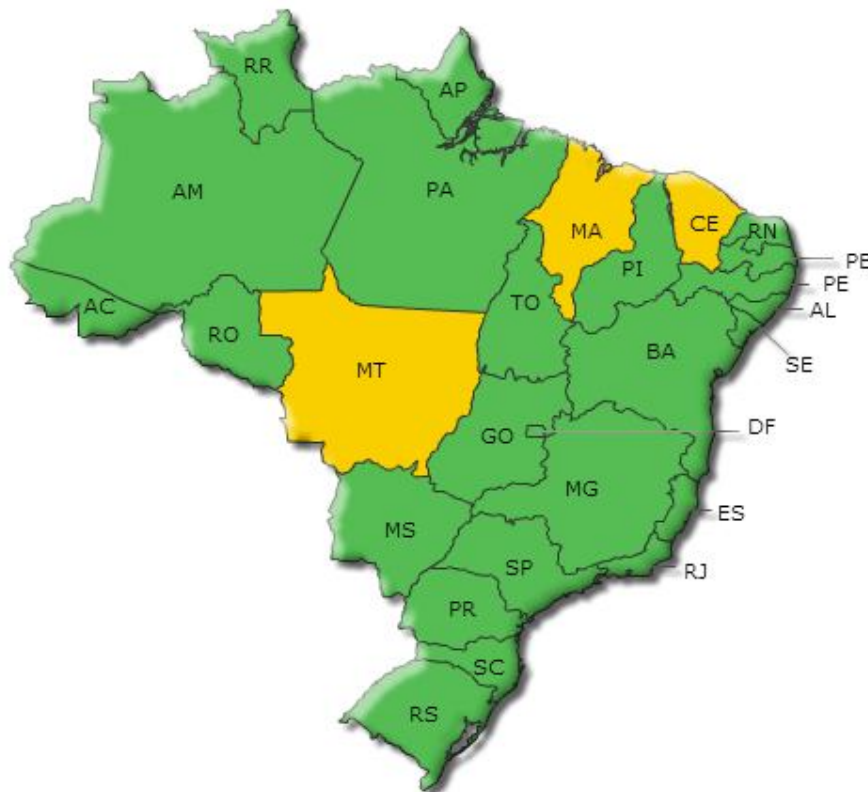
Na 1ª Instância, existiam 2.184 processos distribuídos até 31/12/2013 que não foram julgados nesse ano, sendo que destes, nenhum foi julgado até o dia 31/12/2014.

Na 2ª Instância a meta já está cumprida, uma vez que mais de 90% dos processos pendentes de julgamento que foram distribuídos em 2013 já foram julgados.



Meta 2: Não-Cumprida: 91,58%

Cumprimento da Meta 2 por Estado

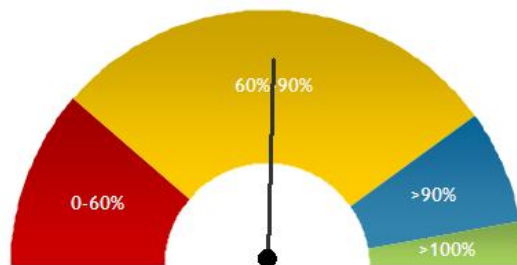


META 5

Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

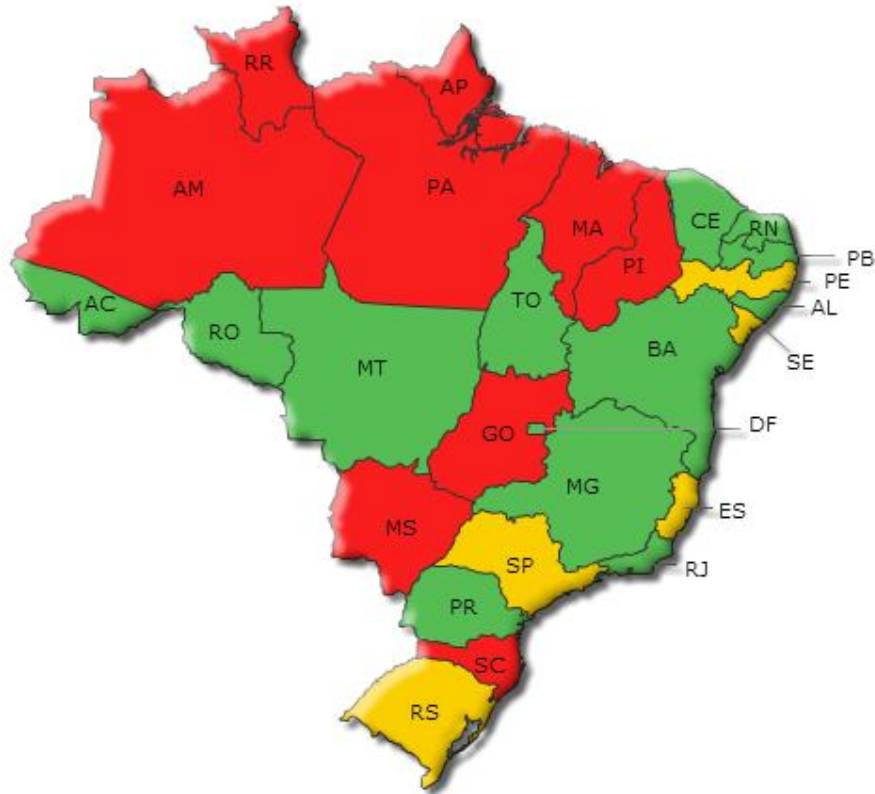
Pergunta	Descrição	Jan a Out
5.1	Número total de casos novos de execução não fiscal no mês de referência	14917
5.2	Número total de casos novos de execução fiscal no mês de referência	123
5.3	Número total de processos de execução não fiscal baixados definitivamente no mês de referência	10108
5.4	Número total de processos de execução fiscal baixados definitivamente no mês de referência	951
5.5	Número total de processos de execução não fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	1432
5.6	Número total de processos de execução fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	148
5.7	Número total de processos de execução não fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	1418
5.8	Número total de processos de execução fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	66

Relativamente aos processos de execução fiscal e não fiscal, no período de janeiro a dezembro de 2015, foram recebidos 15.040 processos e foram baixados 11.059 processos. Considerando-se os processos que entraram e saíram da meta, conforme as perguntas 5.5, 5.6, 5.7 e 5.8, o cumprimento da meta foi de 73,06%



Meta 5: Não-Cumprida: 73,06%

Cumprimento da Meta por Estado

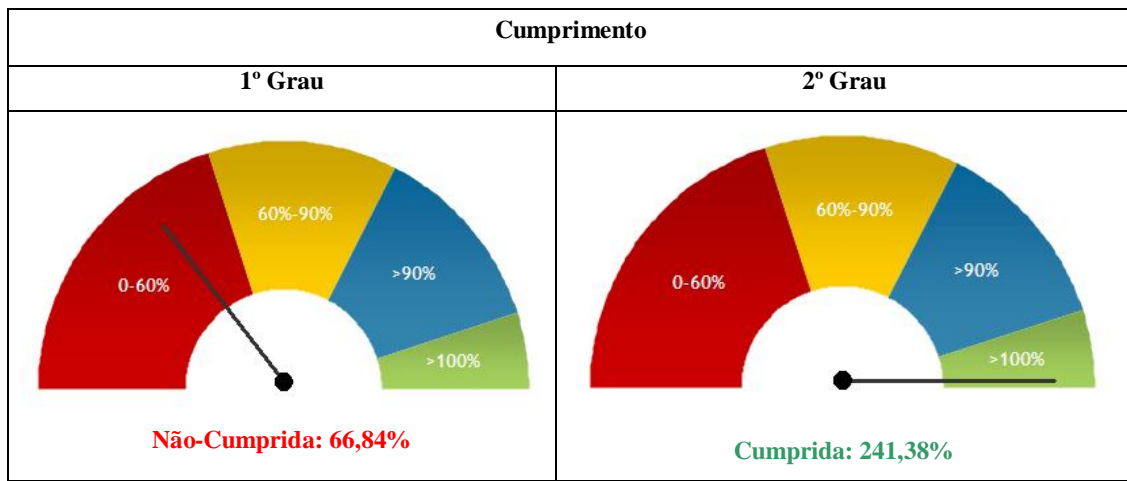


META 6

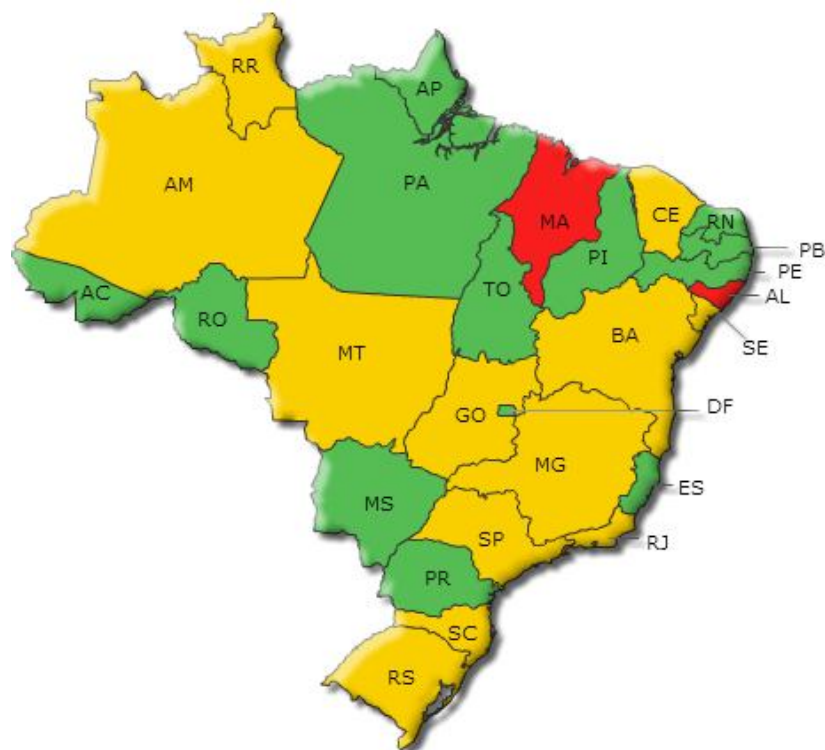
Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º Grau e no TST, e até 31/12/2013, no 2º Grau.

Pergunta	Descrição	2015
6.1	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados no 1º Grau em 2012, EXCLUÍDOS OS SUSPENSOS ATÉ 31/12/2014.	198
6.1	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados no 2º Grau em 2013, EXCLUÍDOS OS SUSPENSOS ATÉ 31/12/2014.	29
6.2	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 1º Grau em 2012 QUE FORAM JULGADOS EM 2013	89
6.2	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 2º Grau em 2013 QUE FORAM JULGADOS EM 2014	44
6.3	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 1º Grau em 2012 QUE FORAM JULGADOS EM 2014	27
6.3	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 2º Grau em 2013 QUE FORAM JULGADOS EM 2014	26

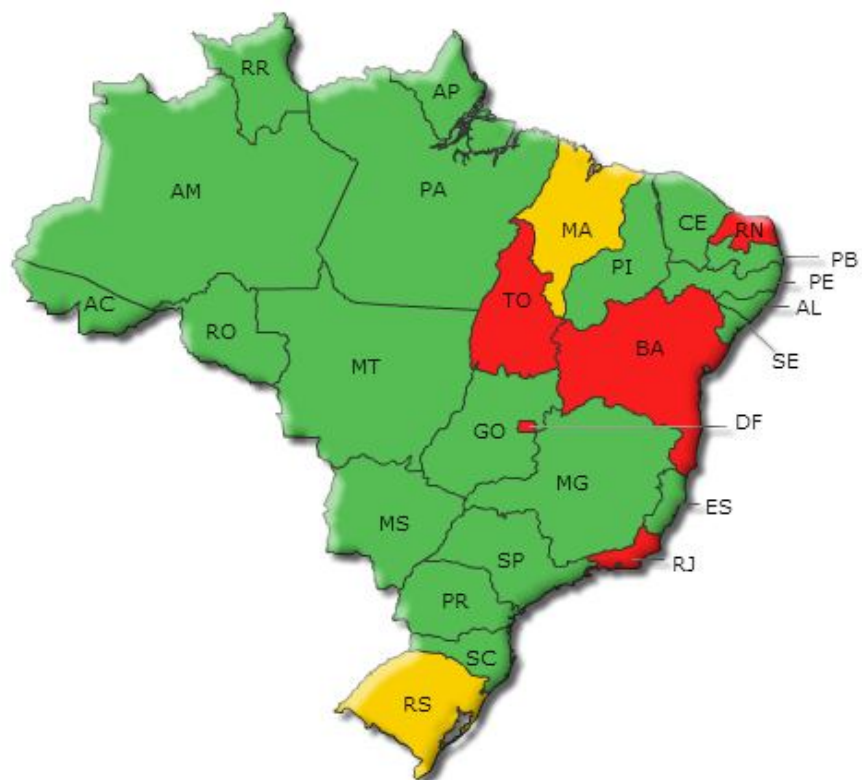
6.4	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 1º Grau em 2012 E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	2
6.4	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 2º Grau em 2013 E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	0
6.5	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 1º Grau em 2012 E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	4
6.5	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 2º Grau em 2013 E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	0
6.6	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 1º Grau em 2012 E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015	15
6.6	Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos no 2º Grau em 2012 E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2013 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015	0



Cumprimento da Meta por Estado Ações Coletivas – 1º Grau



Ações Coletivas – 2º Grau



META 7

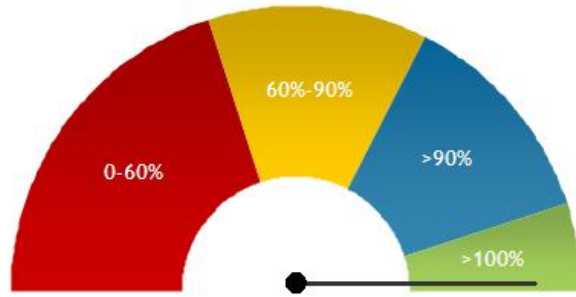
Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

Pergunta	Descrição	2015
P7.3	Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento na instância em 31.12.2014	2848
P7.4	Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes distribuídos na instância no mês de referência	3319
P7.5	Número total de processos dos dez maiores litigantes que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	3
P7.6	Número total de processos dos dez maiores litigantes que saíram da meta por saírem de situação de suspensão ou deixaram de se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	3
P7.7	Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes julgados na instância no mês de referência	3827

PJe

Litigante	CNPJ	Qtd de processos 1º grau	Qtd de processos 2º grau	Total de processos
VALE S.A	33.592.510/0001-54	292	43	335
ESTADO DO MARANHÃO	06.354.468/0001-60	242	65	307
ENERGIA VERDE - PRODUÇÃO RURAL LTDA	08.815.587/0001-07	251	1	252
MUNICÍPIO DE COROATA	06.331.110/0001-12	199	49	248
MUNICÍPIO DE SÃO LUIS	06.307.102/0001-30	140	107	247
MUNICÍPIO DE FORTUNA	06.140.404/0001-67	70	152	222
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA	06.138.366/0001-08	66	142	208
MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	06.398.150/0001-81	40	150	190
MUNICÍPIO DE PORTO RICO DO MARANHÃO	01.612.542/0001-88	185	0	185
MUNICÍPIO DE TIMON		2	179	181
		1487	888	2375

O TRT-MA já cumpriu a meta



Meta 7: Cumprida: 119,88%

Cumprimento da Meta por Estado



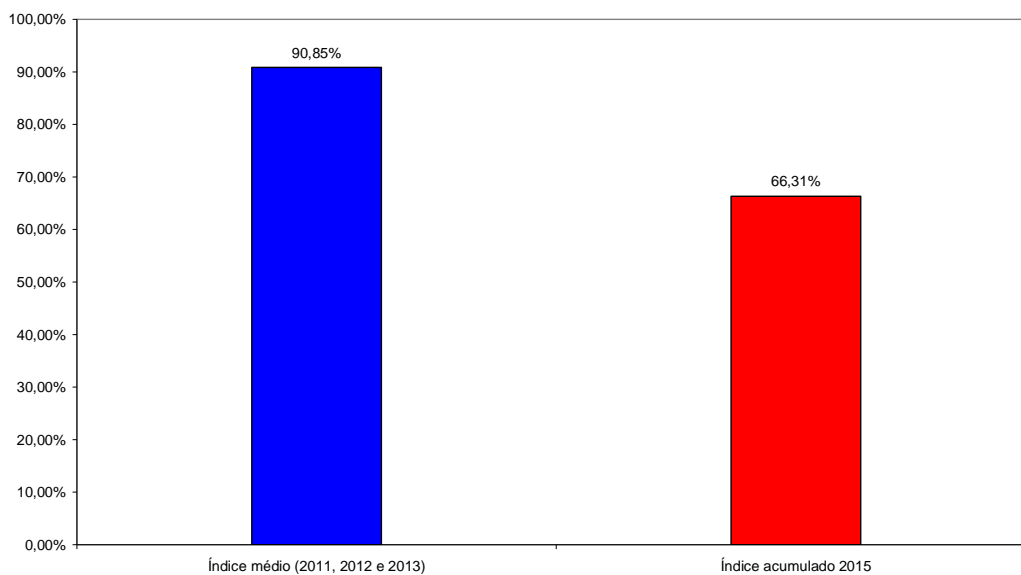
METAS ESPECÍFICAS

Índice de execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)

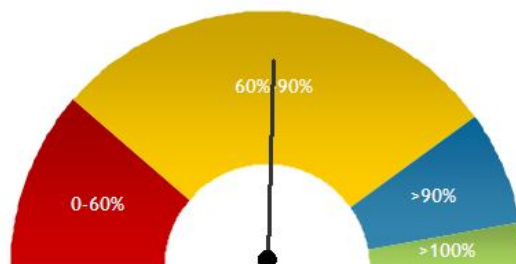
Aumentar o IEOD em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em: 2 p.p para aqueles TRTs que obtiveram média de até 80%, 1 p.p para aqueles TRTs que obtiveram média entre 80,01% e 85% e 0,5 p.p para aqueles TRTs que obtiveram média superior a 85%, até 2015.

Pergunta	Descrição	2015
P1	Valor efetivamente liquidado do orçamento disponibilizado	R\$ 16.366.372,89
P2	Total do orçamento disponibilizado	R\$ 24.680.905,00

Comparação - Meta e valor observado



O TRT-MA não cumpriu a meta



Meta Específica IEOD: Não-Cumprida: 72,99%

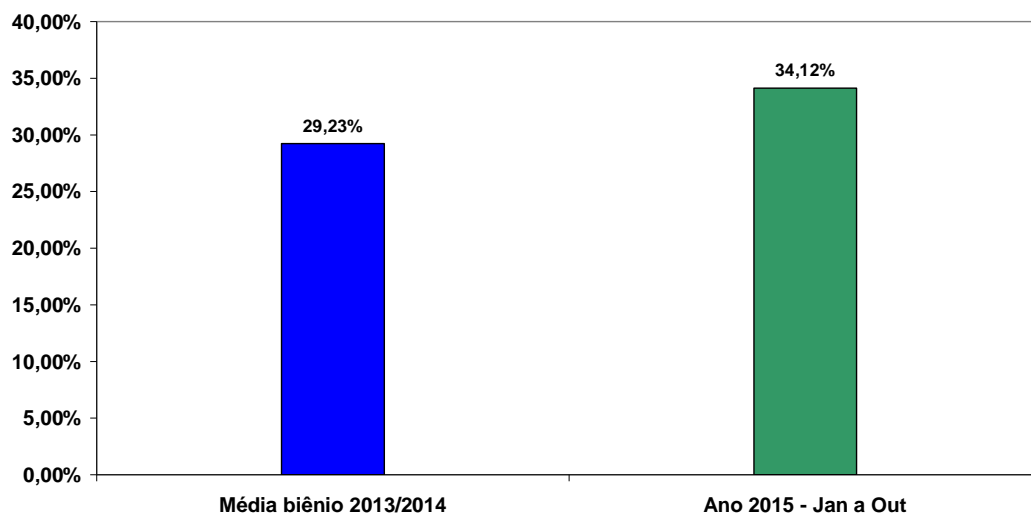
Cumprimento da Meta por Estado



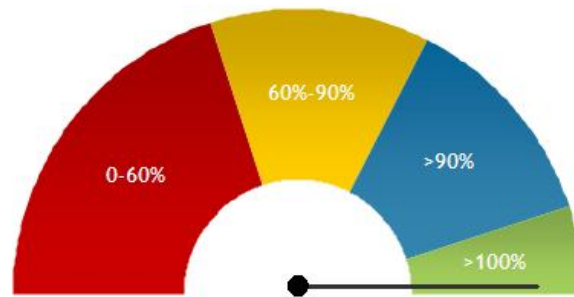
Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento (ICFC)

Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 1p.p, em 2015.

Conciliações na Fase de Conhecimento Comparativo - Meta e Valor Observado

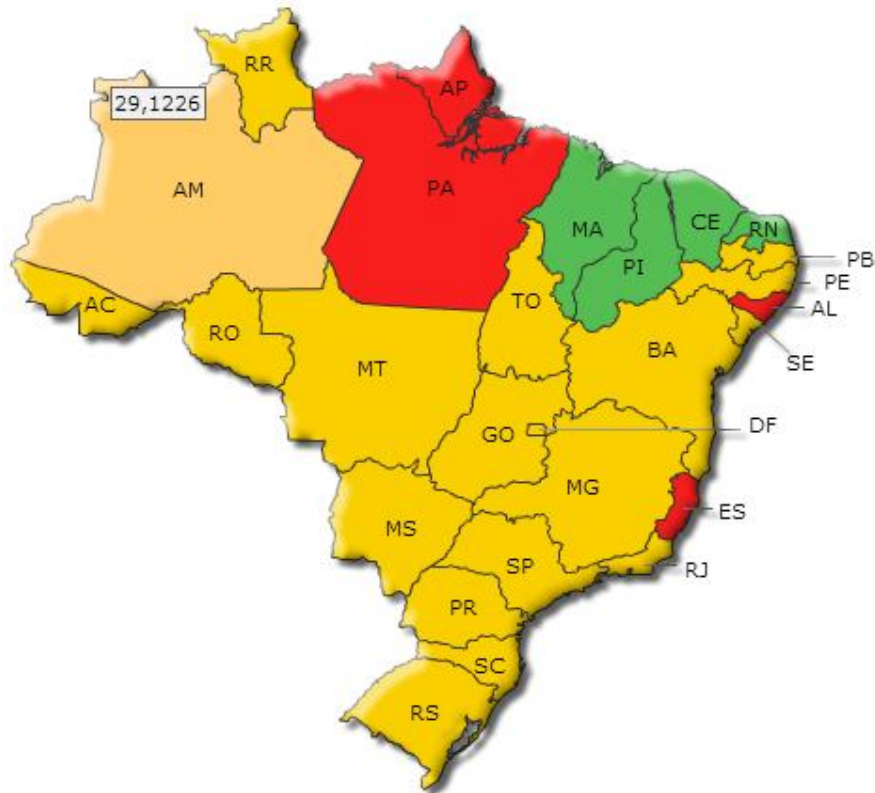


A meta está sendo cumprida



Meta 7: Cumprida: 116,72%

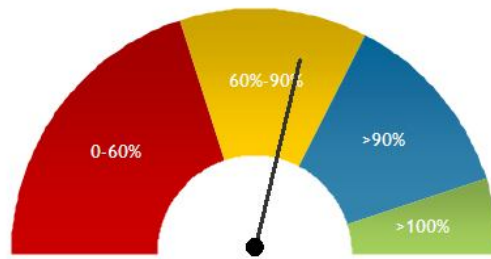
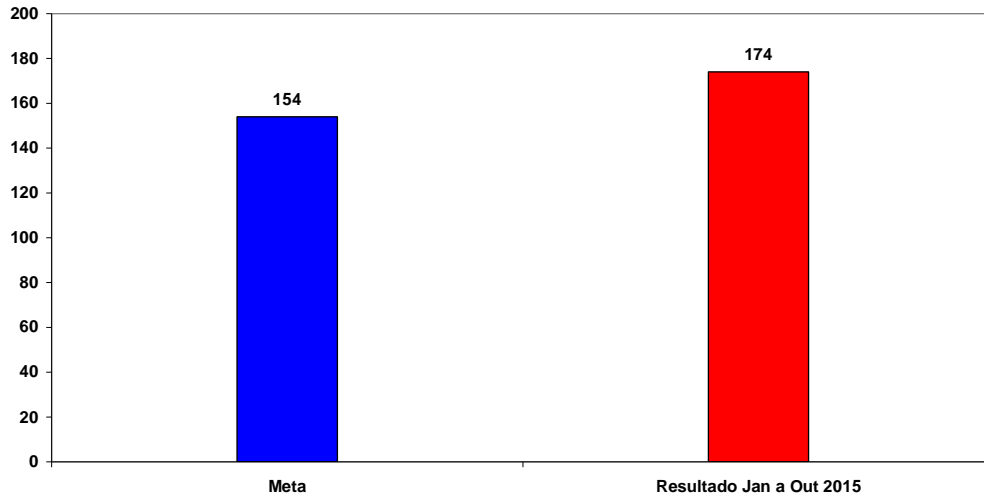
Cumprimento da Meta por Estado



Tempo Médio de Duração do Processo – 1º Grau – Conhecimento (TMDP1)

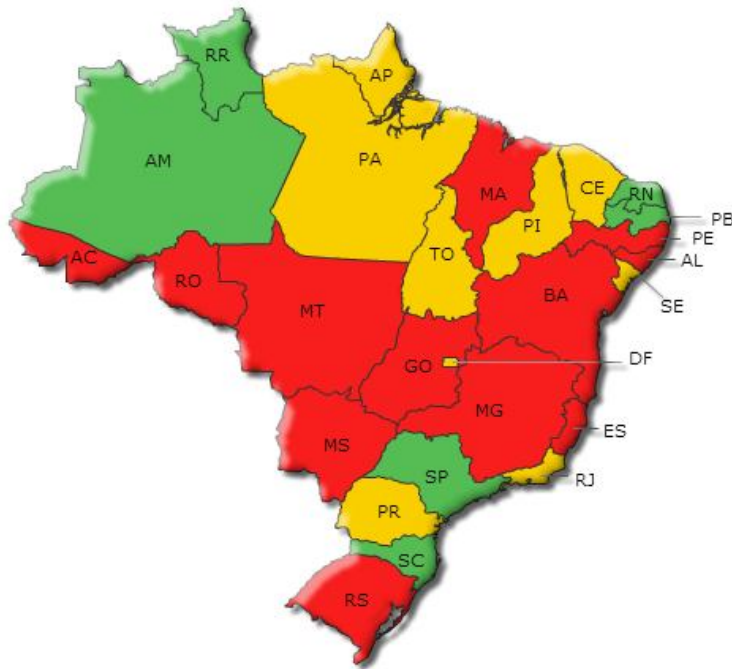
Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2014 em: 0% para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de até 200 dias e 1% para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, até 2015.

Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância Fase de Conhecimento



Meta Específica TMDP1: Não-Cumprida: 88,51%

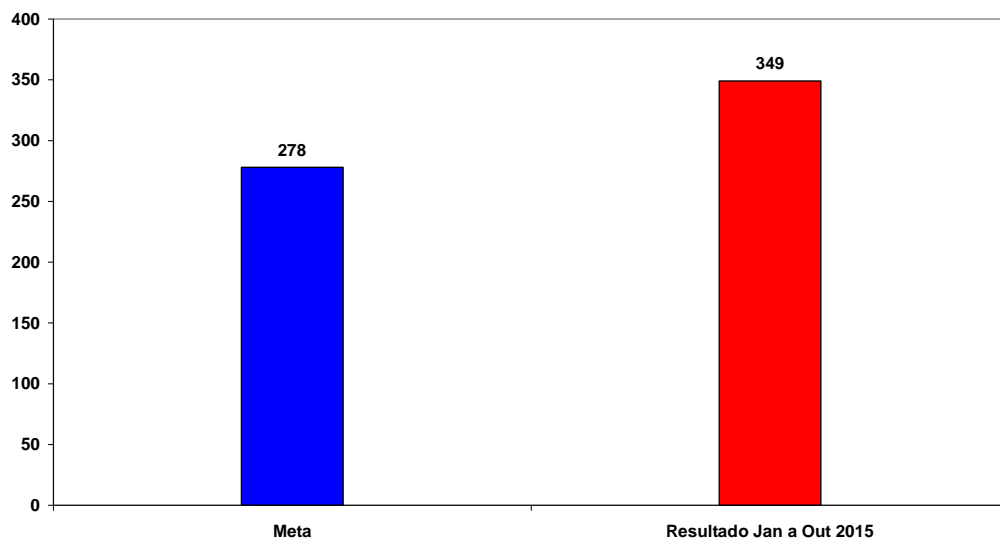
Cumprimento da Meta por Estado

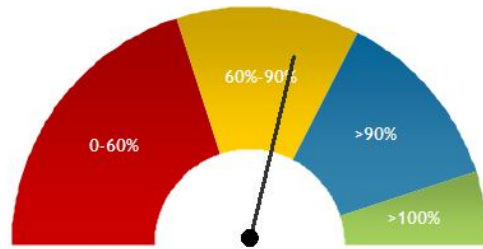


Tempo Médio de Duração do Processo – 2º Grau –(TMDP2)

Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2014 em: 0% para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de até 200 dias, 1% para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de 201 a 300 dias e 3% para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 300 dias, até 2015.

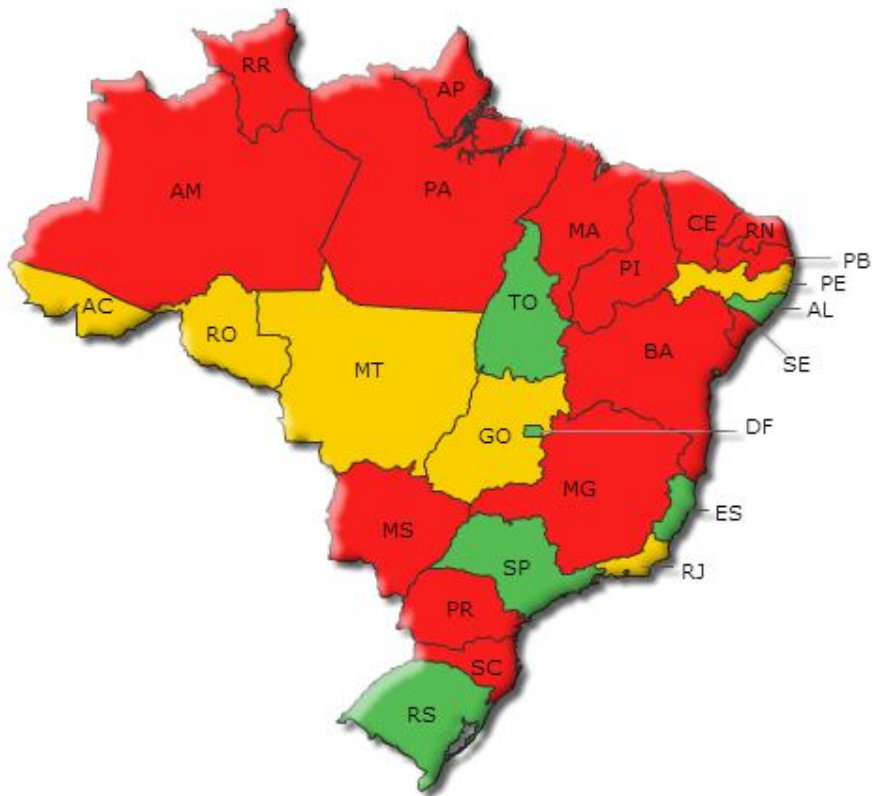
Tempo Médio de Duração do Processo - 2º Grau (TMDP2)





Meta Específica TMDP2: Não-Cumprida: 79,66%

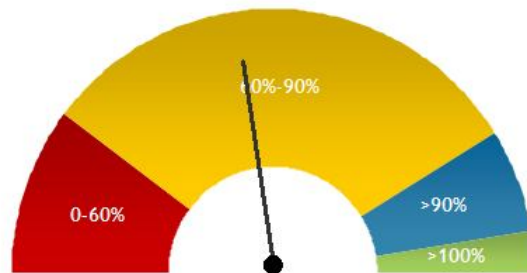
Cumprimento da Meta por Estado



Índice de Alcance de Metas (IAM)

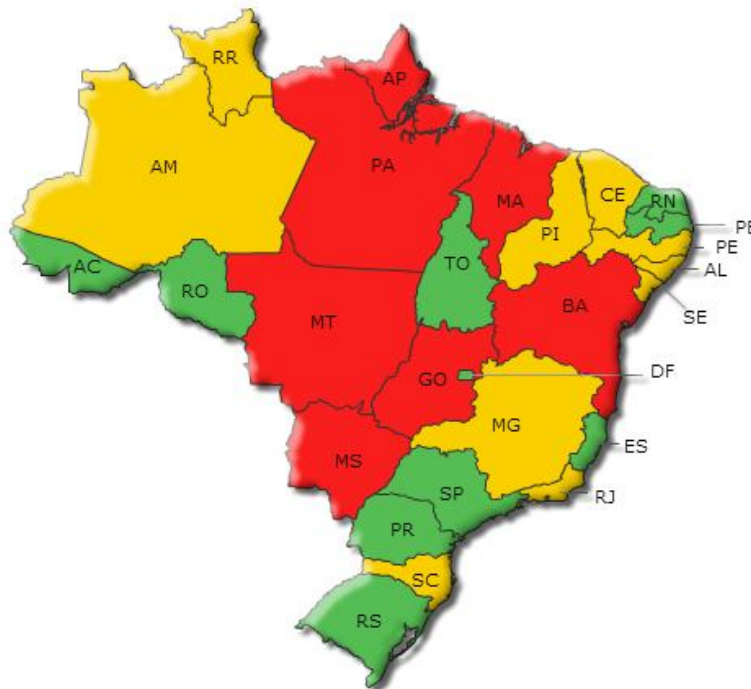
Atingir e manter a pontuação entre 55 e 69 em 2015.

O TRT-MA possui 35 pontos

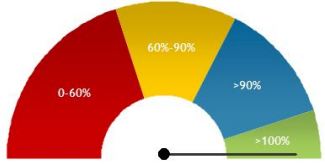
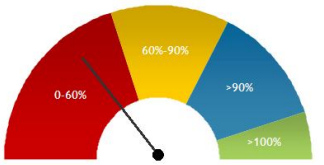
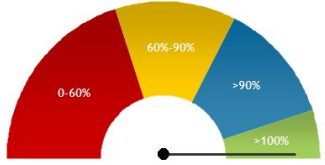
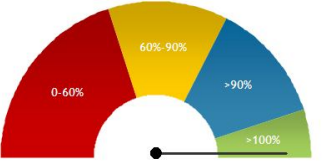
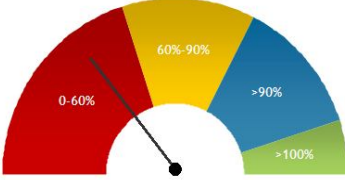
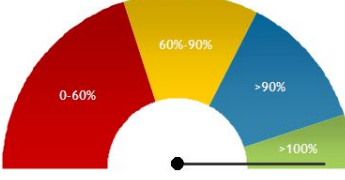

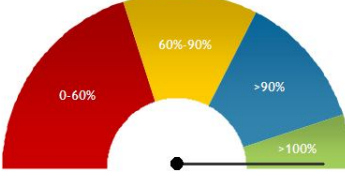
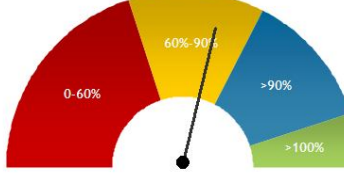


Meta Específica IAM: Não-Cumprida: 70%

Resultados por Estado



Painel de Cumprimento das Metas

META 1	META 2		META 5	META 7
1º e 2º Grau	1º Grau	2º Grau	1º Grau	1º e 2º Grau
				
Cumprida	Não Cumprida	Cumprida	Não Cumprida	Cumprida
META 6	IEOD		ICFC	TMDP1
1º Grau	2º Grau	Administrativo	1º Grau	1º Grau
				
Não Cumprida	Cumprida	Não Cumprida	Cumprida	Não Cumprida

Metas Cumpridas: 1, 2 – 2º Grau, 7, 6 – 2º Grau, ICFC

Metas não cumpridas: 2 – 1º Grau, 5, 6 – 1º Grau, IEOD, TMDP1, TMDP2 e IAM

Resumo das metas de 2015

	Metas	Cumprida?	Percentual de Cmpimento
Gerais	Meta 1	Sim	101,8%
	Meta 2	Não	97,5%
	Meta 5	Não	73,1%
	Meta 6 1º Grau	Não	81,7%
	Meta 6 2º Grau	Não	93,2%
	Meta 7	Não	119,88%
Específicas da Justiça do Trabalho	IEOD	Sim	165,52%
	ICFC	Não	83,33%
	TMDP1	Não	88,51%
	TMDP2	Não	79,66%
	IAM	Não	70%
	iGOVTI		
	iGOVPessoas		
	iGOV		

Fonte: Coordenaria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

	Metas Cumpridas
	Metas não Cumpridas
	Sem medição

5. GOVERNANÇA.

5.1 - DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.

O Conselho de Gestão Estratégica é uma instância de acompanhamento da estratégia, formado por incentivadores e fiscalizadores.

Os cinco temas estratégicos terão, cada um, um incentivador, cuja função é acompanhar o desenvolvimento do tema estratégico e auxiliar na interlocução entre a administração do Tribunal e as unidades fiscalizadoras dos objetivos estratégicos.

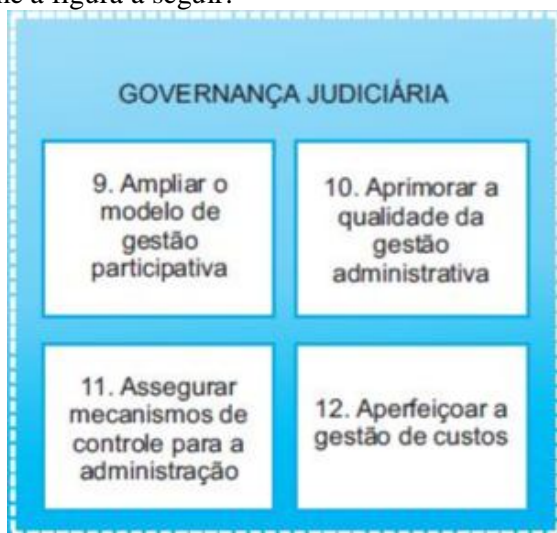
CIDADANIA E EFETIVIDADE – PRESIDENTE
PROCESSO JUDICIAL - VICE-PRESIDENTE
GOVERNANÇA JUDICIÁRIA - DIRETOR GERAL
GESTÃO DE PESSOAS - DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL
INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Os gestores das unidades fiscalizadoras dos objetivos estratégicos tem como atribuição monitorar o desempenho dos indicadores e as razões de eventual resultado negativo e apresentá-los durante as Reuniões de Análise da Estratégia – RAE.

Durante as RAE, serão debatidos os resultados parciais das metas fixadas, oportunidades nas quais poderão ser promovidos os ajustes necessários à melhoria do desempenho.

O Conselho de Gestão Estratégica poderá se guiar pelo rol de programas, sugerindo a atuação de um comitê. Comitês são instâncias de apoio à governança do Tribunal, fazendo a interlocução entre a Presidência do Regional e as atividades relacionadas à atuação de cada programa.

A Governança Judiciária é um dos cinco grandes temas do Mapa Estratégico do TRT-MA e abarca 04 (quatro) objetivos estratégicos e 07 (sete) indicadores, conforme a figura a seguir:



5.2 – ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.

A atividade correicional, no TRT da 16ª Região, está disciplinada no inciso II, art. 27 do Regimento Interno, in verbis:

"Art. 27- São atribuições do Corregedor Regional:

I - ...

II - No exercício da correição ordinária inspecionar, pelo menos uma vez por ano, cada uma das Varas do Trabalho da Região."

No exercício de 2015, o Corregedor Regional correicionou, ordinariamente, as 23 (vinte e três) Varas do Trabalho da 16ª Região, o Foro Astolfo Serra, o Núcleo de Pesquisa Patrimonial (Seção de Execução) e o Foro Manoel Alfredo Martins e Rocha.

Nos trabalhos de correição o Corregedor verifica a regular ordenação dos trabalhos desenvolvidos pelas unidades de 1º Grau, assiduidade de magistrados, examina autos, prazos e cumprimento de ordens emanadas pelo Tribunal e Legislação vigente.

O resultado dos trabalhos correicionais resultou na confecção de ATAS, que se encontram publicadas no sitio do TRT16, link: http://www.trt16.jus.br/site/index.php?acao=conteudo/geral/editais.php&p_index=1&p_pai_edital=2&p_tp_edital=41.

Não restou apurado, em 2015, qualquer falta cometida por servidor ou juiz que configurasse ilícito administrativo.

5.3 – GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.

QUADRO A.5.3 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação:					
<p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

6.1 - CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO.

A Ouvidoria, canal direto de comunicação entre o TRT 16^a e o cidadão, tem por escopo dirimir dúvidas do usuário e receber reclamações, denúncias, críticas, elogios ou sugestões a respeito da instituição e dos serviços por ela prestados. Visa, conseqüentemente, oportunizar a melhoria dos serviços deste Tribunal, tomando como base as manifestações recebidas dos cidadãos-usuários, contribuindo, assim, para elevar o nível de excelência da prestação jurisdicional.

As manifestações à Seção de Ouvidoria podem ser feitas pessoalmente, no edifício-sede do TRT – 16^a Região (Av. Senador Vitorino Freire, 2001, 4^o andar, Areinha), ou pelos seguintes canais:

- Manifestação redigida e encaminhada à Ouvidoria via postal, via fax ou entregue pessoalmente;
- Formulário eletrônico disponível no site: <http://www.trt16.jus.br>
- E-mail: ouvidoria@trt16.jus.br
- Telefone: 0800 282 23 23 (ligação gratuita de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 17h30min)
- Fone/fax: (98) 2109-9494.

Há, ainda, a possibilidade do interessado ser atendido diretamente pela Desembargadora Ouvidora, mediante agendamento on line, em dia e horários previamente escolhidos pelos solicitantes. O agendamento pode ser feito através do site do TRT da 16^a região, no link "Fale Direto com o Ouvidor", pelo telefone ou por e-mail. Após recebimento do agendamento, a equipe da Ouvidoria entra em contato com o manifestante para confirmar seu comparecimento no horário estabelecido. Quando a questão versa sobre andamento de processo, aciona-se a Vara com o intuito de obter minimamente detalhes dos últimos andamentos processuais. Após nosso contato com a Unidade, é elaborado um relatório para a Desa. Ouvidora, a fim de que sejam informados os andamentos processuais e possíveis providências já adotadas.

Para fins de otimizar o atendimento ao cidadão, este Regional realiza o projeto "Ouvidoria Itinerante", através do qual é possível ouvir, pessoalmente, as reclamações, críticas, denúncias, e/ou pedidos de informações, sugestões e elogios relacionados à jurisdição das Varas do Trabalho do interior do Estado. Desta forma, é possível detectar as dificuldades, problemas e falhas nos serviços ali oferecidos, além de identificar as boas práticas existentes para um possível compartilhamento na instituição.

No tocante aos dados gerenciais e estatísticos, a Ouvidoria do Tribunal elabora relatórios trimestrais atinentes às manifestações recebidas, os quais são encaminhados à Presidência do TRT 16^a Região, à Corregedoria do Regional, ao Diretor do Fórum Trabalhista e ao Chefe do Setor de Planejamento Estratégico.

Ressaltamos, por fim, que os Relatórios Anuais (2006 a 2015) podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico: <http://www.trt16.jus.br/site/index.php?acao=conteudo/ouvidoria/atividadesOuvidoria.php>.

6.2 - CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO.

Relativamente à Carta de Serviços ao Cidadão já existe processo administrativo em trâmite neste Tribunal (PA nº 532/2016) para condução do tema.

Para fins de implantação da Carta de Serviços, fora realizada pesquisa junto a outros Regionais e a servidora Rosely Vieira, responsável pela elaboração da carta de serviços, já realizou visita às unidades prestadores dos serviços utilizados diretamente pelo cidadão (ex: Ouvidoria, Corregedoria, CEMOC, Setor de Distribuição) a fim de coletar dados importantes para subsidiar o referido documento.

Tendo em vista a importância do conteúdo da Carta de Serviços e a preocupação do Tribunal em oferecer uma prestação jurisdicional de excelência, tanto ao público externo quanto ao público interno, foi realizada uma consultoria técnica com a senhora Leidismar Fernandes Nalasco – Gespública, ocasião em que estiveram presentes o Presidente do TRT-MA, a Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa e a Ouvidoria do Tribunal.

A minuta da carta será apreciada no I Encontro dos Gestores Administrativos, a ser realizado no dia 22 de fevereiro de 2016 e, em seguida, seguirá para o Tribunal Pleno deste Regional para homologação e publicação.

6.3 - AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.

No que se refere a mecanismos para avaliar a satisfação dos usuários dos serviços prestados pelo TRT da 16º Região, informamos que já existe pesquisa permanente de satisfação dos usuários, disponível nos sítios abaixo relacionados:

• Pesquisa permanente do grau de satisfação para os serviços prestados pelo TRT da 16º Região: http://www.trt16.jus.br/pesquisa/view/vw_pesq_avaliacao.php?psq=1E2AA13624C62FE08A9C8ED56283F9DC.

• Pesquisa de satisfação para o serviço prestado pela Seção de Ouvidoria: http://www.trt16.jus.br/pesquisa/view/vw_pesq_avaliacao.php?psq=6F9E7F0EA2B659422A3C95CE0DBBB55F.

O objetivo, com a implantação da referida “pesquisa de opinião/satisfação”, é coletar dados estatísticos para medir, de forma prática e acessível, o nível de satisfação do cidadão e, conseqüentemente, possibilitar a adoção de medidas voltadas à melhoria da prestação jurisdicional e do ambiente de trabalho em nosso Tribunal.

O TRT da 16ª Região realizou, no período de 25/11/15 a 18/12/15, pesquisa de satisfação com o público externo, em especial os usuários da justiça do trabalho (advogados, partes processuais, cidadãos em geral). A pesquisa foi aplicada em formulário impresso, disponibilizado em todas as unidades jurisdicionais, e

contemplava os seguintes aspectos: infraestrutura, atendimento ao público, audiência, decisão e comunicação.

O resultado da pesquisa será utilizado na tomada de decisões que visem o constante aprimoramento da prestação jurisdicional.

6.4 - MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.

No tocante aos dados gerenciais e estatísticos, a Ouvidoria do Tribunal elabora relatórios trimestrais atinentes às manifestações recebidas, os quais são encaminhados à Presidência do TRT 16ª Região, à Corregedoria do Regional, ao Diretor do Fórum Trabalhista e ao Chefe do Setor de Planejamento Estratégico.

Os relatórios anuais do setor estão disponíveis ao público no endereço eletrônico: <http://www.trt16.jus.br/site/index.php?acao=conteudo/ouvidoria/atividadesOuvidoria.php>.

6.5 - MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.

O TRT da 16ª Região instituiu o Projeto Incluir com o objetivo de garantir a acessibilidade e inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais à Justiça do Trabalho do Maranhão, por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas, de comunicação e culturais, proporcionando condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.

O referido projeto foi elaborado com base na Recomendação nº 27/2009 do Conselho Nacional de Justiça, e faz parte do processo de modernização e aprimoramento desta Instituição que aprovou o Planejamento Estratégico 2015-2020, o qual tem como um de seus valores institucionais a acessibilidade, com o objetivo de garantir aos usuários, internos e externos, o acesso a serviços e informações de maneira simplificada, com qualidade, rapidez e respeito aos direitos de cidadania.

Por meio do desenvolvimento desse projeto o TRT da 16ª Região:

- 1 - iniciou adequações arquitetônicas no âmbito deste Regional de forma a promover maior acessibilidade;
- 2 - constituiu Comissão de Acessibilidade para desenvolver as iniciativas estratégicas previstas no projeto acima citado.

Atualmente, a Comissão de Acessibilidade se reúne rotineiramente para discutir e acompanhar, pontualmente, o andamento das várias ações já definidas que se encontram em fase de implantação, bem como deliberar acerca de novas ações visando garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade.

Ressalta-se que os critérios de acessibilidade empregados no projetos de obras ou estudos arquitetônicos envolvem a construção de rampas, a

adequação de sanitários, a reserva de vagas em estacionamentos, a instalação de piso tátil e adaptação de balcões de atendimento para pessoas em cadeira de rodas.

As preocupações descritas acima, presentes nos projetos de novas instalações do órgão, estão sendo projetadas, paulatinamente, para os prédios já existentes.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

7.1 - DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO.

Este Regional manteve regular desempenho financeiro durante todo o exercício de 2015, somente assumindo compromissos em estrita observância à sua capacidade de pagamento, inclusive quanto à inscrição de despesas em Restos a Pagar, conforme ficou demonstrado no Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2015.

Vale registrar que o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI promove rigoroso controle dos recursos financeiros, com diversos mecanismos que minimizam a execução da despesa sem o devido lastro financeiro.

7.2 - TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.

Este TRT observou as disposições constantes das NBC T 16.9 e NBC T 16.10 no que tange aos bens móveis, direitos e obrigações, utilizando para tanto os parâmetros (vida útil econômica; valor residual; e taxa de depreciação/amortização) consignados na Macrofunção SIAFI 02.03.30.

Quanto à depreciação dos bens imóveis, os registros são de responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), contabilizados por meio do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União (SPIUnet).

Ocorre que a maior parte dos imóveis pertencentes a este Tribunal não estão inscrito no referido sistema, o que inviabilizou o registro da depreciação desses imóveis.

Dessa forma, no que tange aos bens imóveis, o TRT da 16ª Região atendeu de forma parcial o disposto nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

Para a determinação da vida útil econômica dos bens móveis, esta UPC utiliza a tabela constante no item 27 da Macrofunção SIAFI 02.03.30, que estabelece a vida útil por grupo de bens.

Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

Para o cálculo da depreciação dos bens móveis, bem como para o da amortização dos bens intangíveis e despesas antecipadas, esta UPC aplica o metodologia das quotas constantes, em conformidade com a orientação contida no item 47 da Macrofunção SIAFI 02.03.30.

Taxas utilizadas para os cálculos

Esta UPC empregou as taxas de depreciação correspondentes à vida útil econômica de cada grupo de bens, bem como os respectivos valores residuais, em conformidade com a Macrofunção Siafi 02.03.30, conforme abaixo:

RUBRICA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO DO GRUPO	TAXA DEPRECIACÃO ANUAL	VALOR RESIDUAL
14212.04.00	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	6,67%	10,00%
14212.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10,00%	20,00%
14212.08.00	APARELHOS MÉDICOS, ODONT.,LABORAT. E HOSPITALARES	6,67%	20,00%
14212.10.00	APARELHOS E EQUIP. P/ESPORTES E DIVERSÕES	10,00%	10,00%
14212.12.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10,00%	10,00%
14212.24.00	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10,00%	10,00%
14212.30.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10,00%	10,00%
14212.32.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	6,67%	10,00%
14212.33.00	EQUIPAMENTOS P/ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10,00%	10,00%
14212.34.00	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10,00%	10,00%
14212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	20,00%	10,00%
14212.36.00	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10,00%	10,00%
14212.38.00	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10,00%	10,00%
14212.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS 10,00% 10,00%	10,00%	10,00%
14212.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL 10,00% 10,00%	10,00%	10,00%
14212.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	6,67%	10,00%
14212.51.00	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10,00%	10,00%
14212.52.00	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	6,67%	10,00%
14212.57.00	ACESSÓRIOS DE AUTOMÓVEIS	20,00%	10,00%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais pertencentes a esta Unidade Jurisdicionadas obedecem aos seguintes critérios:

- a) Das Disponibilidades: são mensuradas pelo valor original.
- b) Dos Créditos: são mensurados pelo valor original.
- c) Das Dívidas: são mensuradas pelo valor original.
- d) Dos Estoques: são mensurados pelo valor de aquisição ou de produção.
- e) Dos Investimentos: são mensurados pelo valor de aquisição.
- f) Do Imobilizado: são mensurados pelo valor de aquisição ou produção.
- g) Do Intangível: são mensurados pelo valor de aquisição.

7.3 - SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.

O Ato CSJT.GP.SG Nº 398, de 29 de outubro de 2013, criou o Grupo de Trabalho de Custos – GT Custos para realizar estudos técnicos com o objetivo de modelar, desenvolver e implantar o Sistema de Custos da Justiça do Trabalho. O GT Custos tem como membros dois servidores do CSJT, três servidores da Divisão de Contabilidade do TST e mais três servidores de TRT's, (1ª, 2ª e 8ª Regiões).

O Ato de criação do GT estabeleceu o prazo de um ano para a realização dos trabalhos, tendo sido esse prazo prorrogado por mais um ano, até 29 de outubro de 2015.

Ao longo de 2014 e 2015, foram realizadas diversas reuniões entre os integrantes do GT Custos, com servidores de diferentes unidades do Tribunal e de outros Órgãos, com vistas à concepção do Sistema de Custos para a Justiça do Trabalho.

O GT Custos foi incumbido de implantar o projeto piloto do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho - SIC-JT, no TST, o qual será disseminado nos demais tribunais trabalhistas, seguindo cronograma que está definido no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, a ser cumprido até o ano de 2020.

No Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, disponível em <http://www.csjt.jus.br/plano-estrategico-da-justica-do-trabalho-2015-2020> está inserido como Objetivo Estratégico “Aperfeiçoar a gestão de custos - que refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos”.

O sistema de custos desenvolvido como piloto no TST e que será base para o desenvolvimento nos demais tribunais trabalhistas, tem como premissas básicas, dentre outras:

- Foco no custo do processo julgado;
- Segregação dos custos entre as três instâncias da JT (TST, Tribunais Regionais e Varas Trabalhistas);
- Departamentalização (centros de custos específicos agrupando as unidades administrativas das áreas meio e finalística);
- Método do custeio direto (especificamente sobre pessoal, depreciação e consumo de material);
- Segregação dos custos indiretos, sem rateio, em centros de custos específicos;
- Agregação de valor ao processo decisório.

Quanto à implantação do projeto-piloto do TST, foi elaborada a modelagem do sistema, onde os custos diretos devem ser alocados em centros de custos que identifiquem unidades administrativas. As diversas unidades administrativas foram aglutinadas em 32 centros de custos, que por sua vez foram aglutinados em quatro agregadores: Judicantes, Apoio Judiciário, Apoio Administrativo, Autônomos. A esses centros de custos são alocados os custos diretos de pessoal, incluindo benefícios pagos em folha, consumo de bens de estoque e depreciações de bens móveis, já apurados, mensalmente, desde julho de 2014, a partir dos sistemas estruturantes do TST (Sistemas de Folha de Pagamento, de Cadastro de Informações Funcionais, de Material e Patrimônio e de Almoxarifado).

Com a colaboração da área de tecnologia da informação do TST, chegou-se em dezembro de 2014, à consolidação de um subsistema baseado na ferramenta Business Objects, elaborado a partir dos dados de sistemas estruturantes (Folha de Pagamentos, Sistema de Patrimônio e Sistema de Almoxarifado), que os armazena em um banco de dados (data warehouse), permitindo a geração de informações dos custos diretos, por unidades administrativas, conforme centros de custos definidos na modelagem do sistema.

O tratamento para apuração e alocação dos custos diretos aos correspondentes centros de custos está sendo realizado com base no modelo conceitual estabelecido pela CCONT/STN, e de acordo com o banco de dados de cada sistema estruturante:

- **Folha de Pagamento** => os custos de pessoal estão sendo apurados com base nas rubricas da folha de pagamento de pessoal ativo, excluindo-se aquelas referentes a adiantamentos, pessoal cedido e exercícios anteriores, e são alocados observando-se a lotação de pessoal nas unidades administrativas, no mês de referência.
- **Sistema de Patrimônio** => os custos são alocados, pela apuração da depreciação dos bens móveis sob responsabilidade de cada unidade administrava, no mês de referência.
- **Sistema de Almoxarifado** => os custos são apurados e alocados pela soma dos valores das requisições de bens e do

consumo imediato efetuados em cada unidade administrativa, no mês de referência.

Os relatórios emitidos com dados dos custos diretos das unidades administrativas do TST foram homologados no início de 2015, mediante a verificação da fidedignidade das suas informações, confrontando-as com as oriundas dos respectivos sistemas estruturantes e com as informações do SIAFI Operacional.

Com relação aos custos indiretos, serão apurados em 25 centros de custos, consolidados em dois agregadores, quais sejam: “Custos Gerais” e “Pessoal – Outros” (custos de pessoal não alocáveis diretamente). A apuração desses dados se dará a partir de consultas ao SIAFI e ao sistema de folha de pagamento. Até o momento não foram estabelecidos os critérios no TST para apuração desses dados.

O grupo de trabalho estudou a possibilidade de registro dos custos indiretos no SIAFI, com uso da aba “Centro de Custos”, constante dos documentos emitidos do subsistema Contas a Pagar e a Receber – CPR. Tal possibilidade ainda não foi posta em prática pois provocará impactos significativos nos processos operacionais de liquidação de pagamento da despesa, além de estarem pendentes de autorização por parte da Administração do TST.

Com vistas a dar continuidade à implementação do Sistema de Custos no âmbito da Justiça do Trabalho, o GT Custos propôs, em seu relatório final, apresentado em setembro de 2015, várias demandas à Administração do CSJT, conforme resumo a seguir:

- Homologação da primeira fase do sistema de custos desenvolvido no TST (custos diretos por unidade administrativa);
- Avaliação e decisão quanto à implementação da segunda etapa do sistema de custos do TST, que envolve a codificação dos centros de custos e a inserção nos sistemas do Governo Federal (SIAFI e SIC);
- Criação de comitê técnico de custos, composto por representantes de cada tribunal trabalhista, com a finalidade de coordenar a continuidade do projeto de implantação do sistema de custos em toda a Justiça do Trabalho;
- Desenvolvimento de solução de TI padronizada e compatível com o SIC, para toda a Justiça do Trabalho;
- Criação de estrutura administrativa para a operacionalização do sistema e para o gerenciamento de custos, no TST, no CSJT, e em cada Tribunal Regional do Trabalho, envolvendo, basicamente, alocação de pessoal, espaço físico e recursos tecnológicos e materiais.

O relatório do GT-Custos submetido à Administração do CSJT encontra-se em fase de análise e homologação. Até o presente momento não há estrutura formalizada responsável pela apuração e pelo gerenciamento de custos no âmbito da Justiça do Trabalho, assim, os dados gerados no sistema piloto ainda não estão sendo

analisados, gerenciados ou divulgados. Dessa forma, ainda não é possível observar o impacto dessas informações na atuação da UPC ou no processo de tomada de decisão.

Os documentos relacionados ao trabalho desenvolvido pelo GT Custos, como participação em seminários e congressos, atas de reuniões e demais relatórios, estão inseridos no processo administrativo TST.502091/2013-4.

7.4 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 8018 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª. REGIÃO
ORGÃO SUPERIOR 15009 - JUSTIÇA DO TRABALHO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 28/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias			Despesas Orçamentárias	22.213.054,58	
Ordinárias			Ordinárias	205.202.685,86	
Vinculadas			Vinculadas	16.010.368,72	
Educação			Educação		
Seguridade Social (Exceção RGPS)			Seguridade Social (Exceção RGPS)	14.400.899,58	
Operação de Crédito			Operação de Crédito		
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		
Doações			Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.609.469,13	
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		
Demais Recursos			Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária					
Transferências Financeiras Recebidas	220.337.147,38		Transferências Financeiras Concedidas	10.052.708,09	
Resultantes da Execução Orçamentária	219.564.597,60		Resultantes da Execução Orçamentária		
Cota Recebida			Cota Concedida		
Repasso Recebido			Repasso Concedido		
Sub-repasso Recebido	219.564.597,60		Sub-repasso Concedido		
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			Correspondência de Créditos		
Cota Devolvida			Cota Devolvida		
Repasso Devolvido			Repasso Devolvido		
Sub-repasso Devolvido			Sub-repasso Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	772.549,78		Independentes da Execução Orçamentária	10.052.708,09	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	406.121,01		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	6.640.972,83	
Demais Transferências Recebidas	8.608,61		Demais Transferências Concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	357.820,17		Movimento de Saldos Patrimoniais	3.411.735,26	
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		
Aporte ao RPPS			Aporte ao RPPS		
Aporte ao RGPS			Aporte ao RGPS		
Recebimentos Extraorçamentários	10.467.370,48		Despesas Extraorçamentárias	7.271.747,87	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	275.754,97		Pagamento dos Restos a Pagar Processados		
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.934.555,23		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	7.244.518,79	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-45.875,04		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	26.880,28	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.302.935,38		Outros Pagamentos Extraorçamentários	348,96	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	348,96	
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		
Arrecadação de Outra Unidade	5.226.168,77		Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		
Variação Cambial			Variação Cambial		
Valores para Compensação			Valores Compensados		
Valores em Trânsito			Valores em Trânsito		
DARF - SISCOMEX			Ajuste Acumulado de Conversão		
Ajuste Acumulado de Conversão			Demais Pagamentos		
Demais Recebimentos	76.766,53				
Saldo do Exercício Anterior	14.190.583,22		Saldo para o Exercício Seguinte	6.457.590,43	
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.190.583,22		Caixa e Equivalentes de Caixa	6.457.590,43	
TOTAL	244.995.101,07		TOTAL	244.995.101,07	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 80018 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
ORGÃO SUPERIOR 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 26/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	7.223.311,53	14.989.643,69	PASSIVO CIRCULANTE	9.413.940,05	30.708.073,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.457.590,43	14.190.583,22	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	9.093.851,80	30.664.166,46
Créditos a Curto Prazo			Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	275.754,97	
Cientes			Obrigações Fiscais a Curto Prazo		
Créditos de Transferências a Receber			Obrigações de Repartição a Outros Entes		
Empréstimos e Financiamentos Concedidos			Provisões de Curto Prazo		
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Curto Prazo	44.333,28	43.906,56
Dívida Ativa Não Tributária					
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo					
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	84.504,45	95.525,47			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo					
Estoques	646.614,00	670.310,01			
VPDs Pagas Antecipadamente	34.602,65	33.224,99			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	45.960.644,56	40.026.273,34	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	35.840,45	35.840,45
Ativo Realizável a Longo Prazo	211.862,85		Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	211.862,85		Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo			Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		
Estoques			Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
VPDs Pagas Antecipadamente			Provisões de Longo Prazo		
Investimentos			Demais Obrigações a Longo Prazo	35.840,45	35.840,45
Participações Permanentes			Resultado Diferido		
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial			TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	9.449.780,50	30.743.913,47
Participações Avaliadas pelo Método de Custo					
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes					
Propriedades para Investimento					
Propriedades para Investimento					
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos					
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos					
Investimentos do RPPS de Longo Prazo					
Investimentos do RPPS de Longo Prazo					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS					
Demais Investimentos Permanentes					
Demais Investimentos Permanentes					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.					
Imobilizado	45.195.096,53	38.893.297,35			
Bens Móveis	18.907.769,28	15.318.716,69			
Bens Móveis	20.658.875,28	16.591.320,82			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.751.106,00	-1.272.604,14			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis					
Bens Imóveis	26.287.327,25	24.574.580,67			
Bens Imóveis	26.287.335,10	24.574.586,83			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-7,85	-6,13			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis					
Intangível	553.685,18	132.975,99			
Softwares	553.685,18	132.975,99			
Softwares	965.048,72	402.167,47			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-411.363,54	-269.191,48			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis					
Direitos de Uso de Imóveis					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
Diferido					
(-) Amortização Acumulada					
TOTAL DO ATIVO	53.183.956,09	55.015.917,03	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.183.956,09	55.015.917,03

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	6.457.590,43	16.724.321,84	PASSIVO FINANCEIRO	6.431.474,39	31.647.343,57
ATIVO PERMANENTE	46.726.365,66	38.291.595,19	PASSIVO PERMANENTE	9.093.851,80	14.880.368,18
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	37.656.629,90	8.488.205,28

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.041.643,29	3.192.937,68	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	22.005.249,68	14.477.101,17
Execução dos Atos Potenciais Ativos	3.041.643,29	3.192.937,68	Execução dos Atos Potenciais Passivos	22.005.249,68	14.477.101,17
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	917.600,20	810.340,27	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Executar			Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres		
Direitos Contratuais a Executar	2.124.043,09	2.382.597,41	Obrigações Contratuais a Executar	22.005.249,68	14.477.101,17
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		
TOTAL	3.041.643,29	3.192.937,68	TOTAL	22.005.249,68	14.477.101,17

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.411.762,00
Recursos Vinculados	1.437.878,13
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.437.878,13
TOTAL	26.116,04



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 80018 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
ORGÃO SUPERIOR 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 26/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	226.013.964,36	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.948.545,19	
Impostos		
Taxas	2.948.545,19	
Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		
Contribuição de Iluminação Pública		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	492.876,05	
Venda de Mercadorias		
Vendas de Produtos		
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	492.876,05	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	18.910,99	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Juros e Encargos de Mora	316,38	
Variações Monetárias e Cambiais	18.594,61	
Descontos Financeiros Obtidos		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		
Aportes do Banco Central		
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		
Transferências e Delegações Recebidas	221.889.989,68	
Transferências Intragovernamentais	220.337.147,39	
Transferências Intergovernamentais	1.546.078,81	
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais		
Transferências de Consórcios Públicos		
Transferências do Exterior		
Execução Orçamentária Delegada de Entes		
Transferências de Pessoas Físicas		
Outras Transferências e Delegações Recebidas	6.763,48	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	443.768,39	
Reavaliação de Ativos		
Ganhos com Alienação		
Ganhos com Incorporação de Ativos	437.125,60	
Ganhos com Desincorporação de Passivos	6.642,79	
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	219.473,26	
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		
Resultado Positivo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
VPA de Dívida Ativa		
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	219.473,26	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	206.711.040,89	
Pessoal e Encargos	153.784.236,71	
Remuneração a Pessoal	117.306.244,37	
Encargos Patronais	20.976.496,74	
Benefícios a Pessoal	15.085.688,38	
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	415.798,21	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15.549.252,50	
Aposentadorias e Reformas	13.221.841,84	
Pensões	2.295.004,76	
Benefícios de Prestação Continuada		
Benefícios Eventuais		
Políticas Públicas de Transferência de Renda		
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	32.405,98	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	19.215.503,31	
Uso de Material de Consumo	978.887,17	
Serviços	17.615.940,50	
Depreciação, Amortização e Exaustão	620.675,64	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	555,97	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais	555,97	
Descontos Financeiros Concedidos		
Aportes ao Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Transferências e Delegações Concedidas	10.052.708,09	
Transferências Intragovernamentais	10.052.708,09	
Transferências Intergovernamentais		
Transferências a Instituições Privadas		
Transferências a Instituições Multigovernamentais		
Transferências a Consórcios Públicos		
Transferências ao Exterior		
Execução Orçamentária Delegada a Entes		
Outras Transferências e Delegações Concedidas		
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	7.734.709,75	
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		
Perdas com Alienação		
Perdas Involuntárias		
Incorporação de Passivos	7.726.336,16	
Desincorporação de Ativos	8.373,59	
Tributárias	149.853,79	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Contribuições	149.449,49	
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	224.231,17	
Custo das Mercadorias Vendidas		
Custos dos Produtos Vendidos		
Custo dos Serviços Prestados		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.799,70	
Premiações		
Resultado Negativo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Incentivos		
Subvenções Econômicas		
Participações e Contribuições		
Constituição de Provisões		
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	222.431,47	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	19.302.923,47	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 8001 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 26/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Recostas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Recostas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Contribuição de Iluminação Pública				
Recosta Patrimonial				
Recostas Imobiliárias				
Recostas de Valores Mobiliários				
Recosta de Concessões e Permissões				
Compensações Financeiras				
Recosta Documental do Direito de Exploração de Bens Públicos				
Recosta de Cessão de Direitos				
Outras Recostas Patrimoniais				
Recostas Agropecuárias				
Recosta da Produção Vegetal				
Recosta da Produção Animal e Derivados				
Outras Recostas Agropecuárias				
Recostas Industriais				
Recosta da Indústria Extrativa Mineral				
Recosta da Indústria de Transformação				
Recosta da Indústria de Construção				
Outras Recostas Industriais				
Recostas de Serviços				
Transferências Correntes				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferências de Pessoas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
Outras Recostas Correntes				
Multas e Juros de Mora				
Indenizações e Restituições				
Recosta da Dívida Ativa				
Recostas Doc. Aportas Periódicas Amortização Déficit do RPPS				
Rec. Decor. de Aportas Periódicas para Compensações ao RGPS				
Recostas Correntes Diversas				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferência de Pessoas				
Transferências de Outras Instituições Públicas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
Outras Recostas de Capital				
Integralização do Capital Social				
Resultado do Banco Central do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional				
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.				
Recosta Dívida Ativa Alienação Estoques de Café				
Recosta de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional				
Recostas de Capital Diversas				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS				
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO				
DEFEITO			221.213.054,58	221.213.054,58
TOTAL			221.213.054,58	221.213.054,58
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		2.723.954,00	2.723.954,00	
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		704.000,00	704.000,00	
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		2.021.954,00	2.021.954,00	
Créditos Cancelados Líquidos				
Créditos Adicionais Resbentos				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	194.093.689,00	189.489.248,00	218.591.529,00	215.679.429,10	215.678.289,10	-29.102.281,00
Personal e Encargos Sociais	135.478.823,00	154.877.936,00	183.621.115,00	183.469.285,04	183.469.285,04	-28.743.173,00
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	28.606.866,00	34.611.312,00	34.970.413,96	32.210.144,11	32.209.004,11	-359.109,39
DESPESAS DE CAPITAL	5.650.352,00	3.140.494,00	2.621.525,56	599.070,20	324.455,23	518.968,44
Investimentos						
Inversões Financeiras	5.650.352,00	3.140.494,00	2.621.525,56	599.070,20	324.455,23	518.968,44
Amortização da Dívida						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	199.736.041,00	192.629.742,00	221.213.054,58	216.278.499,30	216.002.744,33	-28.583.312,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	199.736.041,00	192.629.742,00	221.213.054,58	216.278.499,30	216.002.744,33	-28.583.312,58
TOTAL	199.736.041,00	192.629.742,00	221.213.054,58	216.278.499,30	216.002.744,33	-28.583.312,58

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.296.784,37	2.160.835,43	1.891.048,93	1.891.048,93	7.376.374,89	124.137,43
Personal e Encargos Sociais	7.296.784,37	19.981,46	31.463,42	31.463,42	7.206.266,77	18.316,03
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	85.223,60	2.090.854,97	1.839.585,11	1.839.585,11	171.114,07	105.673,39
DESPESAS DE CAPITAL	144.064,88	6.248.112,61	5.353.470,26	5.353.470,26	21.914,11	1.016.793,04
Investimentos						
Inversões Financeiras	144.064,88	6.248.112,61	5.353.470,26	5.353.470,26	21.914,11	1.016.793,04
Amortização da Dívida						
TOTAL	7.440.849,25	8.348.948,04	7.244.519,19	7.244.519,19	7.398.289,05	1.140.930,47

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES					
Personal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL					

Notas explicativas:

1 - O FUNPRESP-JUD está sendo atualizado mensalmente pelo índice do IPCA, conforme orientado na Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015.

2 - Há falta de registro dos imóveis deste órgão no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet o que causa a diferença entre os valores registrados no SIAFI e no referido sistema, e em decorrência disso os valores de depreciação de imóveis também encontram-se inadequados.

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.

8.1 - GESTÃO DE PESSOAS.

8.1.1 - ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.

Quadro A 8.1.1.1 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	637	82	86
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	58	0	4
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	579	82	82
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	512	77	82
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	65	4	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	8	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	645	82	86

Fonte: **Coordenadoria de Gestão de Pessoas**

O quantitativo de servidores, atualmente, existente no TRT da 16ª Região é insuficiente diante das suas necessidades. Tal insuficiência inclusive prejudica o cumprimento da Resolução CSJT nº 63/2010 no que diz respeito ao quantitativo de servidores a serem lotados nas Varas do Trabalho considerando a média da movimentação processual.

Diante da premissa, este Tribunal encaminhou ao TST/CSJT anteprojetos de lei solicitando a criação de Cargos e Varas do Trabalho. Os anteprojetos foram encaminhados ao CNJ, e, atualmente, encontram-se no Congresso Nacional (PL-384/2015, PL-2746/2015, e PL-8334/2015).

Quadro A 8.1.1.2– Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	189	390
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	189	390
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	176	336
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	12	53
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	193	395

Fonte: **Coordenadoria de Gestão de Pessoas**

As avaliações feitas pela Administração deste TRT no que tange à distribuição da força de trabalho detectaram que, conforme determina a Resolução CSJT nº 63/2010, a área meio (administrativa) encontra-se adequada, enquanto que a área fim (judiciária), mesmo com ajustes feitos pela Administração, encontra-se deficitária.

Quanto à distribuição da força de trabalho na área meio e área fim de cargos comissionados frente a não comissionados, este Tribunal encontra-se adequado.

Quadro A 8.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	51	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	51	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	38	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	5	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	8	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	300	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	235	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	65	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	351	0	0

Fonte: **Coordenadoria de Gestão de Pessoas**

É fato que os órgãos públicos, de um modo geral, sofrem impactos consideráveis na sua força de trabalho com a aposentadoria de servidores, ainda mais quando mais próximos do evento aposentadoria, porque se supõe que mais experientes, mais capacitados. Diante deste fato, resta aos órgãos públicos a iniciação de um novo ciclo de formação e capacitação do servidor que ocupará a vaga deixada pelo servidor inativo e conseqüentemente as suas atribuições.

Convém ressaltar, por oportuno, que o Abono de Permanência tem como uma de suas finalidades fazer com que o servidor que já preenche todos os requisitos para aposentação e que obviamente possui uma larga experiência nas atribuições afetas ao cargo que ocupa permaneça por mais tempo no serviço público, até que possa se aproximar dos 75 (setenta e cinco) anos de idade e então pleitear a aposentadoria.

No caso específico deste Tribunal, uma quantidade considerável de servidores que ingressaram quando da sua instalação, em 26 de maio de 1989, já se encontram com o direito adquirido no que diz respeito a aposentadoria e permanecem em atividade, usufruindo o Abono de Permanência. Entretanto, muitos outros já se aposentaram. Diante deste fato, o Tribunal instituiu, através da Escola Judicial, uma política de ambientação e capacitação prévia para servidores recém-empossados.

Os afastamentos atualmente verificados neste Tribunal, que estão reduzindo de forma significativa a força de trabalho e impactando diretamente nos setores envolvidos, são os referentes a remoção sem reciprocidade para outros órgãos da Justiça do Trabalho, instituto previsto na Resolução CSJT nº 110/2012.

Na presente data, 15 (quinze) servidores encontram-se removidos sem reciprocidade, comprometendo de forma significativa a força de trabalho da UPC, quer seja na área Meio (Administrativa), quer seja na área Fim (Judiciária).

8.1.2 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL.

Quadro A 8.1.2.1 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	23.851.965,72	9.306,36	2.131.433,10	1.019.806,20	637.641,79	703.859,99	1.712.930,71	147.260,33	2.848.103,76	33.062.307,96
	2014	21.482.275,54	9.306,36	1.767.516,91	779.565,24	639.974,80	573.614,78	1.448,00	1.081.621,97	842.567,66	27.177.891,26
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	71.318.942,79	8.575.277,87	7.060.668,76	2.073.291,85	5.935.993,79	3.777.383,60	470.664,84	24.839,97	3.431.308,14	102.668.371,61
	2014	62.818.376,58	8.503.333,42	5.966.184,25	1.880.706,44	5.075.686,66	2.957.180,53	499.459,80	569.084,27	259.354,45	88.529.366,40
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	-	1.051.165,96	111.808,77	29.078,79	255.317,34	176.301,26	21.198,23	-	41.966,22	1.686.836,57
	2014	-	1.214.951,37	95.388,36	37.128,83	446.871,45	215.816,20	41.392,85	316.988,96	-	2.368.538,02
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	-	-	69.995,98	108,43	-	-	-	-	15.188,16	85.298,57
	2014	-	957.257,19	78.220,11	25.945,68	79.629,09	38.112,76	42.085,18	734.823,35	-	1.956.075,36
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	6.630.911,92	-	533.783,41	194.978,88	543.127,38	251.130,58	788,00	1.223,96	192.344,87	8.348.290,00
	2014	6.367.476,45	-	536.709,22	160.742,76	489.048,51	198.386,22	1.448,00	-	-	7.753.814,16
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Núcleo de Folha de Pagamento

8.1.3 - INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTROLES PARA MITIGAR RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL.

O TRT da 16ª Região utiliza sistemas informatizados para o controle dos procedimentos administrativos relacionados a magistrados e servidores, dentre os quais se destacam o Sistema de RH/Folha de Pagamento, o SISPAE/SUAP - Sistema de Protocolo Administrativo Eletrônico. Utilizando o SUAP, os magistrados e servidores acompanham em tempo real o andamento de suas solicitações feitas por meio de processo administrativo, agilizando o retorno da informação e finalização do processo.

Assim, durante o exercício de 2015, não foram identificados riscos na gestão de pessoas, especialmente aqueles que possam comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo.

8.1.4 - CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS.

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS (REGULAR)

Quadro A.8.1.4.1 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos

Unidade Contratante								
Nome: TRT da 16ª Região								
UG/Gestão: 080018								
Informações sobre os Contratos								
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados			Sit.
			Início	Fim	F	M	S	
2009	Vigilância armada (CT 60/2009)	FORTAL 08.888.686/0001-00	01/01/2010	29/02/2015	10	93	01	E
2011	Asseio e conservação (CT 42/2011)	LIMAN 01.594.216/0001-95	05/12/2011	04/12/2015	12	52	---	E
2011	Serviços de carregador (CT 12/2011)	GLOBAL SERV COMÉRCIO (09.439.320/0001-17)	26/04/2011	26/04/2016		03		AP
2011	Serviços de mensageiros (CT 13/2011)	GLOBAL SERV COMÉRCIO (09.439.320/0001-17)	26/04/2011	26/04/2016		03		AP
2011	Serviços de Técnico de Som	GLOBAL SERV COMÉRCIO (09.439.320/0001-17)	26/04/2011	26/04/2016		02		AP
2013	Serviços de garçom (CT 14/2013)	START SERV LTDA (07.800.844/0001-66)	26/04/2013	26/04/2016		02		AP
2013	Serviços Atend Consult Odontológico(CT 15/2013)	START SERV LTDA (07.800.844/0001-66)	26/04/2013	26/04/2016		02		AP
2013	Serviços de Técnico em Eletrônica (CT 17/2013)	START SERV LTDA (07.800.844/0001-66)	26/04/2013	26/04/2016		02		AP
2013	Serviço de Auxiliar mecânica (CT 18/2013)	START SERV LTDA (07.800.844/0001-66)	26/04/2013	26/04/2018		02		AP
2013	Serviços de Técnico	START SERV LTDA	26/04/2013	26/04/2018		02		AP

	Construção Civil (CT 19/2013)	(07.800.844/0001-66)						
2013	Serviço de Artífice de manutenção predial (CT 20/2013)	START SERV LTDA (07.800.844/0001-66)	26/04/2013	26/04/2018		02		AP
2013	Serviço de Bombeiro hidráulico (CT 21/2013)	START SERV LTDA (07.800.844/0001-66)	26/04/2013	26/04/2018		02		AP
2013	Serviços de copeiragem (CT 34/2013)	START SERV LTDA (07.800.844/0001-66)	26/04/2013	26/04/2018		04		AP
2013	Serviço de recepção (CT 43/2013)	GLOBAL SERV COMÉRCIO (09.439.320/0001-17)	26/04/2013	26/04/2018		05		AP
2014	Serviços de acabamento gráfico /bloquista (CT 15/2014)	PROJEBEL SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA (02.295.753/0001-05)	25/02/2015	26/02/2020		01		AP
2014	Serviço de lavagem de veículos (CT 13/2014)	START SERV LTDA (07.800.844/0001-66)	03/04/2014	04/04/2019		01		AP
2014	Serviços de Recepcionista (CT 43/2014 e CT 18/2014)	GLOBAL SERV COMÉRCIO (09.439.320/0001-17)	26/04/2015	27/04/2020		26	01	AP
2014	Serviços de Auxiliar de Eletricista (CT 38/2014)	MAHCRO 07.441.614/0001-58	11/11/2015	12/11/2020		03		AP
2014	Serviços de Condutores de veículos (CT 39/2014)	GLOBAL SERV COMÉRCIO (09.439.320/0001-17)	26/11/2015	27/11/2020		08	01	AP
2015	Vigilância armada (CT 07/2015)	SH VIGILÂNCIA LTDA (11.022.232/0001-99)	01/03/2015	28/02/2020				AP
2015	Pilates CT 13/2015	ENFEMED SAÚDE E SERVIÇOS LTDA (06.189.991/0001-89)	18/09/2015	17/09/2020			01	A
2015	Asseio e conservação CT 33/2015	MAXXIMUS MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA	11.12.2015		10	46		Emergencial
Fonte: Secretaria de Administração								

CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

A Portaria GP nº 930/2013 regulamenta internamente estágio de estudantes neste Regional onde são definidas regras do Programa de estágio Obrigatório e Não-Obrigatório e baseia-se na Lei 11.788/2008. A Portaria define também o quantitativo máximo de estagiários: 119 estudantes de Nível Superior e 109 estudantes de nível médio, sendo 101 regular e 08 técnico, que segue a limitação legal em relação ao quadro de pessoal. Para estágio obrigatório a referida portaria autoriza o máximo de 99 estagiários de instituições que possuem convênio com este TRT.

Os capítulos II e III da Portaria GP 930/2013 estabelecem as condições da contratação e os requisitos para o ingresso no quadro de estagiários, incluindo os impedimentos.

Este Regional utiliza o serviço de agente de integração da empresa Super Estágios Ltda. O valor atual da bolsa é de R\$700,00 para nível superior, R\$ 473,00 para nível médio e o auxílio-transporte R\$ 2,60.

As vagas são para nível superior e nível médio, sendo que alguns setores só recebem estagiários de nível superior, em cursos específicos com correlação com as atividades desempenhadas. A jornada é de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

Demonstra-se a seguir a evolução da quantidade e da despesa de estagiários durante o período de 2013 a 2015:

2013 – média anual 192 estagiários

2014 – média anual 168 estagiários

2015 – média anual 200 estagiários

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS - 2013

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	91	94	116	109	
1.1 Área Fim	74	75	82	80	
1.2 Área Meio	17	19	34	29	
2. Nível Médio	95	88	86	90	
2.1 Área Fim	84	75	72	76	
2.2 Área Meio	11	13	14	14	
3. Total (1+2)	186	182	202	199	R\$ 985.942,24

Fonte: Secretaria de Administração

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS - 2014

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	93	88	93	98	
1.1 Área Fim	69	67	67	71	
1.2 Área Meio	24	21	26	27	
2. Nível Médio	67	72	78	82	
2.1 Área Fim	54	59	64	68	
2.2 Área Meio	13	13	14	14	

3. Total (1+2)	160	160	171	180	1.155.291,09
Fonte: Secretaria de Administração					

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS - 2015

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	114	115	124	115	
1.1 Área Fim	77	77	86	74	
1.2 Área Meio	37	38	38	41	
2. Nível Médio	85	86	82	78	
2.1 Área Fim	65	64	60	59	
2.2 Área Meio	20	22	22	19	
3. Total (1+2)	199	201	206	193	1.275.699,36
Fonte: Secretaria de Administração					

8.1.5 - CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES PARA PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.

Este TRT, durante o exercício de 2015, não possuía contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

8.2 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA.

8.2.1 - GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIA E TERCEIRIZADA.

Com base nas Resoluções nº 83/2010 do CNJ e nº 68/2010 do CSJT, o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, disciplinou, através do Ato regulamentar G. P. Nº 6/2010, a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito deste Regional, onde está determinado que a renovação parcial ou total da frota será efetivada em razão da antieconomicidade decorrente de uso prolongado, desgaste prematuro ou manutenção onerosa; obsolescimento proveniente de avanços tecnológicos; sinistro com perda total ou histórico de custos de manutenção e estado de conservação que torne possível a previsão de que os custos com manutenção atingirão, em breve prazo, percentual antieconômico.

Para tanto, será elaborado o Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV com base na avaliação do estado da frota de veículos, realizada a partir dos mapas de controle do desempenho e manutenção dos veículos oficiais e de outras informações a eles relativas, para, posterior, aprovação do(a) Desembargador(a) Presidente.

Ressalta-se que a Gestão da frota de veículos é realizada pelo Chefe de Transportes e seus auxiliares, tendo como fundamento as resoluções e ato regulamentares supracitados.

O TRT da 16ª Região dispõe de uma frota de 55 (cinquenta e cinco) veículos oficiais - 44 (quarenta e quatro) veículos em atividade e 11 fora de uso - entre os quais de representação, institucionais, de serviço e contam em média com 7,8 anos de utilização, incluindo marcas e modelos diferentes, bem como categorias diversas de automóveis, pickups pequenas e médias, Vans (passageiros e carga) e caminhão. A classificação dos veículos oficiais encontra-se disponível no endereço eletrônico:

<http://www.trt16.jus.br/site/index.php?acao=conteudo/transparencia/index.php>.

Informa-se, ainda, que os critérios norteadores para a aquisição de veículos são pautados na necessidade dos mesmos para a prestação jurisdicional mais eficiente, e, também, na política de renovação gradual da frota.

Demonstra-se no quadro a seguir informação relativa à frota deste Tribunal, segregada por categorias:

RELATÓRIO POR CATEGORIA ANO: 2015

Categorias	Qtde.	KM Média Anual	Idade Média
Veículo de Representação	02	13.298	8,0
Veículo de Transportes Institucional	06	15.720	6,0
Veículos de Serviços em uso.	36	11.312	7,2
Veículos de Serviços sem uso	11	Zero	14,5

TOTAIS	55		7,8
--------	----	--	-----

CUSTO DE MANUTENÇÃO DA FROTA ANO: 2015

DESPESA COM MANUTENÇÃO	VALOR
Peças e Mão-de-obra	133.896,42
DPVAT	6.353,74
Seguro Contra Acidentes	21.582,60
Auxiliar de Mecânica	21.295,20
Combustíveis	194.719,89
Lavador de Veículos	20.741,76
Passagens e Locomoção (Ferry-boat)	6.053,00
TOTAL	404.642,61

8.2.2 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO.

Quadro A 8.2.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	MARANHÃO	11	11
	SÃO LUÍS	05	05
	AÇAILÂNDIA	01	01
	BACABAL	01	01
	BALSAS	01	01
	SANTA INES	01	01
	IMPERATRIZ	01	01
	ESTREITO	01	01
Subtotal Brasil		11	11
EXTERIOR	PAÍS	0	0
	Cidade		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		11	11

Obs: Ainda estão em processo de incorporação junto ao Patrimônio da União-SPIUnet os imóveis onde funcionam as Varas do Trabalho de S.João dos Patos, Pedreiras e o prédio onde funciona atualmente a VT de Imperatriz-Ma. Observa-se que a unidade constante como Imperatriz no quadro acima está em processo de desincorporação perante o SPIUnet. Registra-se ainda, que existem 02(dois) imóveis onde funcionou e funciona, respectivamente a VT de Caxias-Ma., que também não constam do SPIUnet, em processo de desincorporação e incorporação.

Fonte: Coordenadoria de Material e Logística - SPIUnet

Quadro A 8.2.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.

UG	RIP	REGIME	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	VALOR DO IMÓVEL			Despesa com Manutenção no exercício 2015	
				Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor Reavaliação	Imóvel	Instalações
080018	723000235001	EAFD*	REGULAR	95.144,36	07/07/00	-	-	-

080018	727000055006	EAFD	REGULAR	103.959,74	07/07/00	-	-	-	
080018	803000555008	EAFD	REGULAR	78.715,49	07/07/00	-	-	-	
080018	921003645002	EAFD	REPAROS IMPORTANTES	116.935,53	05/09/01	-	-	-	
080018	921003655008	EAFD	REPAROS IMPORTANTES	72.434,00	05/09/01	-	-	-	
080018	921003665003	EAFD	REPAROS IMPORTANTES	44.680,40	05/09/01	-	-	-	
080018	921003675009	EAFD	REPAROS IMPORTANTES	1.867.590,00	05/09/01	-	284.522,28	-	
080018	921006505007	EAFD	SEM VALOR	11.616.333,64	26/06/12	-	-	-	
080018	957000235009	EAFD	REGULAR	99.964,20	07/07/00	-	-	-	
080018	961000255008	EAFD	REGULAR	123.830,93	07/07/00	-	-	-	
080018	963000085001	EAFD	SEM VALOR	148.500,00	18/05/10	-	-	-	
TOTAL								284.522,28	

Obs: Não foram relacionados os RIPs das VTs de S.João dos Patos, Pedreiras e o prédio onde funciona atualmente a VT de Imperatriz-Ma., uma vez que os mesmos ainda se encontram em processo de incorporação junto ao Patrimônio da União-SPIUnet. Observa-se ainda que a unidade constante no quadro acima com RIP 803000555008 (Imperatriz-Ma.) está em processo de desincorporação perante o SPIUnet. Registra-se por fim, que existem 02(dois) imóveis onde funcionou e funciona, respectivamente a VT de Caxias-Ma., com cessão a este TRT16, que também não constam do SPIUnet, em processo de desincorporação e incorporação.

Fonte: Coordenadoria de Material e Logística - SPIUnet

8.2.3 - CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS.

Quadro A 8.2.3.1 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UPC		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0921.00367.500-9
	Endereço	Av. Vitorino Freire, 2001 – Areinha – S.Luís-Ma.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Agencia Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Decretos-Lei 9.760/46, 99.509/90, 3.725/01, Leis 9.636/98e 8.666/93 e Resolução 87/11 CSJT
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de Agencia Bancária
	Prazo da Cessão	24 (vinte e quatro) meses, com limite de 60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Área de 286,04 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 76.653,94
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Execução das despesas correntes do TRT16
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	

Fonte: Coordenadoria de Material e Logística

Quadro A 8.2.3.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UPC		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0921.00650.500-7
	Endereço	Fórum Astolfo Serra, sito Av. Vitorino Freire, 150 – Areinha – S.Luís-Ma.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Agencia Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Decretos-Lei 9.760/46, 99.509/90, 3.725/01, Leis 9.636/98 e 8.666/93 e Resolução 87/11 CSJT
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de Agencia Bancária
	Prazo da Cessão	24 (vinte e quatro) meses, com limite de 60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Área de 135,00 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 44.747,52
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Execução das despesas correntes do TRT16
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	

Fonte: Coordenadoria de Material e Logística

Quadro A 8.2.3.3 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UPC		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0921.00367.500-9
	Endereço	Prédio Sede - Av. Vitorino Freire, 2001 – Areinha – S.Luís-Ma.
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.015.142/0001-86
	Nome ou Razão Social	A. DE Q. SILVA – ME.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Exploração dos Serviços de Restaurante e Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação (Pregão Presencial)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Restaurante e Lanchonete
	Prazo da Cessão	30 (trinta) meses, com limite de 60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Área de 186,45 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 16.865,75
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Execução das despesas correntes do TRT16
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	

Fonte: Coordenadoria de Material e Logística

Quadro A 8.2.3.4– Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UPC		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0921.00367.500-9
	Endereço	Av. Vitorino Freire, 2001 – Areinha – S.Luís-Ma.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil SA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Agencia Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Decretos-Lei 9.760/46, 99.509/90, 3.725/01, Leis 9.636/98 e 8.666/93 e Resolução 87/11 CSJT
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de Agencia Bancária
	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, com limite de 60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Área de 134,94 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 33.303,05
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Execução das despesas correntes do TRT16
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	

Fonte: Coordenadoria de Material e Logística

Quadro A 8.2.3.5 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UPC		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	080300055.500-8
	Endereço	Fórum “Manuel Alfredo Martins e Rocha”, sito na Rua da Saudade Quadra 12, Loteamento Parque das Palmeiras, Imperatriz -Ma.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Agencia Bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Decretos-Lei 9.760/46, 99.509/90, 3.725/01, Leis 9.636/98e 8.666/93 e Resolução 87/11 CSJT
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de Agencia Bancária
	Prazo da Cessão	24 (vinte e quatro) meses, com limite de 60 meses

	Caracterização do espaço cedido	Área de 46,25 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 27.520,26
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Execução das despesas correntes do TRT16
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	

Fonte: Coordenadoria de Material e Logística

Quadro A 8.2.3.6 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UPC		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0921.00650.500-7
	Endereço	Av. Vitorino Freire, 2.001, Areinha, São Luís-Ma.
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	ANAJUSTRA
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Decretos-Lei 9.760/46, 99.509/90, 3.725/01, Leis 9.636/98 e 8.666/93 e Resolução 87/11 CSJT
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atividades da Anajustra-Plano de Saúde
	Prazo da Cessão	24 (vinte e quatro) meses, com limite de 60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Área de 6,45 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 205,02
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Execução das despesas correntes do TRT16
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	

Fonte: Coordenadoria de Material e Logística

8.2.4 - INFORMAÇÕES SOBRE OS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS.

O TRT da 16ª Região possui apenas 01 (um) imóvel locado de terceiro que se encontra localizado na cidade de Pinheiro/MA, e tem por finalidade a instalação e funcionamento provisório da Vara Trabalhista daquele município enquanto durar a obra de reforma do prédio próprio.

De acordo com o contrato firmado, de nº 11/2015, o valor global para o período de 12 (doze) meses é de R\$ 69.120,00 (sessenta e nove mil cento e vinte reais), o que corresponde a uma despesa mensal de R\$ 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais), já em relação às despesas com reformas, transformações, manutenções do imóvel locado, quando houver, serão de responsabilidade do locatário que deverá entregar o imóvel, finda a locação, nas mesmas condições em que recebeu, salvo os desgastes decorrentes do uso normal.

8.3 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

8.3.1 - PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES.

1. Sistemas Legados de 1ª e 2ª instância;

Objetivo: Sistema responsável por coletar dados quantitativos judiciais e administrativos do primeiro e segundo grau do TRT16 para geração de relatórios estatísticos.

Principais funcionalidades: controle de movimentação de processos físicos; sessão do pleno;

Responsável técnico: Setor de Desenvolvimento de Sistemas;

Responsável área de negócio: Corregedoria e Presidência;

Criticidade para a unidade: Alta;

2. PJe – Processo Judicial Eletrônico;

Objetivo: elaborar e manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de o processo tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar dos Estados e na Justiça do Trabalho;

Principais funcionalidades: petições iniciais e intermediárias pela web; notificação de audiência de forma eletrônica;

Responsável técnico: Setor de Apoio ao PJe e TST;

Responsável área de negócio: Comissão PJe;

Criticidade para a unidade: Alta;

3. Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento;

Objetivo: Sistema responsável por manter o cadastro de informações de gestão pessoal e funcional dos servidores, magistrados e juízes classistas.

Principais funcionalidades: Importação de dados cadastrais, cálculo e geração de dados para a folha de pagamento de pessoal;

Responsável técnico: Setor de Desenvolvimento de Sistemas.

Responsável área de negócio: Coordenadoria de Gestão de Pessoas e Núcleo de Folha de Pagamento.

Criticidade para a unidade: Alta.

4. Sistema de Estatísticas da Justiça Trabalhista (E-GESTÃO);

Objetivo: é uma ferramenta que tem como objetivo fornecer à Justiça do Trabalho, em todos os níveis, informações atualizadas sobre a estrutura administrativa e a atividade judicante de primeiro e segundo graus.

Principais funcionalidades: coleta de itens estatísticos de sistemas bases de dados judiciais e administrativas.

Responsável técnico: Setor de Desenvolvimento de Sistemas

Responsável área de negócio: Presidência

Criticidade para a unidade: Alta.

5. Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos (SUAP);

Objetivo: Sistema unificado de acompanhamento de processos administrativos.

Principais funcionalidades: lançamento de eventos e documentos; envio de guias eletrônicos entre setores;

Responsável técnico: Setor de Desenvolvimento de Sistemas;

Responsável área de negócio: Setor de Cadastramento Processual;

Criticidade para a unidade: Alta.

6. Sistema de Prontuário Médico e Odontológico;
7. Sistema de Ponto Eletrônico;
8. Sistema de Ouvidoria;
9. Sistema de Material e Patrimônio;
10. Site Institucional;
11. Intranet;
12. Portal da Escola Judicial;

8.3.2 - INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PDTI.

O TRT da 16ª Região está trabalhando na atualização do seu Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação 2016/2010 (PETI) e na construção do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2017/2018. Dois projetos criados para a construção desses artefatos de planejamento e gestão de TI foram priorizados e aprovados pela Comissão Permanente de Tecnologia da Informação, e encontram-se em fase de execução.

Os processos administrativos 160/2016 (PDTI) e 161/2016 (PETI) foram autuado para o acompanhamento desses trabalhos.

A Comissão Permanente de Tecnologia da Informação, até 31 de dezembro de 2015 possuía a seguinte composição:

LUIZ COSMO DA SILVA JUNIOR, Desembargador
Presidente (COORDENADOR);

CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO, Juiz Auxiliar da
Presidência (COORDENADOR SUBSTITUTO);

FERNANDO LUIZ DUARTE BARBOZA, Juiz do Trabalho
Substituto;

ANTONIO MANOEL COSTA SILVA, Secretário-Geral da
Presidência;

JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES, Diretor-Geral;
RÔMULO JOSÉ MAIA MOURA, Coordenador de
Tecnologia da Informação (SECRETÁRIO);

RAFAEL ROBINSON DE SOUSA NETO, Analista
Judiciária - Especialidade Tecnologia da Informação (SECRETÁRIO SUBSTITUTO).

E possui as seguintes competências:

I - planejar os investimentos em tecnologia da informação e avaliar as ações propostas pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações, verificando sua viabilidade e acompanhando, se for o caso, a respectiva execução;

II - opinar e decidir sobre a aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e programas de computador, bem como sobre sua destinação;

III - receber e analisar as ponderações, críticas e sugestões dos usuários, visando ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia da informação em operação;

IV - definir parâmetros de modernização, implementação e funcionamento de sistemas de tecnologia da informação, observando as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

V - sugerir o intercâmbio e parceria com outras instituições visando à modernização dos Sistemas Administrativos e Judiciais deste Regional;

VI - auxiliar a Presidência do Tribunal na definição das ações e investimentos em tecnologia da informação;

VII - realizar outras atividades que guardem relação com o disposto nas anteriores.

Durante o exercício de 2015 ocorreu 01 reunião do CGTIC onde foram tomadas as seguintes decisões:

1 - autorizar a contratação da central de serviços para substituição do contrato de suporte técnico terceirizado;

2 - priorização de projetos e apresentação de atividades realizadas em 2015;

3 - definiu-se tentar novamente obter verba junto ao CSJT para suprir a demanda de implantação do Filtro WEB, Manutenção de no-breaks, Garantia de Storage EMC;

4 - autorizar a prorrogação do contrato de prestação de serviços com a empresa Telemar para fornecimento da REDE WAN.

PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI

A Resolução nº 90/2009 e Resolução nº 211/2015, ambas do CNJ, dispõem que deve ser elaborado e implantado plano anual de Capacitação para desenvolver as competências necessárias à operacionalização e gestão dos serviços de TIC.

O plano deverá promover e suportar de forma contínua, o alinhamento das competências técnicas e gerenciais do quadro de pessoal de TIC às melhores práticas de governança, bem como sua atualização tecnológica.

Este TRT desenvolveu, para o exercício de 2015, um Plano de Capacitação para o pessoal de TI para o qual foi reservado orçamento no valor de R\$ 180.000,00. Os cursos foram escolhidos com base nas necessidades de cada Unidade da

TI, afim de desenvolver competências necessárias para as atividades e projetos em desenvolvimento e que estavam na lista de projetos a serem desenvolvidos, bem como, por necessidade da aquisição de novos ativos e implantação de novos serviços e processos de TI.

Todas as áreas da TI foram contempladas com cursos, sendo que 95% dos servidores do quadro treinados, consoante o quadro abaixo:

Nome do Curso	Área	Nº Alunos	Modalidade	Período
DBA11g I - Oracle Database 11g: Workshop Administration I	Banco de Dados	1	Presencial/Externo	11/05 a 15/05/2015
DBA11g I - Oracle Database 11g: Workshop Administration II	Banco de Dados	1	Presencial/Externo	18/05 a 22/05/2015
DGUARD11g - Oracle Database 11g: Data Guard Administration	Banco de Dados	1	Presencial/Externo	11/05 a 14/05/2015
Cobit 5 Foundation	CTIC	8	Presencial/In Company	14/09 a 16/09/2015
Cobit 5 Implementation	CTIC	8	Presencial/In Company	16/09 a 18/09/2015
Persistência com JPA, Hibernate e EJB lite	Desenvolvimento	10	Presencial/In Company	22/06 a 26/06/2015
Web rica com JSF 2, Primefaces 4 e CDI	Desenvolvimento	10	Presencial/Externo	17/08 a 20/08/2015
McAfee ePO 5.0 com VirusScan 8.8, Device Control e Host Intrusion Prevention System 8.x	Infraestrutura	2	Presencial/Externo	22/06 a 24/06/2015
SSE10 - IBM Storwize V7000 Implementation Workshop (Turma 1)	Infraestrutura	2	Presencial/Externo	03/08 a 07/08/2015
SSE10 - IBM Storwize V7000 Implementation Workshop (Turma 2)	Infraestrutura	2	Presencial/Externo	25/05 a 29/05/2015
Tivoli Storage Manager V.7 - Implementador e Administrador Básico	Infraestrutura	1	Presencial/Externo	30/06 a 03/07/2015
VMWare Vrealize Operations Manager: Install, Configure, Manage [V6.0]	Infraestrutura	2	Presencial/Externo	02/08 a 07/08/2015
vSphere Install Configure Manage [v6]	Infraestrutura	2	Presencial/Externo	08/06 a 12/06/2015
WMWare VSphere BootCamp v6	Infraestrutura	1	Presencial/Externo	30/08 a 04/09/2015

FORÇA DE TRABALHO DE TI

Quadro Geral

Item	Quadro de Servidores/Terceirizados/Estagiários	Qtd.	Total
1.	Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	31	56,4%
2.	Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	4	7,3%
3.	Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	2	3,6%
4.	Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	-	-
5.	Terceirizados	15	27,3%

6.	Estagiários	3	5,5%
Total		55	100,0%
* Dois servidores do item 1. estão lotados em outras unidades deste Tribunal			

PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE TI IMPLEMENTADO

• Processo de Gerenciamento de Catálogo de Serviços

- **Descrição:** A gestão de catálogo de serviços é o processo descrito na ITIL responsável por criar e manter os serviços disponibilizados no catálogo de serviços, garantindo que este seja uma fonte íntegra de informações, fornecendo detalhes de cada serviço e componentes, com uma visão geral dos processos e sistemas envolvidos.

• Processo de Cumprimento de Requisição

- **Descrição:** O cumprimento de requisição é o processo descrito na ITIL responsável por gerenciar o ciclo de vida de todas as solicitações de serviços dos usuários de TI.

• Processo de Gerenciamento de Incidentes

- **Descrição:** O gerenciamento de incidentes é o processo descrito na ITIL responsável por restaurar a operação normal do serviço o mais breve possível, minimizando o impacto adverso nas operações de negócio, garantindo os níveis acordados de qualidade de serviço.

• Processo de Gerenciamento de Problemas

- **Descrição:** O gerenciamento de problemas é o processo descrito na ITIL responsável por gerenciar todo o ciclo de vida de problemas relacionados aos serviços prestados pela área de TI, com o objetivo de prevenir a ocorrência de incidentes e problemas resultantes, eliminar incidentes recorrentes e minimizar o impacto adverso de incidentes inevitáveis.

• Processo da Central de Serviços

- **Descrição:** O propósito da função central de serviços é prover um ponto único de contato para todos os usuários da área de TI para tratamento dos incidentes e requisições de serviço, registrando e gerenciando todos os eventos por meio de ferramentas de softwares especializadas.

Processo de Gerenciamento de TI com fluxos de trabalho definidos, mas que ainda não estão em operação:

- Processo de Gerenciamento de Configuração e Ativos de Serviço
 - **Descrição:** A gestão de configuração e ativos de tecnologia da informação (TI) é o processo descrito na ITIL responsável por identificar e definir os componentes que fazem parte de um serviço de TI, bem como registrar e informar o estado desses componentes e das solicitações de mudança a eles associados. Adicionalmente, verifica se os dados relacionados foram todos fornecidos e se estão corretos, proporcionando o suporte necessário para a boa consecução dos objetivos dos demais processos da ITIL.
- Processo de Gerenciamento de Liberação e Implantação
 - **Descrição:** A gestão de liberações é o processo descrito na ITIL responsável por garantir que os métodos e procedimentos padronizados sejam usados para planejar, agendar e controlar a construção, teste e implantação de liberações, para entregar novas funcionalidades requeridas pelo negócio, protegendo a integridade dos serviços existentes.
- Processo de Gerenciamento de Mudanças
 - **Descrição:** A gestão de mudanças é o processo descrito na ITIL responsável por garantir que métodos e procedimentos padronizados sejam usados para avaliar, aprovar, implantar e revisar todas as mudanças na infraestrutura e desenvolvimento de TI de maneira eficiente, a fim de minimizar o impacto relacionado aos serviços e aos clientes.
- Processo de Gerenciamento de Nível de Serviços
 - **Descrição:** A gestão de nível de serviço é o processo descrito na ITIL responsável por garantir que todos os serviços atuais e planejados sejam entregues nas metas atingíveis acordadas. Isso é acompanhado por meio de um ciclo constante de negociação, acordos, monitoração, relatos e revisão das metas dos serviços de TI, bem como pelo fomento de ações para corrigir e melhorar o nível de serviço entregue.
- Processo de Gerenciamento de Projetos
 - **Descrição:** O processo de Gerenciamento de Projetos tem por objetivo otimizar o controle sobre os recursos financeiros, materiais e principalmente humanos que serão empregados na execução dos projetos.
- Processo de Gerenciamento de Portfólio
 - **Descrição:** O Gerenciamento de Portfólio é o conjunto de todos os projetos e programas de uma área ou organização, que podem estar ou não

relacionados entre si. Seu objetivo é facilitar o controle efetivo das ações para atender às necessidades estratégicas organizacionais. Dentro do Gerenciamento do Portfólio são realizadas a identificação, a seleção e a priorização dos projetos.

PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS

Projetos em 2015	Valor	Data de Implantação
Central de Serviços	R\$ 880mil/por ano	01/12/2015
Diagnóstico e mapeamento de processos Gerenciamento de Serviços de TI	R\$ 278.500,00	ago/15
Implantação do Escritório de Gerenciamento de Projetos de TI	R\$ 64.540,00	Previsão ago/2016
Implantação da Ferramenta Assyst	R\$ 320 mil	set/15
Sistema de Prontuário Médico e Odontológico	Pessoal Próprio	out/15
Portal da Escola Judicial	Pessoal Próprio	nov/15
Sistema de Material e Patrimônio	Pessoal Próprio	Em andamento
Site Institucional	Pessoal Próprio	Em andamento
Sistema de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento	Pessoal Próprio	Em andamento

8.4 - GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.

8.4.1 - ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS.

O TRT da 16ª Região adota práticas sustentáveis como coleta e destinação adequada de resíduos, economia de água e energia, desde o ano de 2007. Os resíduos separados são destinados à Associação de Catadores do Maranhão (ASCAMAR) e à Cooperativa de Reciclagem de São Luiz (COOPRESL).

O Plano de Logística Sustentável (PLS) foi instituído a partir da Portaria GP nº 1187/2015, regulamentando assim algumas das práticas já adotadas. O PLS é composto por: Planos de Ações e Painel de Indicadores, com os seguintes temas: Gestão do uso sustentável dos materiais de consumo, Gestão da impressão de documentos, Gestão do Consumo e gasto com energia elétrica, Gestão do consumo e gasto com água e esgoto, Gestão de coleta seletiva e resíduos sólidos, Gestão da Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, Gestão dos serviços de Telefonia, Gestão dos serviços de vigilância, Gestão dos serviços de limpeza, Gestão do Uso Sustentável dos veículos e Consumo de Combustível, Plano de Sensibilização e Capacitações de servidores em educação socioambiental, Gestão documental e Gestão do Layout.

O PLS se adequa a todos os dispositivos estabelecidos na IN SLTI/MPOG 10/2012, e encontra-se disponível no endereço eletrônico: http://www.trt16.jus.br/site/conteudo/publicacoes/pub_inteiro_teor.php?id=41303.

Quanto à participação na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), este TRT está reunindo a documentação necessária para adesão e obtenção do selo verde.

Assim, a institucionalização do PLS vem consolidar e ampliar a adoção e a prática de medidas sustentáveis com a definição de metas que estão em processo de implantação, com monitoramento mensal e definição de novas metas ao final de um ano.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.

9.1 - TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.

Ao longo do exercício de 2015 este Regional recebeu 03 (três) pedidos de providências do Tribunal de Contas da União - TCU, todos relacionados com a área de pessoal.

Esses pedidos foram recebidos tratados e depois enviados para o TCU, na forma e no prazo estabelecidos. Não havendo nenhum item dos pedidos pendentes de atendimento.

Atualmente estabeleceu-se um fluxograma de trabalho, criou-se uma planilha específica para acompanhar as demandas e recomendações externas, fortalecendo assim os controles internos, a fim de mitigar os riscos do processo de atendimento dos pedidos de providências externos.

Quadro A 9.1.1– Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 2015

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 006.872/2014-0			Comunicação /Informações	Ofício 0754/2015-TCU/SEFIP;
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Tribunal de Contas da União					
Descrição da Deliberação					
Encaminhamento da documentação que embasou o processo de aposentadoria da servidora SHIGUEKO NIRASAWA DOS SANTOS.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenadoria de Gestão de Pessoas do TRT 16ª Região					
Síntese da Providência Adotada					
Foi encaminhado expediente à servidora SHIGUEKO NIRASAWA DOS SANTOS dando-lhe conhecimento das providências tomadas. O TCU foi informado das providências tomadas através de cópia da decisão judicial que promoveu a alteração da aposentadoria da servidora SHIGUEKO NIRASAWA DOS SANTOS de proventos proporcionais para proventos integrais. Foi encaminhado ao TCU, via SISAC, o novo ato de aposentadoria da servidora SHIGUEKO NIRASAWA DOS SANTOS, com as alterações promovidas pela decisão judicial.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Envio da documentação ao TCU no prazo estabelecido; Emissão de novo ato SISAC alterando a aposentadoria da servidora SHIGUEKO NIRASAWA DOS SANTOS para proventos integrais, com fulcro na decisão judicial proferida na Ação Ordinária nº 2009.37.00.004932-2.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Toda a documentação da servidora SHIGUEKO NIRASAWA DOS SANTOS, por força dos controles internos da unidade de Coordenadoria de Gestão de Pessoas, se encontrava nos assentamento funcionais da mesma, o que facilitou o atendimento da demanda.					

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

Quadro A 9.1.2 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 006.872/2014-0			Informações	Ofício TCU nº 4114/2015/TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Tribunal de Contas da União/SEFIP					
Descrição da Deliberação					
Prestar informações cadastrais e fichas financeiras de magistrados, servidores, ativos e inativos e pensionistas de março de 2015.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Núcleo de Folha de Pagamento; Coordenadoria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Foi encaminhada a solicitação ao Núcleo de Folha de Pagamento e a Coordenação de Gestão de Pessoas que fizeram o levantamento das informações solicitadas em conformidade com os layouts anexos ao Ofício 4114/2015-TCU/SEFIP. Foi enviado email ao TCU contendo o cadastro e as fichas financeiras, na forma solicitada, dos magistrados, servidores, ativos e inativos e pensionistas relativos a março de 2015.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Foram atendidas as informações solicitadas no Ofício TCU nº 4114/2015/TCU/SEFIP.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A existência de sistema informatizado facilitou o levantamento de informações.					

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

Quadro A 9.1.3 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 006.872/2014-0			Informações	Ofício TCU nº 14350/2015/TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Tribunal de Contas da União/SEFIP					
Descrição da Deliberação					
Prestar informações cadastrais e fichas financeiras de magistrados, servidores, ativos e inativos e pensionistas relativas ao mês de setembro de 2015					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Núcleo de Folha de Pagamento; Coordenadoria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Foi encaminhada a solicitação ao Núcleo de Folha de Pagamento e a Coordenação de Gestão de Pessoas que fizeram o levantamento das informações solicitadas em conformidade com os layouts anexos ao Ofício 14350/2015-TCU/SEFIP. Foi encaminhado ao TCU/SEFIP email contendo o cadastro e as fichas financeiras, na forma solicitada, dos magistrados, servidores, ativos e inativos e pensionistas relativos a setembro de 2015.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Foram atendidas as informações solicitadas no Ofício TCU nº 14350/2015/TCU/SEFIP.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A existência de sistema informatizado facilitou o levantamento de informações.					

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

9.2 - TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.

Não existe no âmbito do Poder Judiciário um sistema de controle interno formalmente desenhado por lei onde estão definidos a estrutura, os atores e suas competências, tal como observado no Poder Executivo após a lei nº 10.180/2001.

Todavia, após promulgação da Emenda Constitucional nº 045/2004, a Justiça Trabalhista passou a contar com a figura do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT imbuído da supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho, como órgão central do sistema, cujas decisões têm efeito vinculante.

Durante o exercício de 2015, o CSJT enviou a este Regional 08 (oito) Requisições de Documentos e Informações (RDIs), distribuídas em 03 (três) áreas: obras e serviços de engenharia, tecnologia de informação e folha de pessoal. Essas requisições foram recebidas nesta unidade de controle e encaminhadas aos setores relacionados para o fornecimento das informações requeridas e após os esclarecimentos prestados, foram enviadas para o CSJT.

Quadro A 9.2.1 – Cumprimento das deliberações do CSJT atendidas no exercício 2015

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação Completa		
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região		
Deliberações do CSJT		
Requisições de Documentos e Informações		
Ordem	Processo	Comunicação Expedida
01	CSJT-A-2802-92.2013.5.90.0000	RDI N° 67/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		
Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT		
Descrição da Solicitação		
Preenchimento do formulário de acompanhamento das obras avaliadas pelo CSJT.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pelo atendimento		
Seção de Engenharia		
Síntese da Providência Adotada		
Foi realizado o preenchimento do formulário pela Seção de Engenharia e enviado ao CSJT através do ambiente ftp.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Envio do formulário ao CSJT no prazo estabelecido.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Designação de um servidor da seção de engenharia para acompanhar os projetos de reforma e obra.		

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

Quadro A 9.2.2 – Cumprimento das deliberações do CSJT atendidas no exercício 2015

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação Completa		
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região		
Deliberações do CSJT		
Requisições de Documentos e Informações		

Ordem	Processo	Comunicação Expedida
02		RDI N° 74/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		
Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT		
Descrição da Solicitação		
Documentação referente à reforma da VT de Pinheiro		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pelo atendimento		
Seção de Engenharia		
Síntese da Providência Adotada		
A seção de engenharia providenciou a documentação solicitada pelo CSJT e fez o seu envio ao mesmo através do ambiente ftp.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Envio da documentação no prazo estabelecido.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Designação de um servidor da seção de engenharia para acompanhar cada projeto de reforma e obra.		

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

Quadro A 9.2.3 – Cumprimento das deliberações do CSJT atendidas no exercício 2015

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação Completa		
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região		
Deliberações do CSJT		
Requisições de Documentos e Informações		
Ordem	Processo	Comunicação Expedida
03		RDI N° 75/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		
Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT		
Descrição da Solicitação		
Documentação referente à construção da Vara de Trabalho de Bacabal		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pelo atendimento		
Seção de Engenharia		
Síntese da Providência Adotada		
A seção de engenharia providenciou a documentação solicitada pelo CSJT e fez o seu envio ao mesmo através do ambiente ftp		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Envio da documentação no prazo estabelecido.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Designação de um servidor da seção de engenharia para acompanhar cada projeto de reforma e obra.		

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

Quadro A 9.2.4 – Cumprimento das deliberações do CSJT atendidas no exercício 2015

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação Completa		
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região		
Deliberações do CSJT		
Requisições de Documentos e Informações		
Ordem	Processo	Comunicação Expedida

04		RDI N° 80/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		
Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT		
Descrição da Solicitação		
Comprovação de uso dos recursos destinados pelo CSJT no emprego de TI.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pelo atendimento		
Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicações		
Síntese da Providência Adotada		
Foi levantado a documentação solicitada pelo CSJT; Foram realizados os teste solicitados na presença de um servidor do controle interno; A documentação solicitada e os resultados dos testes foram enviados para o CSJT		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Solicitação atendida no prazo.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Segmentação da Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicações e designação de um servidor para atendimento da demanda solicitada.		

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

Quadro A 9.2.5 – Cumprimento das deliberações do CSJT atendidas no exercício 2015

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação Completa		
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região		
Deliberações do CSJT		
Requisições de Documentos e Informações		
Ordem	Processo	Comunicação Expedida
05		RDI N° 88/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		
Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT		
Descrição da Solicitação		
Preenchimento de formulário com envio da documentação comprobatória		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pelo atendimento		
Coordenadoria de Gestão de Pessoas, Núcleo de Folha de Pagamento e Coordenadoria de Controle Interno		
Síntese da Providência Adotada		
Preenchimento do questionário; Levantamento das informações solicitadas; Envio das mesmas ao CSJT pelo ambiente FTP.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Solicitação atendida no prazo.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Cumprimento imediato do Acórdão CSJT-A-741-98.2012..90.0000.		

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

Quadro A 9.2.6 – Cumprimento das deliberações do CSJT atendidas no exercício 2015

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação Completa		
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região		
Deliberações do CSJT		

Requisições de Documentos e Informações		
Ordem	Processo	Comunicação Expedida
06		RDI N° 98/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		
Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT		
Descrição da Solicitação		
Documentação referente à construção da Vara de Trabalho de Barra do Corda		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pelo atendimento		
Seção de Engenharia		
Síntese da Providência Adotada		
A seção de engenharia providenciou a documentação solicitada pelo CSJT e fez o seu envio ao mesmo através do ambiente FTP		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Solicitação atendida no prazo.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Designação de um servidor da seção de engenharia para acompanhar cada projeto de reforma e obra.		

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

Quadro A 9.2.7 – Cumprimento das deliberações do CSJT atendidas no exercício 2015

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação Completa		
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região		
Deliberações do CSJT		
Requisições de Documentos e Informações		
Ordem	Processo	Comunicação Expedida
07		RDI N° 105/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		
Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT		
Descrição da Solicitação		
Preenchimento de formulário com envio da documentação comprobatória		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pelo atendimento		
Coordenadoria de Gestão de Pessoas e Núcleo de Folha de Pagamento.		
Síntese da Providência Adotada		
Preenchimento do questionário; Levantamento das informações solicitadas; Envio das mesmas ao CSJT pelo ambiente FTP.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Solicitação atendida no prazo.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Padronização e sistematização das respostas requeridas pelo CSJT.		

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

Quadro A 9.2.8 – Cumprimento das deliberações do CSJT atendidas no exercício 2015

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação Completa		
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região		
Deliberações do CSJT		

Requisições de Documentos e Informações		
Ordem	Processo	Comunicação Expedida
08		RDI N° 116/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		
Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT		
Descrição da Solicitação		
Documentação referente à construção do Fórum de Imperatriz.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pelo atendimento		
Seção de Engenharia		
Síntese da Providência Adotada		
A seção de engenharia providenciou a documentação solicitada pelo CSJT e fez o seu envio ao mesmo através do ambiente FTP		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Solicitação atendida no prazo.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Designação de um servidor da seção de engenharia para acompanhar cada projeto de reforma e obra.		

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

9.3 - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.

Não houve instauração de tomadas de contas especiais neste Tribunal no exercício de 2015.

9.4 - DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993.

Todos os pagamentos efetuados por esta UPC obedecem a ordem cronológica das datas de exigibilidades dos pagamentos, salvo exceções em razão do interesse público e devidamente justificados, conforme preceitua o art. 5º da Lei 8666/93. São respeitadas as fontes de recurso e vinculações de pagamento para cada situação, bem como as retenções e recolhimentos pertinentes, observando as determinações expressas em lei.

9.5 - GESTÃO DE PRECATÓRIOS.

Quadro A 9.5.1 – Requisições e Precatórios – Administração Direta

Precatórios – Requisição				
Administração Direta				
Natureza	Requisições		Precatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	0	0,00	19	27.963.185,00
Comum	0	0,00	0	0,00
Total	0	0,00	19	27.963.185,00
Precatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldos a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	

Alimentícia				
Comum				
Total				

Fonte: Coordenadoria de Precatórios

Quadro A 9.5.2 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta

Precatórios – Requisição				
Administração Direta				
Natureza	Requisições		Precatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	21	889.955,65	4	10.930.024,76
Comum	0	0,00	0	0,00
Total	21	889.955,65	4	10.930.024,76
Precatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldos a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia				
Comum				
Total				

Fonte: Coordenadoria de Precatórios

No que tange à gestão de precatórios, o TRT da 16ª Região vem formalizando relação individualizada por ente público, Município, Estado e União, Autarquias, Fundações e demais entidades de caráter público criadas por lei, como sistema de informação para a organização e controle das listas de credores e devedores de precatórios, na qual constam os dados necessários à identificação numérica, pessoal, orçamentária, cronológica, procedimental do precatório, e, ainda, com seu valor/crédito(débito), atualizado à época da requisição de pagamento/registro para autuação por meio do Ofício Precatório.

A cada exercício financeiro, recebidas as reclamações trabalhistas transitadas em julgado, das VT's deste Regional, são requisitados os pagamentos de precatórios autuados conforme a ordem cronológica de apresentação de processos na Coordenadoria de Precatórios, para as fazendas públicas municipal e estadual, já que a dívida inscrita em precatórios e RPV's da União é adimplida mediante requisição de pagamento feita pela Secretaria de Orçamento e Finanças do TRT da 16ª Região ao Tribunal Superior do Trabalho, dentro do mesmo exercício financeiro.

Quanto aos precatórios autuados em face da fazenda pública municipal, a Coordenadoria de Precatórios formula e encaminha propostas para pagamento de precatórios trabalhistas diretamente aos representantes legais dos municípios deste Estado, integralizando 99% (noventa e nove por cento), a título de acordos efetivados com cada ente público municipal, mediante o gradativo acúmulo de numerário, realizado com bloqueios/ retenções de variados percentuais, incidentes nas 03 (três), 02 (duas) ou 01 (uma) cota de FPM (Fundo de Participação Municipal) de cada devedor, diversificados conforme a capacidade econômico-financeira de cada executado.

O ente público que vem demonstrando maior dificuldade em adimplir sua dívida inscrita em precatórios trabalhistas é o Estado do Maranhão, possuindo precatórios vencidos dos orçamentos de 2014 e 2015.

Outra dificuldade que se estabelece na gestão de precatórios, diz respeito a demora excessiva, do encaminhamento dos comprovantes dos recolhimentos previdenciários e fiscais, pela instituição bancária, o que prejudica à celeridade na baixa/arquivamento dos precatórios, e consequente redução no passivo.

9.6 - INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.

Este TRT, durante o exercício de 2015, não possuía contrato vigente celebrado com empresa beneficiada pela desoneração da folha de pagamento.

9.7 - INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

Quadro A 9.7.1 – Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal			
Mercadológica			
Utilidade pública	0571 - PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA/2549 - COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	119.462,20	93.225,74

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Quadro A 9.7.2 – Contratados para as ações de publicidade e propaganda

CNPJ/Razão Social do Contratado	Valor	Objeto
04743532/0001-70 - MARCIO SANDRO MALLET PEZARIM – ME	1.799,70	Medalha do mérito do servidor Judiciário Trabalhista da 16ª Região
08108612/0001-04 - IMPRIMA SOLUCOES GRAFICAS LTDA	10.550,00	Diagramação (programação visual), ilustração, montagem e impressão da revista comemorativa aos 25 anos deste TRT.
08108612/0001-04 - IMPRIMA SOLUCOES GRAFICAS LTDA	5.660,00	Diagramação, montagem e impressão do calendário institucional da Justiça do Trabalho para o ano de 2016.
09157221/0001-42 - VERUSKA G. DE OLIVEIRA FOTOGRAFIA	300,00	Serviços de cobertura fotojornalística na capital e interior do estado, nos eventos relacionados com a JT/MA no ano de 2015.
02619095/0001-51 - SAO LUIS PROMOCOES E EVENTOS LTDA	31.760,00	Criação, impressão e colagem de cartazes tipo outdoors, internos e externos e aplicações de backbus.
17542771/0001-03 - REINALDO VALES JUNIOR	3.600,00	Confecção de arte e banner em lona para divulgação de campanha de incentivo ao uso do e-mail institucional.
17542771/0001-03 - REINALDO VALES JUNIOR	1.155,00	Confecção de arte e banner em lona para divulgação de evento sobre a erradicação do trabalho escravo infantil.

41520594/0001-49 - L P H SILVA & CIA LTDA	11.637,50	Serviços de cobertura fotojornalística na capital e interior do estado, nos eventos relacionados com a JT/MA no ano de 2015.
11723936/0001-67 - R N F DA SILVA JUNIOR – ME	25.000,00	Outdoors e Backbus para divulgação da semana nacional de execução Trabalhista de 2015.
11723936/0001-67 - R N F DA SILVA JUNIOR – ME	1.000,00	Outdoor Interno: ações do projeto de combate e erradicação do trabalho infantil.
11723936/0001-67 - R N F DA SILVA JUNIOR – ME	1.000,00	Outdoor Interno: Correspondente a duas campanhas publicitárias.
11723936/0001-67 - R N F DA SILVA JUNIOR – ME	18.000,00	Campanhas publicitárias em Outdoors.
11723936/0001-67 - R N F DA SILVA JUNIOR – ME	6.000,00	Campanhas publicitárias em Backbus.
11723936/0001-67 - R N F DA SILVA JUNIOR – ME	2.000,00	Criação, impressão e colagens de cartazes, tipo outdoor com mensagens institucionais de fim de ano.
TOTAL	119.462,20	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

CONCLUSÃO.

Diante dos resultados apresentados, demonstra-se o comprometimento do TRT da 16ª Região no cumprimento de sua missão de solucionar conflitos trabalhistas com celeridade e efetividade visando aperfeiçoar-se como instrumento efetivo de justiça, paz social e cidadania.

ADRIANA ALBUQUERQUE DE BRITO
DIRETORA-GERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS
DESEMBARGADOR PRESIDENTE
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO